



**MUNICÍPIO DE AZAMBUJA**  
Câmara Municipal

## **CERTIDÃO**

Certifico que este fascículo é constituído por 117 folhas, sendo esta a primeira e é fotocópia autêntica do original arquivado nestes serviços.

Câmara Municipal de Azambuja, 20 de Maio de 2009

Por delegação de competências do Presidente da Câmara  
A Directora do Departamento Administrativo e Financeiro

Maria Irene Lameiro dos Santos (Dra.)

# Contrato de Financiamento

ENTRE

Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Caixa - Banco de Investimento, S.A.

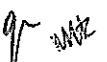
E

AdAz - Águas da Azambuja, S.A.

**URÍA MENÉNDEZ**

 **VIEIRA DE ALMEIDA**  
& Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Lisboa, 8 de Maio de 2009



## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
1. <b>Definições.....</b>	<b>7</b>
1.1. Acordo de Definições.....	7
1.2. Remissões .....	7
1.3. Singular e plural.....	7
1.4. Enumeração exemplificativa .....	7
1.5. Epígrafes.....	7
<b>CAPÍTULO II – EMPRÉSTIMO.....</b>	<b>7</b>
<i>Secção A - Empréstimo.....</i>	<i>7</i>
2. <b>Empréstimo .....</b>	<b>7</b>
2.1. Empréstimo .....	7
2.2. Caducidade .....	8
3. <b>Finalidade.....</b>	<b>8</b>
3.1. Disponibilização .....	8
3.2. Finalidade .....	8
4. <b>Obrigações dos Bancos.....</b>	<b>8</b>
4.1. Repartição entre Bancos.....	8
4.2. Exoneração .....	9
<i>Secção B - Condições Suspensivas .....</i>	<i>9</i>
5. <b>Condições suspensivas do Financiamento.....</b>	<b>9</b>
6. <b>Condições suspensivas da Tranche A.....</b>	<b>9</b>
<i>Secção C - Desembolsos.....</i>	<i>9</i>
7. <b>Período de Desembolso .....</b>	<b>9</b>
7.1. Período de Desembolso .....	9
7.2. Redução do Empréstimo .....	9
8. <b>Pedidos de Utilização .....</b>	<b>9</b>
8.1. Forma .....	9
8.2. Envio .....	10
9. <b>Desembolsos.....</b>	<b>10</b>
9.1. Tranche A .....	10
9.2. Último Desembolso.....	10
9.3. Tranche B .....	10
<i>Secção D - Juros .....</i>	<i>10</i>
10. <b>Taxa de Juro.....</b>	<b>10</b>
10.1. Tranche A .....	10
10.2. Tranche B .....	11
10.3. TAE e taxa nominal .....	11

11.	Margem.....	11
11.1.	Primeiro período .....	11
11.2.	Períodos subsequentes .....	11
12.	Contagem e Vencimento de Juros .....	11
12.1.	Contagem .....	11
12.2.	Períodos de Contagem de Juros .....	11
12.3.	Períodos de Contagem de Juros dos Desembolsos .....	11
12.4.	<i>Market Disruption</i> .....	12
12.4.1.	Base alternativa .....	12
12.4.2.	Ausência de acordo .....	12
12.4.3.	Recusa da Concessionária .....	12
	<i>Secção E – Cobertura de Risco de Taxa de Juro</i> .....	12
13.	Cobertura do Risco de Taxa de Juro .....	12
	<b>CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA .....</b>	<b>13</b>
14.	Obrigações de Informação .....	13
15.	Obrigações de Informação Financeira.....	14
16.	Obrigações Gerais.....	15
17.	Obrigações Financeiras .....	16
18.	Investimentos Adicionais.....	17
19.	Contratos do Projecto.....	17
19.1.	Contratos do Projecto.....	17
19.2.	Direitos de Exercício Condicionado e Obrigações de Notificação.....	18
20.	Excepções .....	18
21.	Distribuições e outros pagamentos .....	18
21.1.	Distribuições .....	18
21.2.	Periodicidade das Distribuições.....	19
22.	Afectação prioritária de <i>Cashflow</i> Antes do Serviço da Dívida.....	19
23.	Relatórios.....	19
23.1.	Relatórios .....	19
23.2.	CD-ROM .....	20
23.3.	Modelo Financeiro e Orçamento Anual.....	20
	<b>CAPÍTULO IV - CANCELAMENTO E REEMBOLSO ANTECIPADO.....</b>	<b>21</b>
24.	Cancelamento .....	21
24.1.	Cancelamento.....	21
24.2.	Impossibilidade de reutilização .....	21
25.	Reembolso Antecipado Voluntário.....	21
25.1.	Reembolso Antecipado Voluntário.....	21
25.2.	Montantes Mínimos .....	21
25.3.	Comissão.....	21
25.4.	Custos.....	22
25.5.	Condições.....	22

*[Handwritten signatures and initials]*



26.	Reembolso Antecipado Obrigatório.....	22
26.1.	Reembolso Antecipado Obrigatório .....	22
26.2.	Afectação .....	22
26.3.	Cash Sweep .....	23
26.4.	Prazo .....	23
27.	Disposições Gerais.....	23
<b>CAPÍTULO V - MORA E REEMBOLSO .....</b>		<b>23</b>
28.	Mora.....	23
28.1.	Mora.....	23
28.2.	Capitalização de Juros .....	24
29.	Prazo. Reembolso.....	24
29.1.	Reembolso .....	24
29.2.	Caução da Concessão.....	24
29.3.	Notificação.....	24
30.	Pagamentos e Imputação.....	24
30.1.	Pagamentos .....	24
30.2.	Exigibilidade.....	24
30.3.	Débito em conta .....	25
30.4.	Autorizações .....	25
31.	Imputação do Cumprimento.....	25
32.	Vencimento Antecipado .....	25
32.1.	Situações de Vencimento .....	25
32.2.	Vencimento Antecipado .....	28
32.3.	Vencimento Antecipado .....	28
<b>CAPÍTULO VI - COMISSÕES .....</b>		<b>28</b>
33.	Comissão de Imobilização .....	28
33.1.	Comissão de Imobilização .....	28
33.2.	Vencimento .....	28
34.	Comissão da Caução da Concessão .....	29
34.1.	Comissão da Caução da Concessão .....	29
34.2.	Vencimento .....	29
<b>CAPÍTULO VII - DESPESAS E IMPOSTOS .....</b>		<b>29</b>
35.	Despesas e Encargos .....	29
35.1.	Despesas e Encargos .....	29
35.2.	Vencimento .....	30
35.3.	Débito em conta .....	30
35.4.	Juros .....	30
36.	Impostos.....	30
36.1.	Não Retenção .....	30
36.2.	Retenção na Fonte.....	30
36.3.	Crédito de Imposto.....	31
36.4.	Informação .....	31
36.5.	Benefícios fiscais .....	31



Lisboa, em 8 de Maio de 2009

## OS CONTRAENTES

Entre:

**Primeiro:** CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., sociedade anónima, com sede na Avenida João XXI, n.º 63, em Lisboa, com o capital social de EUR 3.500.000.000,00 (três mil e quinhentos milhões de Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 500 960 046, de aqui em diante designada abreviadamente por “CGD”;

**Segundo:** CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A., sociedade anónima, com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, em Lisboa, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 501 898 417, de aqui em diante designada abreviadamente por “Caixa BI”;

**Terceiro:** ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A., sociedade anónima, sociedade anónima, com sede na Rua Teodoro José da Silva, Edifício Atrium Azambuja, 37, na Azambuja, com o capital social de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Azambuja, com o número de matrícula e pessoa colectiva 508 911 443, de aqui em diante referida abreviadamente por “Concessionária”.

Considerando que:

- A) A Câmara Municipal de Azambuja lançou um concurso público para a Concessão, o qual foi objecto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia, de 3 de Abril de 2007;
- B) A Concessão foi adjudicada à Concessionária;
- C) A implementação da Concessão implica o recurso a capitais alheios pela Concessionária, que solicitou aos Bancos, que aceitaram, a concessão de apoio financeiro em regime de “*Project Finance*”;
- D) Os Contraentes acordaram desde já definir os termos e condições em que os Bancos financiam a Concessão;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Financiamento integrado pelas seguintes cláusulas, que os Contraentes se obrigam a cumprir pontualmente e na íntegra:

## CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÃO

### 1. DEFINIÇÕES

#### 1.1. Acordo de Definições

Salvo se de outro modo estipulado no presente Contrato de Financiamento, os termos e expressões iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato de Financiamento, incluindo respectivos considerandos e anexos, têm o significado que lhes é atribuído no Acordo de Definições nesta data celebrado pelos Bancos, as Accionistas e a Concessionária.

#### 1.2. Remissões

Excepto se do texto resultar o contrário, qualquer referência a uma cláusula entende-se como efectuada a uma cláusula deste Contrato de Financiamento e qualquer referência a um anexo entende-se feita a um anexo do Acordo de Definições.

#### 1.3. Singular e plural

Excepto se deste Contrato de Financiamento resultar o contrário, os termos e expressões definidos (i) no Acordo de Definições, e (ii) ao longo do texto do presente Contrato de Financiamento, incluindo os seus anexos, no singular ou no plural poderão ser utilizados, respectivamente, no plural ou no singular, com a correspondente alteração do seu significado.

#### 1.4. Enumeração exemplificativa

Os termos e expressões precedidos pelas palavras “*incluindo*”, “*nomeadamente*” ou “*designadamente*” não ficarão limitados a esses termos e expressões, já que a enumeração é meramente exemplificativa.

#### 1.5. Epígrafes

As epígrafes das cláusulas, dos respectivos números e alíneas e dos anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não devendo ser consideradas na interpretação e integração do presente Contrato de Financiamento, excepto quando utilizadas em remissões, caso em que, em situação de contradição relativamente ao número da cláusula remetida, prevalecerá a respectiva epígrafe.

## CAPÍTULO II – EMPRÉSTIMO

### *Secção A - Empréstimo*

### 2. EMPRÉSTIMO

#### 2.1. Empréstimo

Os Bancos concedem à Concessionária, que aceita:

- (i) Tranche A. Um empréstimo, na modalidade de abertura de crédito simples, no montante máximo de Euro 6.500.000,00 (seis milhões quinhentos mil Euros), que constitui a Tranche A;
- (ii) Tranche B. A emissão de uma garantia bancária, no montante máximo de Euro 1.000.000,00 (um milhão de Euros), que constitui a Tranche B.

## **2.2. Caducidade**

A obrigação dos Bancos emprestarem os fundos objecto da Tranche A e emitirem a Caução da Concessão nos termos do Contrato de Financiamento caduca e deixa de produzir quaisquer efeitos caso os Bancos declarem o Vencimento Antecipado (mediante o envio de uma Notificação de Vencimento Antecipado), caso em que o montante do Empréstimo ficará automaticamente reduzido ao valor dos Desembolsos então já efectuados e não reembolsados e / ou ao valor da Caução da Concessão emitida.

## **3. FINALIDADE**

### **3.1. Disponibilização**

Os fundos disponibilizados pelos Bancos à Concessionária:

- (a) Tranche A. Nos termos da Tranche A, destinam-se exclusivamente a dotar a Concessionária com os meios financeiros necessários ao pagamento dos Custos do Projecto;
- (b) Tranche B. Nos termos da Tranche B, destinam-se exclusivamente a caucionar as obrigações assumidas pela Concessionária perante a Concedente no âmbito e para os efeitos previstos na cláusula 90.<sup>a</sup> (*Montante e forma*) do Contrato de Concessão.

### **3.2. Finalidade**

A Concessionária obriga-se a utilizar os fundos disponibilizados pelo Empréstimo unicamente para os fins previstos nos termos do número anterior da presente cláusula e nas demais condições estabelecidas no presente Contrato de Financiamento.

## **4. OBRIGACÕES DOS BANCOS**

### **4.1. Repartição entre Bancos**

Os montantes do Empréstimo serão repartidos entre os Bancos de acordo com a distribuição constante do Anexo VIII (*Participações*), tal como o mesmo possa, em cada momento, vir a ser alterado.

#### 4.2. Exoneração

O incumprimento ou mora no cumprimento das obrigações que do presente Contrato de Financiamento decorrem para cada um dos Bancos não isenta, nem exonera, o outro Banco de cumprir as obrigações por ele assumidas no presente Contrato de Financiamento, nem impõe a esse Banco qualquer obrigação ou responsabilidade adicional.

#### *Secção B - Condições Suspensivas*

### 5. CONDIÇÕES SUSPENSIVAS DO FINANCIAMENTO

O presente Contrato de Financiamento fica com os seus efeitos suspensos até que se verifiquem todos os eventos e sejam recebidos pelo Banco Agente todos os documentos, ambos identificados na Parte 1 do Anexo IV (*Condições Suspensivas*), e desde que no momento do cumprimento da última dessas condições não se verifique uma Potencial Situação de Vencimento ou uma Situação de Vencimento.

### 6. CONDIÇÕES SUSPENSIVAS DA TRANCHE A

Os Bancos apenas ficam obrigados a desembolsar os fundos objecto da Tranche A, nos termos do presente Contrato de Financiamento, caso, no momento de cada Desembolso se verifiquem todos os eventos e tenham sido recebidos pelo Banco Agente todos os documentos referidos na Parte 2 do Anexo IV (*Condições Suspensivas*).

#### *Secção C - Desembolsos*

### 7. PERÍODO DE DESEMBOLSO

#### 7.1. Período de Desembolso

A Concessionária só poderá solicitar Desembolsos durante o Período de Desembolso.

#### 7.2. Redução do Empréstimo

Após o termo do Período de Desembolso, a obrigação dos Bancos de emprestar fundos nos termos dessa Tranche caduca e deixa de produzir efeitos, ficando o montante dessa Tranche reduzido aos valores até então desembolsados ou cujo desembolso foi solicitado até essa data, nos termos e condições previstos no presente Contrato de Financiamento.

### 8. PEDIDOS DE UTILIZAÇÃO

#### 8.1. Forma

Os Pedidos de Utilização dos fundos a disponibilizar nos termos do Empréstimo deverão, sob pena de não produzirem quaisquer efeitos, ser efectuados mediante comunicação escrita enviada ao Banco Agente, em termos substancialmente idênticos aos constantes do Anexo IX (*Pedido de Utilização*).

## **8.2. Envio**

Cada Pedido de Utilização deverá ser recebido pelo Banco Agente com, pelo menos, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência relativamente à data pretendida para o respectivo Desembolso e, quando o montante a desembolsar se destinar, total ou parcialmente, ao pagamento das obras de Infra-Estruturas, o Pedido de Utilização deverá ser acompanhado de facturas visadas pelo Consultor Técnico.

## **9. DESEMBOLSOS**

### **9.1. Tranche A**

Os fundos mutuados ao abrigo da Tranche A serão desembolsados na sequência dos Pedidos de Utilização efectuados pela Concessionária e de acordo com os prazos fixados no presente Contrato de Financiamento, mediante crédito da Conta de Receitas.

### **9.2. Último Desembolso**

No final do Período de Desembolso, os fundos disponíveis ao abrigo da Tranche A poderão ser integralmente desembolsados, por crédito na Conta de Reserva do Plano de Investimentos, mediante apresentação do respectivo Pedido de Utilização e prévia confirmação escrita pelo Consultor Técnico de que é expectável que as obras relativas ao Plano de Investimento estarão definitivamente terminadas num prazo não superior a 6 (seis) meses após o final do Período de Desembolso.

### **9.3. Tranche B**

A Caução da Concessão foi emitida e entregue pelos Bancos à Concessionária nos termos do Contrato de Emissão de Garantia Bancária cuja cópia consta do Anexo XX (*Contrato de Emissão de Garantia Bancária*).

As Partes acordam em que o Contrato de Emissão de Garantia Bancária deixará de produzir efeitos na Data de Entrada em Vigor, a partir da qual a Caução da Concessão passará a reger-se pelas disposições do presente Contrato.

## ***Secção D - Juros***

## **10. TAXA DE JURO**

### **10.1. Tranche A**

O montante da Tranche A desembolsado e em dívida no início de cada um dos respectivos Períodos de Contagem de Juros, vencerá juros à taxa equivalente à Taxa de Juro Base acrescida da Margem.

Os Desembolsos efectuados durante um Período de Contagem de Juros vencerão, durante esse Período de Contagem de Juros, juros à taxa equivalente à taxa Euribor ajustada ao prazo que falta até ao termo do Período de Contagem de Juros em que o Desembolso se realizou, acrescido da Margem.

## **10.2. Tranche B**

Em caso de execução da Caução da Concessão, os montantes que vierem a ser pagos pelos Bancos em tal execução vencerão, até à data do respectivo reembolso, juros à taxa equivalente à Taxa de Juro Base acrescida da Margem, excepto se tais montantes forem previamente entregues aos Bancos pela Concessionária para esse efeito.

## **10.3. TAE e taxa nominal**

A Taxa Anual Efectiva (T.A.E.) e a taxa nominal do Empréstimo serão calculadas, com referência ao Dia Útil Target2 anterior à Data do Contrato de Financiamento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 220/94, de 23 de Agosto e comunicadas por escrito pelo Banco Agente à Concessionária, passando a fazer parte integrante do presente Contrato de Financiamento.

## **11. MARGEM**

### **11.1. Primeiro período**

Até ao termo do Período de Contagem de Juros que termine após ou na Data de Refinanciamento, a Margem corresponderá a 1,75 (um vírgula setenta e cinco) por cento ao ano.

### **11.2. Períodos subsequentes**

Para os Períodos de Contagem de Juros que se iniciem após a Data de Refinanciamento, a Margem será de 2,00 (dois) por cento ao ano.

## **12. CONTAGEM E VENCIMENTO DE JUROS**

### **12.1. Contagem**

Os juros serão contados dia a dia sobre o capital em dívida da Tranche A, tomando como base um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias e o número real de dias decorridos, e serão pagos postecipadamente no último dia do Período de Contagem de Juros em curso.

### **12.2. Períodos de Contagem de Juros**

Sem prejuízo do disposto na cláusula 12.3 (*Períodos de Contagem de Juros dos Desembolsos*), os Períodos de Contagem de Juros serão semestrais, terminando em 30 de Abril e em 31 de Outubro de cada ano.

### **12.3. Períodos de Contagem de Juros dos Desembolsos**

O primeiro Período de Contagem de Juros referente aos montantes objecto de cada Desembolso terá início na data do respectivo Desembolso e terminará na Data de Pagamento de Juros seguinte, excepto o Período de Contagem de Juros que estiver em curso na Data de Refinanciamento, que terminará dessa data. O primeiro Período de Contagem de Juros após a Data de Refinanciamento terá início na Data de Refinanciamento e terminará na Data de Pagamento de Juros seguinte.



O último Período de Contagem de Juros terminará com o reembolso integral dos Desembolsos.

#### **12.4. *Market Disruption***

##### **12.4.1. Base alternativa**

Se, em relação a um Período de Contagem de Juros, ocorrer uma Situação de *Market Disruption* e o Banco Agente ou a Concessionária assim o requeiram, o Banco Agente e a Concessionária deverão iniciar negociações (por um período não superior a 30 (trinta) dias) com vista a acordar numa forma alternativa de cálculo da taxa de juro.

Qualquer forma alternativa de cálculo da taxa de juro acordada nos termos do parágrafo anterior vinculará todos os Contraentes, após prestação do consentimento prévio pelo Banco Agente e pela Concessionária.

##### **12.4.2. Ausência de acordo**

Não tendo o Banco Agente e a Concessionária acordado numa forma alternativa de cálculo da taxa de juro no prazo referido no número anterior e ocorrendo uma Situação de *Market Disruption*, a taxa de juro aplicável à Participação de cada um dos Bancos no Empréstimo para esse Período de Contagem de Juros será a taxa percentual anual resultante da soma:

- (a) Margem. Da Margem da respectiva Tranche; e
- (b) Taxa base. Da taxa comunicada por esse Banco ao Banco Agente logo que possível e, em qualquer caso, antes da data de vencimento dos juros relativos a esse Período de Contagem de Juros, que expresse, numa taxa percentual anual, o custo para esse Banco de obter os fundos relativos à sua Participação de qualquer fonte que este, razoavelmente, escolha.

##### **12.4.3. Recusa da Concessionária**

Caso a Concessionária não aceite a taxa referida na alínea (b) do número anterior, esta poderá reembolsar, no prazo de 90 (noventa) dias, os montantes desembolsados e não reembolsados correspondentes à Participação desse Banco (acrescidos dos respectivos juros vencidos), sem que tal reembolso antecipado dê lugar ao pagamento de quaisquer custos, comissões ou despesas por parte da Concessionária.

#### ***Secção E – Cobertura de Risco de Taxa de Juro***

### **13. COBERTURA DO RISCO DE TAXA DE JURO**

A Concessionária obriga-se a:

- (a) Cobertura do Risco de Taxa de Juro. Celebrar o Contrato de Cobertura do Risco da Taxa de Juro.

- (b) Não alteração. Não alterar, ou sob qualquer outra forma, revogar, expressa ou tacitamente, o Contrato de Cobertura de Risco de Taxa de Juro, sem o prévio consentimento escrito do Banco Agente;
- (c) Cumprimento. Cumprir pontualmente todas as obrigações que para si decorrem do Contrato de Cobertura de Risco de Taxa de Juro;
- (d) Exercício de direitos. Exercer atempadamente e na íntegra todos os direitos e faculdades que para si decorrem do Contrato de Cobertura de Risco de Taxa de Juro, necessários à defesa quer dos seus interesses, quer dos interesses dos Bancos, enquanto entidades mutuantes, salvo se do seu não exercício resultar, em última instância, um benefício para a Concessionária e tal seja previamente notificado aos Bancos.

### CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

#### 14. OBRIGAÇÕES DE INFORMAÇÃO

A Concessionária obriga-se a:

- (a) Informações gerais. Informar por escrito o Banco Agente no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis se tiver conhecimento da ocorrência de algum facto ou acontecimento que origine ou possa, se não sanado, originar uma Situação de Vencimento;
- (b) Pedidos de informação. No prazo para o efeito fixado pelo Banco Agente, que nunca poderá ser inferior a 5 (cinco) Dias Úteis, após recepção de pedido escrito do Banco Agente para o efeito, prestar ao Banco Agente toda e qualquer informação ou documentação razoavelmente solicitada relacionada com a Concessionária e / ou a sua actividade;
- (c) Estrutura accionista. Informar, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, o Banco Agente sobre qualquer proposta de alteração da estrutura accionista de que tenha conhecimento, bem como, no mais curto espaço de tempo possível, fornecer-lhe todos os elementos de que disponha sobre o assunto;
- (d) Processos Judiciais e outros. Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, por escrito, o Banco Agente, se for parte passiva ou se contra si for deduzido pedido reconvenicional, em qualquer acção, de qualquer tipo (incluindo providência cautelar), instaurada em qualquer tribunal, de qualquer natureza (incluindo arbitral), de que possa resultar para a Concessionária uma responsabilidade, seja qual for a sua natureza, igual ou superior a EUR 150.000,00 (cento e cinquenta mil Euros) ou que, independentemente desse valor, seja susceptível de afectar negativamente e de forma relevante a capacidade da Concessionária de cumprir as obrigações que para ela decorrem do presente Contrato de Financiamento;
- (e) Contrato de Concessão. Enviar no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis cópia de toda a correspondência, informações, documentos e planos relevantes enviados para ou recebidos do Concedente ao abrigo do ou relacionado com o Contrato de Concessão relativas (i) ao incumprimento de obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, (ii) a modificações unilaterais impostas pelo Concedente, (iii) a tarifas, (iv) ao sequestro da

Concessão, (v) ao resgate da Concessão, (vi) ao Reequilíbrio Financeiro, (vi) a Investimentos Adicionais;

- (f) Contrato de Construção. Enviar, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis após a recepção, cópia de toda a correspondência, informações, documentos e planos relevantes enviados para ou recebidos do Empreiteiro ao abrigo do ou relacionado com o Contrato de Construção, para além do previsto nas Obrigações de Notificação;
- (g) Alterações estatutárias. Informar, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, o Banco Agente sobre qualquer alteração dos seus estatutos;
- (h) Outras informações. Prestar todas as informações de que a Concessionária tenha conhecimento, (i) relativas ao exercício de direitos contra a Concessionária por incumprimento ou alegado incumprimento dos Contratos do Projecto que seja susceptível de ter um Efeito Adverso Relevante, (ii) que possa constituir um caso de força maior, (iii) relativo ao Reequilíbrio Financeiro, (iv) relativos ao exercício de direitos contra a Concessionária, quer decorrentes de responsabilidade por factos ilícitos ou pelo risco dos quais possam decorrer ou resultar responsabilidades ou perdas para a Concessionária de montante superior a EUR 150.000,00 (cento e cinquenta mil Euros), quer os mesmos estejam cobertos pelos Seguros ou não, (v) que, se não sanados, possam dar lugar ao accionamento dos Seguros de valor superior a 150.000 (cento e cinquenta mil euros), (vi) relativo à constituição de ónus, encargos e outras responsabilidades sobre bens e direitos de que a Concessionária seja ou venha a ser proprietária ou dos quais tenha a posse, uso ou detenção, com excepção dos Ónus Autorizados.

## **15. OBRIGAÇÕES DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

A Concessionária obriga-se a:

- (a) Contas semestrais. Até 30 de Setembro de cada ano, fazer com que o Banco Agente receba (i) cópia das Demonstrações Financeiras, referentes ao semestre de calendário imediatamente anterior, devidamente certificadas pelo órgão de fiscalização da Concessionária, e (ii) o cálculo do Excesso de *Cashflow* para o Período de Cálculo anterior;
- (b) Contas anuais. Até 30 de Março de cada ano, fazer com que os Bancos recebam cópia das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício terminado em 31 de Dezembro do ano imediatamente anterior, acompanhadas (i) do respectivo relatório dos Auditores Externos, (ii) do relatório de gestão do respectivo conselho de administração, (iii) do respectivo documento de certificação legal de contas, (iii) do relatório e parecer do órgão de fiscalização da Concessionária, (iv) das actas dos respectivos órgãos sociais (incluindo da Assembleia Geral) aprovando cada um desses actos, (v) de documento comprovativo de que a Concessionária tem a sua situação fiscal regularizada, emitida há não mais de 30 (trinta) dias, (vi) de documento comprovativo de que a Concessionária tem a sua situação contributiva para com a segurança social regularizada, emitida há não mais de 30 (trinta) dias, e (vii) o cálculo do Excesso de *Cashflow* para o Período de Cálculo anterior.

## 16. OBRIGAÇÕES GERAIS

A Concessionária obriga-se para com os Bancos a:

- (a) Acesso ao Projecto. Facultar aos representantes dos Bancos (devidamente mandatados para o efeito) e ao Consultor Técnico acesso ao Projecto (incluindo durante a Fase de Construção, às obras e estaleiros), em dias úteis, durante o normal horário de funcionamento do Projecto e na presença de um representante da Concessionária, para efeitos de realizar vistorias aos locais, instalações, registos, livros e demais documentos, comprometendo-se os Bancos a solicitar por escrito à Concessionária a realização de tais vistorias com a antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis (excepto em caso de Situação de Vencimento, em que tal período de antecedência não terá de ser observado) e a assegurar que tal acesso seja feito de forma a não perturbar o normal andamento dos trabalhos ou o funcionamento do Projecto;
- (b) Actividades. Não desenvolver qualquer actividade comercial ou industrial para além do exercício das actividades integradas no âmbito da Concessão ou com ela conexas ou instrumentais;
- (c) Alienação de activos. Não alienar ou dispor do uso ou fruição, seja sob que forma ou a que título for, nem prometer, aceitar ou propor fazê-lo, de quaisquer bens imóveis ou outros bens ou direitos de que, em qualquer momento, e por qualquer razão, venha a ser, titular, com excepção de (i) alienações ou disposições feitas no âmbito da actividade corrente da Concessionária e em normais condições de mercado, (ii) alienações ou disposições de bens ou direitos sempre que estes sejam substituídos por bens ou direitos similares ou superiores, (iii) alienações ou disposições de bens ou direitos obsoletos ou que não sejam utilizados pela Concessionária ou necessários no âmbito da Concessão ou que tenham chegado ao termo da sua vida útil, (iv) alienações ou disposições de bens que se tenham deteriorado ou sofrido sinistros que, do ponto de vista económico, justifiquem a sua substituição, desde que estes sejam efectivamente substituídos, (v) alienações ou disposições feitas em cumprimento dos Contratos Financeiros ou dos Contratos do Projecto, e (vi) valores aplicados nos termos previstos no Contrato de Depósito Bancário;
- (d) Ambiente. Cumprir na íntegra e atempadamente todas as leis e regulamentos aplicáveis relativos à protecção do ambiente, sem prejuízo das responsabilidades que a este respeito caibam a terceiros, nomeadamente o Construtor;
- (e) Exercício de actividades. (i) Cumprir com todas as suas obrigações decorrentes do exercício da sua actividade, (ii) conduzir os seus negócios e exercer as respectivas actividades de acordo com critérios de uma sã e prudente gestão de acordo com os padrões da indústria da água, cumprindo as leis, regulamentos e os padrões aplicáveis ao sector;
- (f) Infra-Estruturas. Excepto no que respeita às alterações decorrentes de modificações unilaterais impostas pelo Concedente, desenvolver toda a actividade de execução dos investimentos em Infra-Estruturas nos termos, condições e prazos previstos no Contrato de Concessão, no Plano de Investimentos e no presente Contrato de Financiamento;

- (g) Licenças e autorizações. Manter e desenvolver todas as diligências que se revelem necessárias para obter e manter, em vigor, pelos prazos necessários, todas as licenças e autorizações que se revelem necessárias ao exercício das suas actividades;
- (h) Negócios jurídicos. Não celebrar, nem prometer ou aceitar quaisquer negócios jurídicos que contrariem ou conflituem com os termos e condições dos Contratos Financeiros;
- (i) Propriedade industrial. Cumprir todas as obrigações relativas aos direitos de propriedade industrial de que seja titular;
- (j) Seguros. (i) Celebrar e manter ininterruptamente os Seguros descritos no Anexo XII (*Seguros*) nos termos e condições aí referidos, (ii) manter os Seguros válidos e em vigor, com as condições inalteradas (excepto (i) para alteração dos valores de prémio e de cobertura, neste último caso desde que superior, ou (ii) se mais favoráveis para a Concessionária, desde que confirmado por escrito pelo Consultor Técnico), pagando atempada e integralmente os respectivos prémios.

## 17. OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

A Concessionária obriga-se para com os Bancos a:

- (a) Audidores. A partir da Data do Contrato de Financiamento, fazer com que as respectivas Demonstrações Financeiras anuais sejam auditadas pelos Auditores Externos;
- (b) Demonstrações Financeiras. Fazer com que as Demonstrações Financeiras e todos os demais livros e registos contabilísticos sejam elaborados de acordo com as normas contabilísticas, à data então em vigor, aplicadas de forma consistente, reflectindo de forma verídica, completa e exacta a sua situação económico-financeira à data a que se reportam;
- (c) Empréstimos. Não conceder, seja a que título for, empréstimos ou garantir dívidas de terceiros, incluindo de accionistas, membros dos respectivos órgãos sociais e respectivos cônjuges, ascendentes e descendentes, sociedades que com ela estejam em Relação de Domínio ou de Grupo, nem prometer, aceitar ou propor fazê-lo (excepto se condicionado à aprovação dos Bancos);
- (d) Endividamento adicional. Com excepção da (i) Dívida Subordinada, (ii) das operações de *leasing* ou *factoring* previamente aprovadas por escrito pelos Bancos ou permitidas nos termos dos Contratos Financeiros, em condições normais de mercado, e (iii) do Refinanciamento, não contrair qualquer outra Dívida Financeira para além da decorrente deste Contrato de Financiamento, do Contrato de Cobertura de Risco de Taxa de Juro ou prevista no Orçamento Anual, nem prometer, propor ou aceitar fazê-lo, excepto se condicionada à aprovação dos Bancos;
- (e) Investimentos financeiros. (i) Não constituir, seja sob que forma for, sociedades, nem prometer, propor ou aceitar fazê-lo, (ii) não adquirir seja sob que forma for participações sociais noutras sociedades, nem prometer, propor ou aceitar fazê-lo, (iii) não comprar acções próprias, nem aceitar, propor ou prometer fazê-lo, (iv) não celebrar contratos de *joint venture*, contratos de associação, consórcio, agrupamento

complementar de empresas ou outro de natureza ou finalidades similares, nem prometer, propor ou aceitar fazê-lo, (v) não celebrar contratos de trespasse, de compra de estabelecimentos, de cessão de exploração ou outros negócios jurídicos nos termos dos quais adquira a propriedade, posse, usufruto ou outro direito real sobre determinado conjunto de bens ou estabelecimento, comercial ou industrial, nem prometer, propor ou aceitar fazê-lo, (vi) não adquirir imóveis, nem prometer, propor ou aceitar fazê-lo;

- (f) Investimentos e despesas de exploração. Sem prejuízo do estipulado na alínea anterior, não realizar quaisquer investimentos ou despesas, seja qual for o respectivo montante e propósito, a não ser investimentos ou despesas que (i) estejam considerados no Plano de Investimentos ou no Orçamento Anual, nos termos e condições, designadamente prazos e montantes, nele estabelecidos ou que não ultrapassem os montantes previstos (1) no Orçamento de Investimento para cada investimento em mais de 5 (cinco) por cento, e (2) no Orçamento de Exploração em mais de 10 (dez) por cento, (ii) sejam realizados com montantes recebidos dos Seguros, desde que esse montante seja exclusivamente utilizado na reparação ou substituição do bem sinistrado, (iii) sejam exigidos em resultado de um evento de força maior ou (iv) sejam Investimentos Autorizados;
- (g) Pagamentos de impostos e contribuições. Ter pagas e em dia todas as taxas, contribuições (incluindo as referentes à segurança social) e impostos que sejam devidos;
- (h) Prestação de garantias. Não prestar garantias, de natureza pessoal ou real, nem onerar, ou constituir encargo ou responsabilidade sobre parte ou a totalidade dos bens e direitos de que seja ou venha a ser titular, a favor de qualquer pessoa, incluindo membros dos órgãos sociais e sociedades que se encontrem em Relação de Domínio ou de Grupo, nem prometer, aceitar ou propor fazê-lo, com excepção dos Ónus Autorizados.

## 18. INVESTIMENTOS ADICIONAIS

A Concessionária não poderá realizar um investimento decorrente das ordens, instruções ou solicitações do Concedente para realizar obras não incluídas no Plano de Investimentos que implique, ainda que parcialmente, um Custo de Investimento Adicional caso o Banco Agente não tenha (i) comprovado que o financiamento desse Custo de Investimento Adicional não conduz a um RDF inferior a 1 (um) ou (ii) autorizado expressamente e por escrito a realização de investimentos que impliquem um Custo de Investimento Adicional.

## 19. CONTRATOS DO PROJECTO

### 19.1. Contratos do Projecto

A Concessionária obriga-se para com os Bancos a:

- (a) Não alteração. Não alterar, aditar ou prorrogar, denunciar, rescindir ou revogar, expressa ou tacitamente, e de forma relevante qualquer um dos Contratos do Projecto, nem prometer, propor ou aceitar fazê-lo;
- (b) Cumprimento. Cumprir todas e qualquer uma das obrigações por ela assumidas nos Contratos do Projecto;

- (c) Exercício de direitos. Exercer todos os direitos e faculdades decorrentes dos Contratos do Projecto, exigindo das respectivas Contrapartes o integral e atempado cumprimento das obrigações que de cada um desses contratos para elas decorrem, em termos consentâneos com uma gestão sã e prudente da Concessão;
- (d) Garantias. Prontamente accionar e executar, nos termos dos Contratos do Projecto, todas e cada uma das garantias de que seja ou venha a ser beneficiária em termos consentâneos com uma gestão sã e prudente da Concessão, excepto se razoavelmente expectável que esta actuação seja contrária aos interesses da Concessionária mas tendo também em conta os interesses dos Bancos decorrentes dos Contratos Financeiros.

## **19.2. Direitos de Exercício Condicionado e Obrigações de Notificação**

A Concessionária obriga-se para com os Bancos a exercer os Direitos de Exercício Condicionado nos termos e condições previstos no Anexo VI (*Direitos de Exercício Condicionado*) e a cumprir as obrigações de notificação constantes do Anexo VII (*Obrigações de Notificação*).

## **20. EXCEPCÕES**

Exceptuam-se das cláusulas 16 (*Obrigações Gerais*), 17 (*Obrigações Financeiras*) e 19 (*Contratos do Projecto*), (i) os actos que vierem a ser consentidos, autorizados ou objecto de renúncia previamente e por escrito pelos Bancos, desde que praticados nos exactos termos e condições desse consentimento, ou (ii) aqueles que venham a ser unilateralmente impostos pelo Concedente, desde que sejam compensados através do processo de Reequilíbrio Financeiro.

## **21. DISTRIBUIÇÕES E OUTROS PAGAMENTOS**

### **21.1. Distribuições**

Excepto se autorizada por escrito pelos Bancos, a Concessionária obriga-se para com os Bancos a não proceder, seja sob que forma for, a quaisquer Distribuições se se verificar qualquer uma das seguintes situações e enquanto essa situação se mantiver:

- (a) Período de Carência de Capital. Enquanto não tiver ocorrido o termo do Período de Carência de Capital;
- (b) Saldo Mínimo CRSD. Se a Conta de Reserva do Serviço da Dívida não estiver devidamente provisionada com o Saldo Mínimo CRSD;
- (c) Potencial Situação de Vencimento. Se tiver ocorrido uma Potencial Situação de Vencimento, caso o Banco Agente notifique previamente e por escrito a Concessionária da impossibilidade de serem efectuadas Distribuições em virtude dessa ocorrência;
- (d) Situação de Vencimento. Se tiver ocorrido uma Situação de Vencimento que não tenha sido sanada.

## 21.2. Periodicidade das Distribuições

A Concessionária obriga-se para com os Bancos a realizar apenas 2 (duas) Distribuições por cada ano, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de cada Data de Cálculo, por meio de transferência dos respectivos montantes para a Conta de Distribuições.

## 22. AFECTAÇÃO PRIORITÁRIA DE CASHFLOW ANTES DO SERVIÇO DA DÍVIDA

A Concessionária obriga-se para com os Bancos a afectar o *Cashflow* Antes do Serviço da Dívida de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (a) Despesas e Encargos. Primeiro, para pagamento de Despesas e Encargos;
- (b) Comissões. Segundo, para pagamento de Comissões;
- (c) Juros. Terceiro, para pagamento dos juros devidos aos Bancos nos termos do presente Contrato de Financiamento;
- (d) Empréstimo. Quarto, para reembolso do Empréstimo (incluindo Reembolsos Antecipados Obrigatórios);
- (e) Distribuições. Quinto, para pagamento de Distribuições, desde que, no entanto, estejam integralmente cumpridos os requisitos e condições estabelecidos na cláusula 21 (*Distribuições e Outros Pagamentos*).

## 23. RELATÓRIOS

### 23.1. Relatórios

A Concessionária obriga-se para com os Bancos a entregar ao Banco Agente:

- (a) Infra-Estruturas. Semestralmente, até 15 de Fevereiro e até 15 de Agosto de cada ano, um relatório escrito, reportado a, respectivamente, 31 de Dezembro e 30 de Junho, relativo à construção das Infra-estruturas, elaborado pela Concessionária ou pelo Construtor, com autorização da Concessionária, onde, entre outros deverão constar, pelo menos, os seguintes pontos:
  - (i) Projectos de execução;
  - (ii) Comparação dos valores facturados pelo Construtor e os valores previstos no Orçamento Anual;
  - (iii) Planeamento dos trabalhos referentes à empreitada e identificação dos eventuais desvios nos prazos de execução;
  - (iv) Licenças e autorizações emitidas durante o período em causa;
  - (v) Cópia das Cauções da Empreitada emitidas no período em causa;



- (b) Rácios. Semestralmente, até 15 de Novembro e até 15 de Maio de cada ano, um relatório escrito, reportado a, respectivamente, 30 de Junho e 31 de Dezembro, contendo projecções do *Cashflow* Antes do Serviço da Dívida;
- (c) Exploração e Manutenção. Anualmente, até 30 de Abril, um relatório escrito, reportado a 31 de Dezembro do ano anterior, relativo às operações de exploração e manutenção do ano anterior, onde sejam abordados, pelo menos, os seguintes aspectos:
- (i) Estatísticas de aquisição de água à sociedade Águas do Oeste, S.A.;
  - (ii) Estatísticas de consumidores e de consumos de água facturada;
  - (iii) Tarifário em vigor, proveitos de exploração anuais e sua comparação com o Orçamento Anual;
  - (iv) Estatística de reclamação de consumidores;
  - (v) Estatística de intervenções técnicas;
  - (vi) Seguros.
- (d) Orçamento Anual. Anualmente, até 30 de Novembro, um relatório escrito relativo ao Orçamento Anual para o ano seguinte, onde deverão, pelo menos, ser abordados e quantificados, os seguintes aspectos, quer numa óptica económica, quer numa óptica de *cashflow*:
- (i) Custos e despesas com investimentos em infra-estruturas, operacionais e logísticos;
  - (ii) Necessidades de fundo de maneo;
  - (iii) Proveitos e receitas de exploração;
  - (iv) Custos e despesas de exploração;
  - (v) Impostos;
  - (vi) Receitas e despesas financeiras;
  - (vii) Receitas e despesas extraordinárias;
  - (viii) Contas provisionais.

## **23.2. CD-ROM**

Os Relatórios referidos no número anterior serão entregues em versão CD-ROM, obrigando-se a Concessionária a entregar, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, uma versão em papel se tal lhe for solicitado por qualquer um dos Bancos.

## **23.3. Modelo Financeiro e Orçamento Anual**

Sempre que o Orçamento Anual referente ao ano a que se reporta um determinado Relatório não tenha sido aprovado pelos Bancos nos termos e condições previstos na alínea (d) da cláusula 23.1(*Relatórios*), a comparação de valores que, nos termos constantes da presente cláusula, deva ser efectuada por comparação com esse Orçamento Anual, será efectuada por comparação com o Modelo Financeiro.

## **CAPÍTULO IV - CANCELAMENTO E REEMBOLSO ANTECIPADO**

### **24. CANCELAMENTO**

#### **24.1. Cancelamento**

A Concessionária tem a faculdade de, a todo o tempo, poder cancelar total ou parcialmente os montantes objecto do Empréstimo, desde que notifique os Bancos, por escrito, da sua intenção de cancelar parte ou totalidade desses montantes com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência sobre a data do pretendido cancelamento e demonstre, em termos satisfatórios para os Bancos, que o cancelamento de tais montantes não conduz a um RDF inferior a 1 (um).

#### **24.2. Impossibilidade de reutilização**

Os montantes do Empréstimo cancelados nos termos e condições constantes da presente cláusula não poderão voltar a ser utilizados.

### **25. REEMBOLSO ANTECIPADO VOLUNTÁRIO**

#### **25.1. Reembolso Antecipado Voluntário**

A Concessionária tem a faculdade de poder reembolsar parte ou totalidade da Tranche A, desde que notifique os Bancos, por escrito, da sua intenção de proceder a um Reembolso Antecipado Voluntário, com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência sobre a data do pretendido reembolso, e desde que esse reembolso não dê origem a uma Situação de Vencimento.

#### **25.2. Montantes Mínimos**

Cada Reembolso Antecipado Voluntário, se parcial, deverá ser efectutado pelo valor mínimo de EUR 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Euros) e, se superior a este valor e, na parte excedente, em múltiplos de EUR 50.000,00 (cinquenta mil Euros).

#### **25.3. Comissão**

A Concessionária obriga-se a pagar aos Bancos uma comissão correspondente a 0,10 (zero vírgula um zero) por cento do montante reembolsado (incluindo, portanto, capital mutuado, juros, Despesas e Encargos e Comissões).

A comissão referida na presente cláusula não será devida pela Concessionária, caso:

- (a) Cashflow. Se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- (i) O reembolso seja efectuado unicamente com o *cashflow* gerado pelo Projecto;
  - (ii) Esse reembolso coincida com uma Data de Pagamento de Juros; e
  - (iii) Não implique uma Situação de Vencimento;
- (b) Alteração das circunstâncias. Seja feito um reembolso integral do Empréstimo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a ocorrência de uma Situação de *Market Disruption* ou após a verificação de circunstâncias no mercado que impossibilitem a obtenção de fundos no mercado interbancário europeu em montante necessário para fazer face a Desembolsos solicitados;
- (c) Refinanciamento. O reembolso seja integral e efectuado no âmbito do Refinanciamento.

#### **25.4. Custos**

Por cada Reembolso Antecipado Voluntário que não seja efectuado numa Data de Pagamento de Juros, a Concessionária fica obrigada a compensar os Bancos de quaisquer despesas efectivas em que venham a incorrer (se os houver) em virtude da imobilização dos fundos objecto do reembolso antecipado, apurados pela aplicação a cada montante reembolsado antecipadamente do diferencial entre:

- (a) Euribor inicial. A Euribor para o respectivo Período de Contagem de Juros, e
- (b) Nova Euribor. A Euribor para o período mais próximo do período remanescente do Período de Contagem de Juros em vigor na data do cancelamento.

#### **25.5. Condições**

As Comunicações de Reembolso Antecipado Voluntário são incondicionais e irrevogáveis.

### **26. REEMBOLSO ANTECIPADO OBRIGATÓRIO**

#### **26.1. Reembolso Antecipado Obrigatório**

A Concessionária obriga-se a utilizar para reembolso antecipado (parcial ou total, consoante os montantes em causa) da Tranche A todos os montantes que venha a receber a título de:

- (a) Compensações. Compensações que, na opinião do Consultor Técnico, não sejam necessários ao restabelecimento das condições técnicas e operacionais da Concessão;
- (b) Subsídios. Subsídios de qualquer natureza.

#### **26.2. Afectação**

Os montantes recebidos pela Concessionária para reembolso antecipado obrigatório nos termos do número anterior serão aplicados nos seguintes termos:

- (a) Dívida Sénior. Um montante não inferior a 80 (oitenta) por cento dos montantes recebidos será utilizado para reembolso antecipado obrigatório da Dívida Sénior;

- (b) Dívida Subordinada. Um montante não superior a 20 (vinte) por cento dos montantes recebidos será utilizado para Distribuições.

### **26.3. Cash Sweep**

Até à Data de Refinanciamento, a Concessionária obriga-se a utilizar para reembolso antecipado (parcial ou total, consoante os montantes em causa) da Tranche A, em cada Data de Cálculo, o montante equivalente a 50 (cinquenta) por cento do Excesso de *Cashflow* calculado nessa data para o Período de Cálculo anterior, sendo o remanescente 50 (cinquenta) por cento passível de ser utilizado para Distribuições.

A partir da Data de Refinanciamento, a Concessionária obriga-se a utilizar para reembolso antecipado (parcial ou total, consoante os montantes em causa) da Dívida Sénior o montante equivalente a 100 (cem) por cento do Excesso de *Cashflow* calculado na respectiva Data de Cálculo.

A partir da Data de Refinanciamento, e desde que (i) a Dívida Sénior (com excepção da Tranche B) tenha sido reembolsada na totalidade, e (ii) a Conta de Reserva Caução se encontre dotada com o Saldo Mínimo previsto na cláusula 13.2. (*Saldo Mínimo*) do Contrato de Depósito Bancário, o montante equivalente ao Excesso de *Cashflow* calculado na respectiva Data de Cálculo, poderá ser integralmente utilizado para Distribuições.

### **26.4. Prazo**

Cada Reembolso Antecipado Obrigatório deverá ocorrer até ao final do Período de Contagem de Juros em curso (devendo os respectivos montantes ficar depositados na Conta de Compensações até essa data), excepto os montantes calculados nos termos e nas condições previstos no número anterior, caso em que o respectivo reembolso deverá ocorrer até ao Dia Útil seguinte à respectiva Data de Cálculo, sem que por tal haja lugar a qualquer tipo de penalização da Concessionária.

## **27. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os montantes do Empréstimo reembolsados antecipadamente nos termos e condições constantes do presente capítulo não poderão voltar a ser utilizados.

## **CAPÍTULO V - MORA E REEMBOLSO**

### **28. MORA**

#### **28.1. Mora**

Em caso de mora de quaisquer pagamentos devidos pela Concessionária aos Bancos, ao abrigo e nos termos do presente Contrato de Financiamento e durante o período de tempo em que a mesma se verificar, serão os juros do capital em dívida da respectiva Tranche agravados com uma sobretaxa de 2 (dois) por cento ao ano.

## **28.2. Capitalização de Juros**

Em caso de mora da Concessionária no pagamento de juros compensatórios relativos a qualquer uma ou a todas as Tranches, os Bancos poderão capitalizar os juros que corresponderem a períodos de 3 (três) meses.

## **29. PRAZO. REEMBOLSO**

### **29.1. Reembolso**

Sem prejuízo dos Reembolsos Antecipados Voluntários:

- (a) Tranche A. Os montantes em dívida ao abrigo da Tranche A que não tenham sido reembolsados nos termos da cláusula 26.3 (*Cash Sweep*), deverão ser integral e definitivamente reembolsados na Data de Reembolso;
- (b) Tranche B. Em caso de execução da Caução da Concessão, a Concessionária deverá reembolsar os Bancos do montante pago no âmbito dessa execução, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da notificação dos Bancos para o efeito.

### **29.2. Caução da Concessão**

Sem prejuízo do número anterior, no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis após o termo do seu prazo (que é de 31 (trinta e um) anos, contados desde a data de entrada em vigor do Contrato de Concessão, conforme resulta do referido Contrato de Concessão) deverá ser entregue ao Banco Agente uma declaração do Concedente confirmando o cancelamento e a renúncia ao benefício da Caução da Concessão e confirmando que não são devidos quaisquer montantes ao abrigo da Caução da Concessão, obrigando-se a Concessionária a envidar os seus melhores esforços para o efeito e para que conjuntamente com tal declaração seja devolvido aos Bancos o documento que titula a Caução da Concessão.

### **29.3. Notificação**

Os Bancos obrigam-se a notificar a Concessionária da execução da Caução da Concessão no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após a execução da Caução.

## **30. PAGAMENTOS E IMPUTACÃO**

### **30.1. Pagamentos**

Todos os pagamentos que devam ser efectuados ao abrigo do presente Contrato de Financiamento deverão ser realizados, nas datas expressamente nele fixadas para o efeito, mediante débito da Conta de Receitas.

### **30.2. Exigibilidade**

Nos casos em que os pagamentos não tenham datas expressamente fixadas para o efeito no Contrato de Financiamento, os mesmos serão devidos e exigíveis 5 (cinco) Dias Úteis após a recepção pela Concessionária dos correspondentes avisos de débito.

### 30.3. Débito em conta

Em cada uma das datas de pagamento dos montantes exigíveis ao abrigo do presente Contrato de Financiamento, a Concessionária deverá ter disponíveis até às 12:00 horas, na Conta de Receitas, disponibilidades monetárias em montante suficiente para fazer face a esse pagamento, ficando os Bancos, por este mesmo acto e de modo irrevogável, autorizados a debitar as referidas contas, para efeito de pagamento de reembolsos de parte ou totalidade das Tranches (incluindo, sem limitação, Reembolsos Antecipados Voluntários), juros, comissões, Despesas e Encargos ou montantes devidos nos termos deste Contrato de Financiamento, obrigando-se os Bancos a enviar comunicação escrita relativa à realização de tais débitos à Concessionária no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis.

### 30.4. Autorizações

Caso a Conta de Receitas não esteja devidamente provisionada nas datas de pagamento dos montantes exigíveis ao abrigo do presente Contrato de Financiamento, a Concessionária, desde já e pelo presente, autoriza (definitiva, irrevogável e incondicionalmente) e reconhece o direito de os Bancos:

- (a) Débito de outras contas bancárias. Debitarem ou solicitarem o débito de qualquer outra das Contas Bancárias (com excepção da Conta de Distribuições) ou conta bancária de que a Concessionária seja ou venha a ser titular, individualmente, junto de qualquer um dos Bancos;
- (b) Movimentação de contas bancárias. Procederem às correspondentes movimentações nas contas bancárias referidas na alínea anterior, face a simples solicitação escrita de qualquer um dos Bancos, com referência ao presente Contrato de Financiamento.

## 31. IMPUTAÇÃO DO CUMPRIMENTO

Salvo se de outro modo estipulado neste Contrato de Financiamento ou acordado, por escrito, entre a Concessionária e os Bancos, as quantias recebidas pelos Bancos, nos termos do presente Contrato de Financiamento, serão imputadas sucessivamente ao pagamento de Despesas e Encargos, indemnizações (incluindo juros de mora), Comissões, juros remuneratórios e capital, sem prejuízo dos Bancos e só estes, poderem alterar a ordem de imputação dos pagamentos recebidos, nos termos e condições que entenderem convenientes e mediante prévia notificação à Concessionária a este respeito.

## 32. VENCIMENTO ANTECIPADO

### 32.1. Situações de Vencimento

Constituem Situações de Vencimento, ao abrigo dos Contratos Financeiros, qualquer uma das seguintes situações:

- (a) Acções Judiciais e Arbitrais. Se for intentada, em qualquer tribunal, de qualquer natureza (incluindo arbitral), qualquer acção, de qualquer tipo, contra a Concessionária que os Bancos, depois de analisarem os articulados de resposta da Concessionária, concluem de forma justificada que tem um Efeito Adverso Relevante;

- (b) Actividade. Se a Concessionária suspender ou interromper a sua actividade, salvo em caso de Força Maior;
- (c) Alteração dos estatutos. Sem prejuízo do estabelecido na alínea seguinte no que respeita a aumentos do capital social, se os estatutos da Concessionária forem alterados, sem o acordo prévio e por escrito dos Bancos, e essa alteração tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (d) Aumento de capital, transformação, cisão, fusão, cisão - fusão e dissolução. Se for aprovada ou decidida, em assembleia geral (incluindo sem limitação por deliberação unânime por escrito, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais), ou no decurso de um processo judicial, um aumento de capital social, a transformação, fusão, cisão, cisão - fusão, dissolução ou liquidação da Concessionária, salvo se a deliberação ou decisão em causa for tomada no âmbito de um processo de reestruturação da Concessionária que tenha sido objecto de aprovação prévia e por escrito dos Bancos ou, no caso de aumento do capital social, salvo se (i) as acções emitidas no âmbito desse aumento do capital social forem objecto de penhor de primeiro grau a favor dos Bancos nos termos previstos no Contrato de Garantias e (ii) não sejam admitidos novos sócios e (iii) a Aquapor mantenha o domínio da Concessionária;
- (e) Concessão. O Concedente proceda ao sequestro ou rescisão da Concessão ou manifeste a sua intenção de o fazer ou se ocorrer a extinção do serviço público concessionado;
- (f) Contratos do Projecto. Se (i) a Concessionária e / ou qualquer uma das Accionistas não cumprir qualquer uma das obrigações que para elas decorrem de qualquer um dos Contratos do Projecto e tal incumprimento tiver um Efeito Adverso Relevante e não for sanado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação para o efeito, (ii) qualquer um dos Contratos do Projecto venha a ser (no todo ou em parte) rescindido, resolvido ou se, por qualquer razão, que não o resgate da Concessão, deixar de produzir efeitos que não seja em resultado do seu integral cumprimento de acordo com os seus termos;
- (g) Contratos Financeiros. (i) Não pagamento pela Concessionária na respectiva data de vencimento, de qualquer quantia que por ela seja devida nos termos do Contrato de Financiamento, ou (ii) incumprimento, pela Concessionária e / ou por qualquer uma das Accionistas, de qualquer outra obrigação que para si resulte de qualquer um dos Contratos Financeiros, sempre que esse incumprimento tiver um Efeito Adverso Relevante; (iii) caso qualquer um dos Contratos Financeiros venha a ser (no todo ou em parte) rescindido, resolvido ou se, por qualquer razão, deixar de produzir efeitos que não seja em resultado do seu integral cumprimento de acordo com os seus termos; (iv) caso os Bens Onerados sejam alienados ou onerados;
- (h) Declarações e Garantias. Quando qualquer uma das Declarações e Garantias for incorrecta, incompleta ou falsa, por acção ou omissão, no todo ou em parte e tal correcção, imperfeição ou falsidade tenha um Efeito Adverso Relevante ou tenha sido dolosamente prestada;
- (i) Dissolução. Se for deliberada a dissolução da Concessionária e / ou de qualquer uma das Accionistas;

- (j) Ilegalidade. No caso de (i) qualquer uma das garantias constituídas ou prometidas constituir, nos termos e condições previstos no Contrato de Garantias, perderem o respectivo grau de prioridade (salvo se em virtude de privilégios creditórios resultantes directamente da lei), (ii) se verificar que qualquer um dos Contratos Financeiros ou qualquer uma das garantias constituídas ou prometidas constituir, nos termos e condições previstos no Contrato de Garantias, é contrária à lei, nula ou foi anulada, (iii) qualquer uma dessas garantias deixar de constituir, no todo ou em parte, obrigação válida e eficaz perante os correspondentes beneficiários, de acordo com os seus termos;
- (k) Ilicitude. No caso de a Concessionária incumprir qualquer obrigação que para ela decorra da legislação ou regulamentação que lhe seja aplicável e desde que tal incumprimento tenha ou possa ter um Efeito Adverso Relevante;
- (l) Ónus Autorizados. Com excepção dos Ónus Autorizados, caso a Concessionária venha a onerar ou dar em garantia, seja sob que forma for, qualquer bem ou direito de que seja ou venha a ser titular, ou prometa, aceite ou proponha fazê-lo;
- (m) Incumprimento de Contratos Financeiros. Quando não for cumprida pela Concessionária qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer Contrato Financeiro celebrado com qualquer um dos Bancos ou outra instituição de crédito (mas com excepção dos Contratos Financeiros) e não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis após notificação para o efeito, designadamente quando não for efectuado o pagamento pontual de qualquer prestação de capital ou de juros;
- (n) Penhora e apreensão judicial. Se for efectuada uma penhora ou for ordenada qualquer outra forma de apreensão judicial de bens da Concessionária de valor igual ou superior a EUR 150.000,00 (cento e cinquenta mil Euros) ou de bens de qualquer outra entidade que estejam a garantir os créditos dos Bancos ou que sejam objecto de uma promessa de garantia desses créditos e essa situação tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (o) Processo de insolvência. Se a Concessionária apresentar em juízo pedido de declaração de insolvência ou, não sendo aquele pedido requerido por sua iniciativa, caso o respectivo processo não seja arquivado no prazo de 10 (dez) dias a contar da citação da Concessionária no âmbito do respectivo processo;
- (p) Projecto. No caso de a Concessionária abandonar o Projecto ou deliberar fazê-lo;
- (q) Reequilíbrio Financeiro. Caso ocorra um facto ou evento que dê lugar, nos termos do Contrato de Concessão, ao Reequilíbrio Financeiro, que tenha um Efeito Adverso Relevante e a forma de reposição do Reequilíbrio Financeiro não seja acordada entre o Concedente e a Concessionária no prazo de 6 (seis) meses desde a data da ocorrência do referido facto ou evento;
- (r) Suspensão de pagamentos. Se a Concessionária cessar ou suspender pagamentos em geral.

Não se considerará uma Situação de Vencimento qualquer das situações identificadas nesta cláusula que decorrer de um facto ou evento que (i) nos termos do Contrato de Concessão, dê lugar ao Reequilíbrio Financeiro, e (ii) a forma de reposição do Reequilíbrio Financeiro seja



ou possa ser acordada entre o Concedente e a Concessionária no prazo de 6 (seis) meses desde a data da sua ocorrência.

### **32.2. Vencimento Antecipado**

Para efeitos do presente Contrato de Financiamento, considera-se que há incumprimento definitivo:

- (a) Situação de Vencimento passível de sanção. Com exceção das situações previstas na alínea seguinte, quando a Situação de Vencimento resultar do não cumprimento de uma obrigação cuja prestação seja ainda possível de realizar e a Concessionária e / ou as Accionistas, consoante aplicável, não realizem a prestação em falta no prazo de 5 (cinco) dias, caso se trate de obrigações pecuniárias ou no prazo de 30 (trinta) dias, caso se trate de obrigações não pecuniárias, após a interpelação por escrito do Banco Agente para o efeito;
- (b) Situação de Vencimento não sanada ou não sanável. Nos demais casos, quando a Situação de Vencimento resultar do não cumprimento de uma obrigação cuja correspondente prestação já não seja possível de realizar ou o incumprimento não seja possível de sanar, no momento em que a Concessionária for notificada pelos Bancos da verificação dessa Situação de Vencimento. Por forma a esclarecer quaisquer dúvidas, os Contraentes acordam que as Situações de Vencimento previstas na cláusula 32.1 (*Situações de Vencimento*) que aí incluem já um prazo de sanção, serão consideradas, após o decurso desse prazo, como obrigações cujo cumprimento já não é possível.

### **32.3. Vencimento Antecipado**

Após o incumprimento definitivo do Contrato de Financiamento nos termos previstos no número anterior, o Vencimento Antecipado poderá ser declarado pelos Bancos que, em conjunto, detenham uma Participação igual ou superior a 2/3 (dois terços), mediante notificação escrita à Concessionária, aceitando os Bancos expressamente que os direitos emergentes da declaração de Vencimento Antecipado apenas poderão ser exercidos conjuntamente por Bancos que detenham uma Participação idêntica à atrás referida.

## **CAPÍTULO VI - COMISSÕES**

### **33. COMISSÃO DE IMOBILIZAÇÃO**

#### **33.1. Comissão de Imobilização**

A Concessionária obriga-se a pagar aos Bancos uma Comissão de Imobilização, correspondente a 0,40 (zero vírgula quatro zero) por cento ao ano sobre os montantes não utilizados ao abrigo da Tranche A, calculada dia a dia, desde a Data de Entrada em Vigor até ao termo do respectivo Período de Desembolso.

#### **33.2. Vencimento**

A Comissão de Imobilização deverá ser paga semestral e postecipadamente, em cada Data de Pagamento de Juros, calculada dia a dia sobre os montantes não utilizados ao abrigo da

Tranche A, vencendo-se a primeira na primeira Data de Pagamento de Juros ocorrida ao abrigo do presente Contrato de Financiamento.

### **34. COMISSÃO DA CAUÇÃO DA CONCESSÃO**

#### **34.1. Comissão da Caução da Concessão**

A Concessionária obriga-se a pagar aos Bancos uma comissão de garantia bancária, nos seguintes termos:

- (a) Até à Data de Refinanciamento. Até à Data de Refinanciamento, uma comissão equivalente a 50 (cinquenta) por cento da Margem calculada sobre o valor da Caução da Concessão emitida, calculada dia a dia;
- (b) Depois da Data de Refinanciamento. Depois da Data de Refinanciamento, (i) uma comissão de 0,50 (zero vírgula cinquenta) por cento sobre o montante equivalente ao Saldo Disponível da Conta de Reserva Caução, desde que seja respeitado o respectivo Saldo Mínimo, e (ii) uma comissão equivalente a 50 (cinquenta) por cento da Margem sobre o valor da Caução da Concessão emitida (deduzido do montante equivalente ao Saldo Disponível da Conta de Reserva Caução, desde que seja respeitado o respectivo Saldo Mínimo), calculada dia a dia.

#### **34.2. Vencimento**

A Comissão da Caução da Concessão deverá ser paga trimestral e antecipadamente, desde a data da sua emissão.

## **CAPÍTULO VII - DESPESAS E IMPOSTOS**

### **35. DESPESAS E ENCARGOS**

#### **35.1. Despesas e Encargos**

A Concessionária é responsável pelo pagamento de:

- (a) Contratos Financeiros. Todas as despesas, custos e encargos decorrentes da negociação e celebração dos Contratos Financeiros, incluindo honorários dos Consultores Independentes;
- (b) Garantias. Todas as despesas, custos e encargos inerentes à constituição, formalização, registo (provisório ou definitivo), modificação e / ou execução das Garantias;
- (c) Alterações e Renúncias. Todas as despesas, custos e encargos relacionados com a negociação e celebração de aditamentos ou modificações aos Contratos Financeiros, relativas (i) aos Contratos do Projecto e / ou (ii) à negociação, aprovação ou celebração de novos negócios jurídicos relacionados com o Projecto ou com a análise e prestação de consentimentos, autorizações e / ou renúncias;

- (d) Outras Despesas. Todos os custos, despesas, taxas e encargos decorrentes da realização das operações de processamento de fundos, aberturas de contas, depósito e transferências de bens e direitos inerentes ao cumprimento do disposto nos Contratos Financeiros;
- (e) Cobrança de créditos. As despesas, custos e encargos judiciais e extrajudiciais razoáveis em que os Bancos, actuando do boa fé, venham a incorrer para garantia e / ou cobrança dos créditos emergentes dos Contratos Financeiros desde que devidamente justificados;
- (f) Consultores Independentes. Todos os honorários, despesas, custos e encargos decorrentes da intervenção dos Consultores Independentes, respeitantes à Fase de Construção.

### **35.2. Vencimento**

A obrigação de pagamento das Despesas e Encargos vence-se no prazo de 30 (trinta) dias a contar do envio do pedido escrito, para esse efeito, dos Bancos, o qual deverá, sob pena de não produzir quaisquer efeitos, referir a origem e natureza da Despesa e Encargo cujo reembolso é solicitado e respectivo justificativo e ser acompanhado (i) de discriminativos das despesas a reembolsar e (ii) de cópias dos correspondentes recibos, facturas ou outra documentação de suporte.

### **35.3. Débito em conta**

O montante das Despesas e Encargos poderão ser em qualquer altura debitados em qualquer uma das Contas Bancárias, nos termos e condições previstos na cláusula 30 (*Pagamentos e Imputação*), ficando pelo presente e para esse efeito os Bancos devida, plena, irrevogável, definitiva e incondicionalmente autorizados.

### **35.4. Juros**

Sobre as Despesas e Encargos previstos no número anterior, quando estejam em mora, incidirão juros à taxa fixada na cláusula 28 (*Mora*) do Contrato de Financiamento.

## **36. IMPOSTOS**

### **36.1. Não Retenção**

Salvo se de outra forma for imposto por lei, todos os pagamentos a efectuar pela Concessionária ao abrigo e nos termos deste Contrato de Financiamento serão realizados pelos seus valores integrais, sem qualquer retenção ou dedução de natureza fiscal.

### **36.2. Retenção na Fonte**

Caso, por qualquer motivo, a Concessionária seja legalmente obrigada a proceder à retenção ou dedução de algum montante devido a qualquer um dos Bancos ao abrigo deste Contrato de Financiamento ("**Valor Retido**"), a Concessionária obriga-se a acrescer ao valor devido depois de deduzido o Valor Retido a quantia necessária ("**Montante Adicional**") para que o montante efectivamente recebido pelos Bancos ou por qualquer um deles, conforme o caso,

corresponda àquilo que inicialmente receberia, caso não tivesse sido efectuada aquela retenção ou dedução.

### 36.3. Crédito de Imposto

Caso os Bancos ou qualquer um deles venham posteriormente a beneficiar de um crédito ou devolução de imposto ("**Crédito de Imposto**") em virtude do Montante Adicional, o Banco que tiver beneficiado desse Crédito de Imposto obriga-se a reembolsar à Concessionária o montante que, agindo segundo um critério de razoabilidade, vier a apurar ser o correspondente à proporção do Crédito de Imposto que, uma vez devolvido à Concessionária, colocará o Banco na situação em que se encontraria caso a Concessionária não tivesse procedido ao pagamento do Montante Adicional.

### 36.4. Informação

A Concessionária obriga-se a:

- (a) Entrega de documentação. Entregar ao Banco Agente, a pedido deste e no prazo por este solicitado (que não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias), documentação comprovativa da obrigatoriedade de efectuar a retenção ou dedução, e / ou do pagamento de tal retenção ou dedução; e
- (b) Informação. Notificar o Banco Agente assim que tomar conhecimento da obrigatoriedade de efectuar a retenção ou dedução no pagamento de quaisquer montantes devidos a qualquer um dos Bancos, nos termos do presente Contrato de Financiamento.

### 36.5. Benefícios fiscais

No caso de qualquer dos Bancos, em resultado de uma cessão parcial ou total de posição contratual devidamente autorizada, quando necessário, pela Concessionária nos termos da cláusula 7. (*Cessão da Posição Contratual*) do Acordo de Definições, poder vir a beneficiar de uma isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, nos termos do artigo 27.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, fica a Concessionária desde já obrigada a apresentar o respectivo requerimento de isenção junto dos serviços de finanças competentes no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da solicitação escrita que os Bancos lhe remetam para o efeito. A Concessionária deverá enviar a proposta de requerimento ao Banco Agente até ao 10.º (décimo) Dia Útil após a referida solicitação escrita dos Bancos. A Concessionária deverá enviar ao Banco Agente cópia da apresentação do requerimento e da resposta ao mesmo no prazo de máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados desde a data de apresentação do requerimento e da recepção da resposta ao mesmo, respectivamente.

## CAPÍTULO VIII - SINDICATO BANCÁRIO

### 37. SINDICATO BANCÁRIO

#### 37.1. Sindicato bancário

No âmbito e para os efeitos do presente Contrato de Financiamento, os Bancos constituem entre si um sindicato bancário, comprometendo-se, em consequência, a agir de forma

conjunta, pelo que, salvo se de outro modo aqui previsto, o exercício dos direitos que para eles decorrem do presente Contrato de Financiamento e dos demais Contratos Financeiros deverá ser efectuado em conjunto pelos Bancos ou através do Banco Agente.

### **37.2. Maioria**

As decisões dos Bancos constituídos em sindicato bancário relativos a todos os Contratos Financeiros serão tomadas por Bancos que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) do capital objecto do Empréstimo.

## **CAPÍTULO IX – BANCO AGENTE**

### **38. BANCO AGENTE**

#### **38.1. Contrato de agência**

O Caixa BI é nomeado e mandatado pelos Bancos para actuar como Banco Agente e representante dos Bancos no Empréstimo e na execução do presente Contrato de Financiamento e dos demais Contratos Financeiros, competindo-lhe enquanto tal e em nome e representação dos Bancos:

- (a) Consentimentos e autorizações. Prestar, na sequência de instruções recebidas para esse efeito dos Bancos, actuando de acordo com o estabelecido na cláusula 37 (*Sindicato bancário*), todos os consentimentos e autorizações previstos nos Contratos Financeiros que venham a ser solicitados aos Bancos;
- (b) Recepção de pedidos. Receber todos os pedidos de consentimento, renúncia e / ou autorização efectuados pela Concessionária e / ou por qualquer uma das Accionistas;
- (c) Recepção de informação. Receber todas as informações prestadas pela Concessionária, nos termos e em cumprimento do estabelecido no Contrato de Financiamento;
- (d) Exercício de direitos e faculdades. De um modo geral, exercer todos os direitos, poderes e faculdades conferidos no presente Contrato de Financiamento e nos demais Contratos Financeiros aos Bancos, de acordo com os seus termos.

#### **38.2. Natureza das obrigações**

Todas as obrigações que do Contrato de Financiamento decorrem para o Banco Agente, enquanto tal, são de natureza administrativa ou operacional, não lhe podendo, assim, ser exigido o cumprimento de qualquer uma das obrigações que do presente Contrato de Financiamento (ou de qualquer um dos demais Contratos Financeiros) decorrem para qualquer um dos Bancos, na sua qualidade de entidades financiadoras da Concessionária.

#### **38.3. Responsabilidade**

O Banco Agente (enquanto tal) não é responsável, nem pode, portanto, seja sob que forma for, ser responsabilizado, pela mora no cumprimento ou incumprimento de qualquer uma das obrigações que do presente Contrato de Financiamento (ou de qualquer um dos demais

Contratos Financeiros) decorrem para qualquer um dos Bancos na sua qualidade de entidades financiadoras da Concessionária.

### **39. SUBSTITUIÇÃO DO BANCO AGENTE**

#### **39.1. Revogação do Contrato do Banco Agente**

A Concessionária reconhece e aceita que o Banco Agente, poderá, a qualquer altura, renunciar a esse cargo, revogando unilateralmente para o efeito o Contrato do Banco Agente, revogação essa que produz efeitos no final do mês seguinte ao mês em que tiver sido notificada a Informação de Revogação.

#### **39.2. Informação**

Caso venha a revogar o Contrato do Banco Agente, nos termos nele referidos, o Banco Agente obriga-se a, de imediato, dar conhecimento escrito à Concessionária e aos Bancos, informando-os (i) da data em que, nos termos do Contrato do Banco Agente, essa revogação produzirá efeitos, e (ii) do nome do Novo Banco Agente, por si proposto ("Comunicação de Nomeação").

#### **39.3. Consentimento**

A nomeação do Novo Banco Agente está condicionada à aceitação da Concessionária, salvo se o Novo Banco Agente for um dos Bancos Iniciais, caso em que esse consentimento é desde já (definitiva, irrevogável e incondicionalmente) prestado para todos os devidos efeitos.

#### **39.4. Substituição do Banco Agente**

Caso a Concessionária (i) receba do Banco Agente a Informação de Revogação e (ii) não receba até ao final do mês seguinte ao mês em que tenha recebido a Informação de Revogação, a Comunicação de Nomeação, as funções de banco agente passarão a ser desempenhadas pelo Banco que então for detentor da maior participação no capital mutuado nos termos do Empréstimo, até que o Novo Banco Agente seja nomeado.

#### **39.5. Cessação de funções**

Com a celebração do Contrato do Banco Agente com o Novo Banco Agente e recepção pela Concessionária da Comunicação de Nomeação, o Novo Banco Agente adere automaticamente - sem necessidade de declaração expressa ou tácita para o efeito ou aceitação por parte da Concessionária e dos Bancos -, aos Contratos Financeiros, passando a neles ocupar a posição contratual que daí decorria para o Anterior Banco Agente.

## **CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GENÉRICAS**

### **40. LEI APLICÁVEL. TRIBUNAL COMPETENTE**

#### **40.1. Lei aplicável**

O presente Contrato de Financiamento é regido pela lei portuguesa.

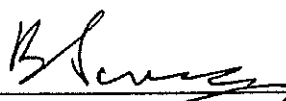
#### 40.2. Foro competente

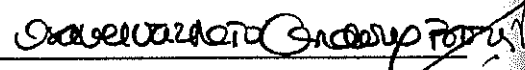
Para todas as questões emergentes do presente Contrato de Financiamento - da sua interpretação, integração, cumprimento, incumprimento, validade ou invalidade - é competente o Tribunal da Comarca de Lisboa.

Feito no local e data indicados no cabeçalho, em 3 (três) exemplares, sendo 1 (um) exemplar destinado à Concessionária e aos Accionistas, 1 (um) exemplar destinado aos bancos e 1 (um) exemplar destinado a ser anexado ao Contrato de Concessão.


Imposto do selo liquidado e pago nos termos do Código do Imposto do Selo.

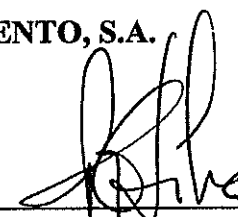
#### CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

  
Nome: Benvenuto Soares de Albuquerque Sousa  
Qualidade: Procurador

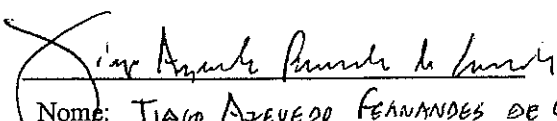
  
Nome: ISABEL CARDOSA BONITO  
Qualidade: Procuradora

#### CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

  
Nome: FRANCISCO VÊDASCA  
Qualidade: PROCURADOR

  
Nome: PAULO SILVA  
Qualidade: PROCURADOR

#### ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.

  
Nome: TIAGO AZEVEDO FERNANDES DE CARVALHO  
Qualidade: Procurador/Administrador

Nome:

Qualidade:

# Acordo sobre Regras de Cálculo e Projeções Financeiras

ENTRE

Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Caixa - Banco de Investimento, S.A.

E

AdAz - Águas da Azambuja, S.A.

URÍA MENÉNDEZ

 VIEIRA DE ALMEIDA  
& Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Lisboa, 8de Maio de 2009




## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1. INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
1.1. Acordo de Definições.....	4
1.2. Remissões .....	4
1.3. Singular e plural.....	5
1.4. Enumeração exemplificativa .....	5
1.5. Epígrafes.....	5
<b>2. OBJECTO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO II – CÁLCULO DE RÁCIOS .....</b>	<b>5</b>
<b>3. RÁCIOS.....</b>	<b>5</b>
3.1. Condição Suspensiva .....	5
3.2. Rácio de Disponibilidade de Fundos .....	5
<b>4. CÁLCULO DOS RÁCIOS.....</b>	<b>6</b>
4.1. Data de Cálculo.....	6
4.2. Arredondamento .....	6
4.3. Conflito.....	6
<b>5. RÁCIO DE ENDIVIDAMENTO.....</b>	<b>6</b>
5.1. Cálculo.....	6
5.2. Periodicidade .....	6
<b>6. RÁCIO DE DISPONIBILIDADE DE FUNDOS.....</b>	<b>7</b>
6.1. Cálculo.....	7
6.2. Periodicidade .....	8
<b>CAPÍTULO III - PROJECCÕES.....</b>	<b>8</b>
<b>7. PREPARAÇÃO DAS PROJECCÕES .....</b>	<b>8</b>
7.1. Pressupostos.....	8
7.2. Acordo sobre os Pressupostos .....	8
7.3. Introdução no Modelo Financeiro.....	8
7.4. Desacordo quanto aos Pressupostos.....	8
7.5. Pressupostos Alterados.....	8
<b>8. PERITAGEM.....</b>	<b>9</b>
8.1. Diferendos .....	9
8.2. Submissão ao Perito .....	9
8.3. Decisão do Perito .....	9
8.4. Diferimento da Data de Cálculo .....	9
<b>9. PERITO .....</b>	<b>9</b>
9.1. Designação.....	9
9.2. Experiência profissional.....	9
<b>10. PROJECCÃO DEFINITIVA.....</b>	<b>10</b>
10.1. Projecção Definitiva.....	10
10.2. Validade.....	10

11. DESPESAS.....	10
CAPÍTULO IV – INFORMAÇÃO AOS BANCOS .....	10
12. ENVIO DE INFORMAÇÃO AOS BANCOS.....	10
CAPÍTULO V – MODELO FINANCEIRO.....	10
13. ALTERAÇÕES AO MODELO FINANCEIRO .....	10
13.1. Alterações ao Modelo Financeiro .....	10
13.2. Propostas de alteração.....	11
13.3. Acordo sobre alterações.....	11
13.4. Falta de acordo.....	11
13.5. Informação .....	11
13.6. Despesas e Encargos.....	11
14. GUARDA DO MODELO FINANCEIRO .....	12
14.1. Original do Modelo Financeiro.....	12
14.2. Alterações ao Modelo Financeiro .....	12
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12
15. LEI APLICÁVEL E FORO .....	12
15.1. Lei aplicável.....	12
15.2. Foro competente .....	12

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

Lisboa, 8 de Maio de 2009

## OS CONTRAENTES

Entre:

- I. **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, sociedade anónima com sede na Avenida João XXI, n.º 63, em Lisboa, com o capital social de EUR 3.500.000.000,00 (três mil e quinhentos milhões de Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 500 960 046, de aqui em diante designada abreviadamente por "**CGD**";
- II. **CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**, sociedade anónima com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, em Lisboa, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 501 898 417, de aqui em diante designada abreviadamente por "**CaixaBI**";
- III. **ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Rua Teodoro José da Silva, Edifício Atrium Azambuja, 37, na Azambuja, com o capital social de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Azambuja, com o número de matrícula e pessoa colectiva 508 911 443, de aqui em diante designada abreviadamente por "**Concessionária**".

É celebrado e reciprocamente aceite o presente acordo sobre regras de cálculo e projecções financeiras integrado pelas seguintes cláusulas, que os Contraentes se obrigam a cumprir pontualmente e na íntegra:

## CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÃO

### 1. INTERPRETAÇÃO

#### 1.1. Acordo de Definições

Salvo se de outro modo estipulado no presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras, os termos e expressões iniciados por letra maiúscula utilizados neste Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras têm o significado que lhes é atribuído no Acordo de Definições, incluindo anexos, nesta data celebrado pelos Bancos, as Accionistas e a Concessionária.

#### 1.2. Remissões

Excepto se do texto resultar o contrário, qualquer referência a uma cláusula entende-se como efectuada a uma cláusula deste Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras e qualquer referência a um anexo entende-se feita a um anexo do Acordo de Definições.

### 1.3. Singular e plural

Excepto se deste Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras resultar o contrário, os termos e expressões definidos (i) no Acordo de Definições, e (ii) ao longo do texto do presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras, incluindo os seus anexos, no singular ou no plural poderão ser utilizados, respectivamente, no plural ou no singular, com a correspondente alteração do seu significado.

### 1.4. Enumeração exemplificativa

Os termos e expressões precedidos pelas palavras “*incluindo*”, “*nomeadamente*” ou “*designadamente*” não ficarão limitados a esses termos e expressões, já que a enumeração é meramente exemplificativa.

### 1.5. Epígrafes

As epígrafes das cláusulas, dos respectivos números e alíneas e dos anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não devendo ser consideradas na interpretação e integração do presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras, excepto quando utilizadas em remissões, caso em que, em situação de contradição relativamente ao número da cláusula remetida, prevalecerá a respectiva epígrafe.

## 2. OBJECTO

O presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras tem por objecto estabelecer as regras de cálculo e os termos e condições para a realização das projecções financeiras realizadas em cumprimento do estabelecido nos Contratos Financeiros.

## CAPÍTULO II – CÁLCULO DE RÁCIOS

### 3. RÁCIOS

#### 3.1. Condição Suspensiva

O Rácio de Endividamento será calculado na data de cada Utilização, para efeitos de determinar se as condições previstas na cláusula 6 (*Condições Suspensivas da Tranche A*) do Contrato de Financiamento se encontram verificadas.

#### 3.2. Rácio de Disponibilidade de Fundos

O Rácio de Disponibilidade de Fundos será calculado sempre que a Concessionária informe o banco Agente da sua intenção de efectuar investimentos não previstos no Plano de Investimentos para efeitos de determinar se a Concessionária dispõe de fundos disponíveis para pagar tais Custos de Investimento Adicionais.

#### **4. CÁLCULO DOS RÁCIOS**

##### **4.1. Data de Cálculo**

Considerar-se-á uma Data de Cálculo o 15º (décimo quinto) dia após a entrega de cada Conta da Sociedade pela Concessionária aos Bancos, excepto se estes não aceitarem fundamentadamente estes documentos ou manifestarem a sua discordância com algum dos elementos recebidos ou com os cálculos que lhe sejam entregues, caso em que a Data de Cálculo passará a ser a data em que os Bancos e a Concessionarem alcançarem um acordo, nos termos constantes do Capítulo III (*Projecções*).

##### **4.2. Arredondamento**

Os Bancos e a Concessionária aceitam ainda definitiva, incondicional e irrevogavelmente que os valores dos rácios calculados nos termos do presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras, serão arredondados para as duas casas decimais mais próximas (no caso da terceira casa decimal ser igual ou superior a 5 (cinco), será arredondado para a centésima superior).

##### **4.3. Conflito**

No caso de conflito entre o Modelo Financeiro e o estipulado no presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras, este prevalece para todos os efeitos.

#### **5. RÁCIO DE ENDIVIDAMENTO**

##### **5.1. Cálculo**

Para os efeitos previstos no presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras, o Rácio de Endividamento é o rácio apurado entre:

- (a) Numerador. Em numerador, o montante do Empréstimo em dívida;
- (b) Denominador. Em denominador, a soma de (i) capital social subscrito e realizado e (ii) Dívida Subordinada, efectivamente subordinada, recebida pela Concessionária e não reembolsada.

##### **5.2. Periodicidade**

O Rácio de Endividamento (reportado à data de cada um dos Desembolsos) será calculado e enviado aos Bancos pela Concessionária até ao termo do Período de Desembolso, com base em:

- (a) Fundos Próprios. Comprovativos da realização de Fundos Próprios após a data das últimas Demonstrações Financeiras auditadas entregues ao Banco Agente e
- (b) Pedido de Utilização. Elementos constantes do Pedido de Utilização, designadamente o montante de cada utilização solicitada.

## 6. RÁCIO DE DISPONIBILIDADE DE FUNDOS

### 6.1. Cálculo

Para os efeitos previstos no presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projeções Financeiras, o Rácio de Disponibilidade de Fundos é o rácio apurado entre:

- (a) Numerador. Em numerador, a soma de (i) montantes utilizáveis ao abrigo do Contrato de Financiamento desde a Data de Referência até ao termo do Período de Desembolso, (ii) montantes utilizáveis ao abrigo do Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios desde a Data de Referência até a data de conclusão das obras constantes do Plano de Investimentos da Concessionária (que não pode, em qualquer caso, exceder o prazo de 6 (seis) meses após o Período de Desembolso), (iii) Disponibilidades de Caixa existentes na Data de Referência, (iv) montantes correspondentes aos Saldos Disponíveis na Conta de Reserva do Serviço da Dívida e na Conta de Reserva do Plano de Investimentos, na Data de Referências, (v) outros montantes garantidos de forma definitiva e irrevogável pelos Accionistas até a data de conclusão das obras constantes do Plano de Investimentos da Concessionária (que não pode, em qualquer caso, exceder o prazo de 6 (seis) meses após o Período de Desembolso), e (vi) montantes a receber pela Concessionária desde a Data de Referência até a data de conclusão das obras constantes do Plano de Investimentos da Concessionária (que não pode, em qualquer caso, exceder o prazo de 6 (seis) meses após o Período de Desembolso), incluindo:
- (i) recebimentos decorrentes da actividade da Concessionária,
  - (ii) juros sobre as Contas Bancárias ou rendimentos de Investimentos Autorizados,
  - (iii) subsídios nacionais ou comunitários (eventuais),
  - (iv) recebimentos de Seguros relativos à interrupção de negócios,
  - (v) compensações directas do Concedente resultantes da reposição de equilíbrio económico – financeiro da Concessão,
  - (vi) recebimento dos montantes resultantes da execução de garantias dos Contratos do Projecto,
  - (vii) reembolso de impostos (IVA e impostos sobre o rendimento) resultantes da actividade da Concessionária,
  - (viii) restantes recebimentos da Concessionária, mas com expressa exclusão dos decorrentes do Contrato de Financiamento.
- (b) Denominador. Em denominador, a soma dos montantes devidos pela Concessionária desde a Data de Referência até à data de conclusão das obras constantes do Plano de Investimentos da Concessionária (que não pode, em qualquer caso, exceder o prazo de 6 (seis) meses após o Período de Desembolso) a título de (i) Custos do Projecto e (ii) Serviço da Dívida.

## **6.2. Periodicidade**

O Rácio de Disponibilidade de Fundos (reportado à Data de Referência) será calculado e enviado aos Bancos pela Concessionária com base na última Projectão Definitiva.

## **CAPÍTULO III - PROJECCÕES**

### **7. PREPARAÇÃO DAS PROJECCÕES**

#### **7.1. Pressupostos**

Caso entenda necessário actualizar os Pressupostos, a Concessionária e / ou o Banco Agente poderá entregar ao Banco Agente ou à Concessionária, consoante o caso, e no prazo de 5 (cinco) dias após a entrega das Contas da Sociedade, um documento escrito contendo os Pressupostos Financeiros e os Pressupostos Operacionais que deverão ser utilizados na elaboração da Projectão Definitiva, reportados à Data de Referência e tendo por base o Modelo Financeiro.

#### **7.2. Acordo sobre os Pressupostos**

No prazo de 10 (dez) dias a contar da data de entrega da nova proposta de Pressupostos, os Bancos e a Concessionária obrigam-se, respectivamente, a comunicar, por escrito, à outra parte, o seu acordo ou desacordo quanto aos Pressupostos apresentados nos termos da presente cláusula, pressupondo-se o correspondente acordo em caso de não comunicação no prazo estipulado.

#### **7.3. Introdução no Modelo Financeiro**

No caso de a Concessionária e os Bancos (directamente ou através do Banco Agente) darem o seu acordo ou, decorrido o prazo *supra*, não terem enviado comunicação escrita de desacordo quanto aos Pressupostos, a Concessionária deverá introduzir no Modelo Financeiro os Pressupostos apresentados para cálculo de cada um dos Rácios, os quais não serão, assim, passíveis de impugnação, contestação ou reclamação.

#### **7.4. Desacordo quanto aos Pressupostos**

No caso de os Bancos e a Concessionária não chegarem a acordo quanto aos Pressupostos apresentados, o Contraente discordante deverá, no prazo referido no número 7.2, apresentar, por escrito, aos demais Contraentes uma proposta de alteração.

#### **7.5. Pressupostos Alterados**

Sempre que os Bancos ou a Concessionária, consoante o caso, receberem uma Proposta de Alteração de Pressupostos terão 10 (dez) dias, a contar da recepção dessa proposta para comunicar, querendo, aos demais se aceita ou não, sob pena de, decorrido esse prazo, a Concessionária dever introduzir a Proposta de Alteração de Pressupostos apresentados no Modelo Financeiro para cálculo de cada um dos Rácios, o qual não será passível de impugnação, contestação ou reclamação.

## 8. PERITAGEM

### 8.1. Diferendos

No caso de os Bancos ou a Concessionária, respectivamente, não concordarem com a Proposta de Alteração de Pressupostos apresentados nos termos da cláusula 7 (*Preparação das Projeções*), os Bancos e a Concessionária obrigam-se a usar os seus melhores esforços para chegarem a acordo quanto ao diferendo ou diferendos existentes, no mais curto prazo possível.

### 8.2. Submissão ao Perito

Se os Bancos e a Concessionária não chegarem a acordo com respeito aos Diferendos no prazo de 5 (cinco) dias, deverão conjuntamente submetê-los ao Perito, o qual deverá resolvê-los, exclusiva e definitivamente, nos termos aqui referidos, no mais curto espaço de tempo possível e, em qualquer circunstância até 30 (trinta) dias depois da respectiva Data de Cálculo, com o que os respectivos Pressupostos ficarão definitivamente aprovados para efeitos de determinação de cada um dos Rácios.

### 8.3. Decisão do Perito

A decisão do Perito é conclusiva e dela deverá ser dado de imediato conhecimento escrito aos Bancos e à Concessionária.

### 8.4. Diferimento da Data de Cálculo

Se os Bancos e a Concessionária não chegarem a acordo relativamente aos Diferendos até 5 (cinco) dias antes da Data de Cálculo em causa e submeterem os Diferendos ao Perito, a Data de Cálculo será automaticamente adiada para o 30.º (trigésimo) dia posterior, sendo que os respectivos Pressupostos serão reportados à Data de Referência inicialmente existente.

## 9. PERITO

### 9.1. Designação

O Perito será designado (i) por acordo escrito entre a Concessionária e o Banco Agente no prazo de 5 (cinco) dias após o termo do prazo previsto na cláusula 8.2 (*Submissão ao Perito*) ou (ii) na falta desse acordo, no prazo de 10 (dez) dias após o termo do prazo previsto na cláusula 8.2 (*Submissão ao Perito*), pelo Presidente da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, caso o Diferendo seja de ordem contabilística, financeira ou fiscal, ou pelo Presidente da Ordem dos Engenheiros, caso o Diferendo seja de ordem técnica, a solicitação da Concessionária ou do Banco Agente.

### 9.2. Experiência profissional

A Concessionária e o Banco Agente concordam e aceitam que o Perito deverá ser uma pessoa ou entidade de reconhecido mérito profissional, independente da Concessionária, das Accionistas, dos Bancos e do Banco Agente, e que poderá recorrer a serviços especializados de terceiros, contratando-os a expensas da Concessionária.



## **10. PROJECCÃO DEFINITIVA**

### **10.1. Projecção Definitiva**

A Projecção Definitiva será aquela que for calculada nos termos da cláusula 7 (*Preparação das Projecções*) ou a que resultar da introdução pela Concessionária no Modelo Financeiro para cálculo de cada um dos Rácios dos elementos apresentados pelo Perito nos termos da cláusula 8 (*Peritagem*).

### **10.2. Validade**

Para efeitos do presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras, a Projecção Definitiva e o valor de cada um dos Rácios reportados a determinada Data de Referência manter-se-ão em vigor até que seja aprovada nos termos e condições aqui estabelecidos, uma nova Projecção Definitiva e, em consequência, o Rácio de Disponibilidade de Fundos.

## **11. DESPESAS**

São da conta da Concessionária todas as despesas, encargos e demais custos relacionados com:

- (a) Projecção Definitiva. A elaboração da Projecção Definitiva;
- (b) Serviços prestados pelo Perito. Os serviços prestados pelo Perito nos termos e para os efeitos do presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.

## **CAPÍTULO IV – INFORMAÇÃO AOS BANCOS**

### **12. ENVIO DE INFORMAÇÃO AOS BANCOS**

O Banco Agente fica pelo presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras definitiva, incondicional e irrevogavelmente autorizado pela Concessionária a enviar aos Bancos cópias dos Pressupostos, da Projecção Definitiva e de todos os documentos que a acompanhem e informações com ela relacionadas e, de um modo geral, cópias de todos os documentos e informações, escritas ou verbais, trocadas com a Concessionária, o Perito ou terceiros relativos ao processo de aprovação da Projecção Definitiva, do Rácio de Disponibilidade de Fundos e do Rácio de Endividamento.

## **CAPÍTULO V – MODELO FINANCEIRO**

### **13. ALTERAÇÕES AO MODELO FINANCEIRO**

#### **13.1. Alterações ao Modelo Financeiro**

Os Bancos e a Concessionária aceitam, definitiva e incondicionalmente, que o Modelo Financeiro só poderá ser alterado nos termos e condições e para os fins estabelecidos no presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.

### 13.2. Propostas de alteração

Sem prejuízo do estipulado no número anterior da presente cláusula, o Banco Agente ou a Concessionária poderão, durante o prazo de vigência do presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras e em qualquer altura, propor por escrito ao outro alterações ao Modelo Financeiro, que entendam úteis, necessárias ou convenientes para:

- (a) Erros. Corrigir erros na sua forma ou estrutura;
- (b) Compensações. Reflectir no Modelo Financeiro o impacto no Projecto resultante (i) do pagamento à Concessionária de Compensações, (ii) da realização de investimentos que impliquem Custos de Investimento Adicionais, ou
- (c) Contratos do Projecto. Reflectir as alterações que, no entendimento razoável do Banco Agente, sejam susceptíveis de afectar as condições dos mercados com influência nos Contratos do Projecto.

### 13.3. Acordo sobre alterações

O Banco Agente e a Concessionária têm 15 (quinze) dias a contar da data em que um deles receba do outro Proposta de Alteração para chegarem, por escrito, a acordo quanto às alterações ao Modelo Financeiro propostas por qualquer um deles nos termos da presente cláusula.

### 13.4. Falta de acordo

No caso de o Banco Agente e a Concessionária não chegarem a acordo nos termos e prazo constantes do número anterior sobre a Proposta de Alteração, deverão conjuntamente solicitar por escrito, nos 5 (cinco) dias subsequentes ao termo desse prazo, ao Presidente da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, a designação de uma pessoa ou entidade de reconhecido mérito profissional, para actuar como perito e resolver, exclusiva, definitivamente e por escrito, o diferendo ou diferendos submetidos no mais curto espaço de tempo possível e, em qualquer circunstância, o mais tardar no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data daquela solicitação.

### 13.5. Informação

O Banco Agente e a Concessionária obrigam-se a enviar ao perito designado nos termos do número anterior, toda a informação útil necessária ou conveniente para a resolução do diferendo ou diferendos que lhe sejam submetidos e que lhes sejam por ele solicitados.

### 13.6. Despesas e Encargos

São da conta da Concessionária todas as despesas, encargos e demais custos razoáveis relacionados com:

- (a) Serviços de terceiros. Os serviços prestados pelo perito designado nos termos e para os efeitos da presente cláusula;

- (b) Alterações ao Modelo Financeiro. As alterações a realizar ao Modelo Financeiro, nos termos da presente cláusula.

#### **14. GUARDA DO MODELO FINANCEIRO**

##### **14.1. Original do Modelo Financeiro**

O Banco Agente e a Concessionária guardarão, cada um, uma cópia em CD-ROM não regravável do original do Modelo Financeiro e do Caso Base.

##### **14.2. Alterações ao Modelo Financeiro**

A Concessionária obriga-se a:

- (a) Alterações. Fazer com que quaisquer alterações ao Modelo Financeiro, a efectuar nos termos da cláusula 13 (*Alterações ao Modelo Financeiro*), sejam introduzidas logo que possível, após a respectiva aprovação nos termos e condições constantes do presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras;
- (b) CD-ROM. No prazo máximo de 15 (quinze) dias após a aprovação das alterações ao Modelo Financeiro, efectuada nos termos e para os efeitos da cláusula 13 (*Alterações ao Modelo Financeiro*), disponibilizar 2 (dois) CD-ROM não regraváveis contendo o Modelo Financeiro, alterado nos termos do presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras, cada um dos quais será rubricado pelos representantes do Banco Agente e da Concessionária, ficando um para o Banco Agente e o outro para a Concessionária, bem como informar por escrito o Banco Agente das alterações efectuadas no Modelo Financeiro nos termos e condições previstos no presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras.

### **CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **15. LEI APLICÁVEL E FORO**

##### **15.1. Lei aplicável**


O presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras é regido pela lei portuguesa.

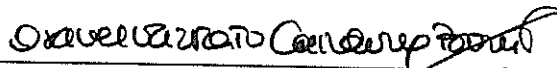
##### **15.2. Foro competente**

Para todas as questões emergentes do presente Acordo sobre Regras de Cálculo e Projecções Financeiras - da sua interpretação, integração, cumprimento, incumprimento, validade ou invalidade - é competente o Tribunal da Comarca de Lisboa.

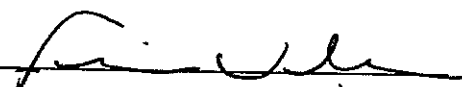
Feito no local e data indicados no cabeçalho, em 4 (quatro) exemplares, sendo um exemplar destinado a cada um dos Contraentes e um a ser anexado ao Contrato de Concessão. Imposto do selo liquidado e pago nos termos do Código do Imposto do Selo.

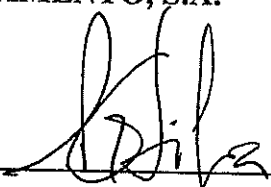
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

  
Nome: Bruno Gomes de Albuquerque e Silva  
Qualidade: Procurador

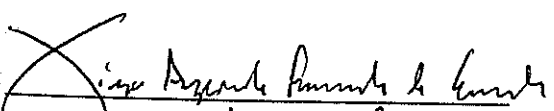
  
Nome: Isabel Cardona Couto  
Qualidade: Procuradora

CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

  
Nome: Francisco Verjases  
Qualidade: PROCURADOR

  
Nome: Paulo Silva  
Qualidade: Procurador

ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.

  
Nome: Tiago Azeredo Fernandes de Carvalho  
Qualidade: Procurador / Administrador

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Qualidade:

# Contrato de Depósito Bancário

ENTRE

Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Caixa - Banco de Investimento, S.A.



E

AdAz - Águas da Azambuja, S.A.

**URÍA MENÉNDEZ**

 **VIEIRA DE ALMEIDA**  
& Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Lisboa, 8 de Maio de 2009

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
1. <b>INTERPRETAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
1.1. Acordo de Definições.....	5
1.2. Remissões .....	5
1.3. Singular e plural.....	6
1.4. Enumeração exemplificativa .....	6
1.5. Epígrafes.....	6
<b>CAPÍTULO II – ABERTURA E CONDIÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS.....</b>	<b>6</b>
<i>Secção A – Abertura da Conta Bancária .....</i>	<i>6</i>
2. <b>ABERTURA DE CONTAS.....</b>	<b>6</b>
2.1. Abertura de contas .....	6
2.2. Outros termos e condições.....	7
3. <b>CONTRAPARTIDA .....</b>	<b>7</b>
<i>Secção B – Obrigações.....</i>	<i>7</i>
4. <b>OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA.....</b>	<b>7</b>
4.1. Manutenção .....	7
4.2. Outras contas bancárias .....	7
4.3. Saldo Mínimo .....	8
4.4. Afectação prioritária de <i>Cashflow</i> Antes do Serviço da Dívida .....	8
4.5. Instruções.....	8
4.6. Mobilização das Contas Bancárias .....	8
4.7. Limitações ao cumprimento de obrigações .....	8
5. <b>INSTRUÇÕES .....</b>	<b>8</b>
6. <b>MOEDA.....</b>	<b>8</b>
7. <b>CONTRATO DE GARANTIAS.....</b>	<b>9</b>
<i>Secção C – Contas Bancárias.....</i>	<i>9</i>
8. <b>CONTA DE COMPENSAÇÕES.....</b>	<b>9</b>
8.1. Movimentação .....	9
8.2. Conta de Receitas.....	10
9. <b>CONTA DE RECEITAS.....</b>	<b>10</b>
10. <b>CONTA DE RESERVA DO PLANO DE INVESTIMENTOS .....</b>	<b>11</b>
11. <b>CONTA DE RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA .....</b>	<b>12</b>

11.1. Movimentação .....	12
11.2. Saldo mínimo .....	12
<b>12. CONTA DE PEQUENAS DESPESAS .....</b>	<b>12</b>
12.1. Movimentação .....	12
12.2. Autorização .....	13
12.3. Saldo Máximo .....	13
<b>13. CONTA DE RESERVA CAUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
13.1. Movimentação .....	13
13.2. Saldo Mínimo .....	13
<b>14. CONTA DE DISTRIBUIÇÕES .....</b>	<b>13</b>
<i>Secção D – Levantamentos e outras operações .....</i>	<i>14</i>
<b>15. LEVANTAMENTOS .....</b>	<b>14</b>
15.1. Movimentos a débito .....	14
15.2. Utilizações .....	14
15.3. Saldo Mínimo .....	14
15.4. Autorização Irrevogável .....	14
<b>16. FORMA DOS LEVANTAMENTOS .....</b>	<b>15</b>
16.1. Forma dos Levantamentos .....	15
16.2. Ordens de transferência .....	15
16.3. Levantamentos pelo Banco Depositário .....	16
<b>17. NOTIFICAÇÃO DE LIMITAÇÃO DE LEVANTAMENTOS .....</b>	<b>16</b>
17.1. Notificação de limitação de Levantamentos .....	16
17.2. Movimentação pelo Banco Agente .....	16
<b>CAPÍTULO III – INVESTIMENTOS AUTORIZADOS .....</b>	<b>17</b>
<b>18. INVESTIMENTOS AUTORIZADOS .....</b>	<b>17</b>
18.1. Investimentos Autorizados .....	17
18.2. Obrigações pecuniárias .....	17
18.3. Alterações .....	17
18.4. Incumprimento dos Contratos Financeiros .....	17
18.5. Responsabilidade do Banco Depositário .....	18
<b>19. JUROS .....</b>	<b>18</b>
19.1. Juros .....	18
19.2. Crédito dos juros .....	18
<b>CAPÍTULO IV – ACESSO AOS LIVROS E ACTAS. FISCALIZAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>20. SEGREDO PROFISSIONAL .....</b>	<b>18</b>
20.1. Dispensa de segredo profissional .....	18
20.2. Caducidade .....	18
<b>21. INFORMAÇÃO .....</b>	<b>19</b>

*[Handwritten signature and initials]*

21.1. Extractos de conta.....	19
21.2. Envio de documentação .....	19
21.3. Caducidade.....	19
<b>CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS .....</b>	<b>19</b>
<b>22. LEI APLICÁVEL. FORO .....</b>	<b>19</b>
22.1. Lei aplicável.....	19
22.2. Foro competente .....	20



Lisboa, em 8 de Maio de 2009

## OS CONTRAENTES

Entre:

- I. **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, sociedade anónima com sede na Avenida João XXI, n.º 63, em Lisboa, com o capital social de EUR 3.500.000.000,00 (três mil e quinhentos milhões de Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 500 960 046, de aqui em diante designada abreviadamente por "**CGD**";
- II. **CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**, sociedade anónima com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, em Lisboa, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 501 898 417, de aqui em diante referida abreviadamente por "**Caixa BI**";
- III. **ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Rua Teodoro José da Silva, Edifício Atrium Azambuja, 37, na Azambuja, com o capital social de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Azambuja, com o número de matrícula e pessoa colectiva 508 911 443, de aqui em diante designada abreviadamente por "**Concessionária**".

É celebrado e reciprocamente o aceite presente o contrato de depósito bancário integrado pelas seguintes cláusulas, que os Contraentes se obrigam a cumprir pontualmente e na íntegra:

### CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÃO

#### 1. INTERPRETAÇÃO

##### 1.1. Acordo de Definições

Salvo se de outro modo estipulado no presente Contrato de Depósito Bancário, os termos e expressões iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato de Depósito Bancário, incluindo respectivos considerandos e anexos, têm o significado que lhes é atribuído no Acordo de Definições nesta data celebrado pelos Bancos, as Accionistas e a Concessionária.

##### 1.2. Remissões

Excepto se do texto resultar o contrário, qualquer referência a uma cláusula entende-se como efectuada a uma cláusula deste Contrato de Depósito Bancário e qualquer referência a um anexo entende-se feita a um anexo do Acordo de Definições.

### 1.3. Singular e plural

Excepto se deste Contrato de Depósito Bancário resultar o contrário, os termos e expressões definidos (i) no Acordo de Definições incluindo os seus anexos, e (ii) ao longo do texto do presente Contrato de Depósito Bancário no singular ou no plural poderão ser utilizados, respectivamente, no plural ou no singular, com a correspondente alteração do seu significado.

### 1.4. Enumeração exemplificativa

Os termos e expressões precedidos pelas palavras “*incluindo*”, “*nomeadamente*” ou “*designadamente*” não ficarão limitados a esses termos e expressões, já que a enumeração é meramente exemplificativa.

### 1.5. Epígrafes

As epígrafes das cláusulas, dos respectivos números e alíneas e dos anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não devendo ser consideradas na interpretação e integração do presente Contrato de Depósito Bancário, excepto quando utilizadas em remissões, caso em que, em situação de contradição relativamente ao número da cláusula remetida, prevalecerá a respectiva epígrafe.

## CAPÍTULO II – ABERTURA E CONDIÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS

### *Secção A – Abertura da Conta Bancária*

## 2. ABERTURA DE CONTAS

### 2.1. Abertura de contas

Exclusivamente para os efeitos do presente Contrato de Depósito Bancário e dos demais Contratos Financeiros, o Banco Depositário abriu nos seus livros, em nome da Concessionária:

- (a) Conta de Compensações. Uma conta bancária de disponibilidades monetárias, a que foi atribuído o número 0171698275830, tendo nela sido depositada a quantia de EUR 100.00 (cem Euros), que o Banco Depositário declara ter, para esse efeito, recebido;
- (b) Conta de Receitas. Uma conta bancária de disponibilidades monetárias, a que foi atribuído o número 0171698304530, tendo nela sido depositada a quantia de EUR 100.00 (cem Euros), que o Banco Depositário declara ter, para esse efeito, recebido;
- (c) Conta de Reserva do Plano de Investimentos. Uma conta bancária de disponibilidades monetárias, a que foi atribuído o número 0171698280430, tendo nela sido depositada a quantia de EUR 100.00 (cem Euros), que o Banco Depositário declara ter, para esse efeito, recebido;

- (d) Conta de Reserva do Serviço da Dívida. Uma conta bancária de disponibilidades monetárias, a que foi atribuído o número 0171698279030, tendo nela sido depositada a quantia de EUR 100.00 (cem Euros), que o Banco Depositário declara ter, para esse efeito, recebido;
- (e) Conta de Pequenas Despesas. Uma conta bancária de disponibilidades monetárias, a que foi atribuído o número 0171698277430, tendo nela sido depositada a quantia de EUR 100.00 (cem Euros), que o Banco Depositário declara ter, para esse efeito, recebido;
- (f) Conta de Reserva Caução. Uma conta bancária de disponibilidades monetárias, a que foi atribuído o número 0171698278230, tendo nela sido depositada a quantia de EUR 100.00 (cem Euros), que o Banco Depositário declara ter, para esse efeito, recebido;
- (g) Conta de Distribuições. Uma conta bancária de disponibilidades monetárias, a que foi atribuído o número 0171698276630, tendo nela sido depositada a quantia de EUR 100.00 (cem Euros), que o Banco Depositário declara ter, para esse efeito, recebido.

## 2.2. Outros termos e condições

Sem prejuízo do estipulado no presente Contrato de Depósito Bancário, que prevalece para todos os efeitos, em tudo o que neste for omissa aplicam-se os termos e condições praticados pelo Banco Depositário para a abertura e movimentação de contas bancárias de depósito de disponibilidades monetárias à ordem, constantes do Anexo XVI (*Termos e Condições Gerais das Contas Bancárias*).

## 3. CONTRAPARTIDA

O presente Contrato de Depósito Bancário é celebrado em contrapartida e como condição da celebração do Contrato de Financiamento.

### *Secção B – Obrigações*

## 4. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

### 4.1. Manutenção

Enquanto não estiverem integralmente cumpridas todas as Obrigações Garantidas, a Concessionária obriga-se a manter as Contas Bancárias unicamente em seu nome.

### 4.2. Outras contas bancárias

A Concessionária obriga-se, ainda, a não celebrar qualquer contrato de depósito bancário e a não abrir ou manter qualquer conta bancária para além das Contas Bancárias, salvo se para tal obtiver o consentimento prévio e por escrito dos Bancos.

#### **4.3. Saldo Mínimo**

A Concessionária obriga-se a manter nas respectivas Contas Bancárias, a todo momento e em qualquer circunstância, o Saldo Mínimo e o Saldo Mínimo CRSD.

#### **4.4. Afectação prioritária de *Cashflow* Antes do Serviço da Dívida**

A movimentação a débito e a realização de quaisquer Levantamentos terá obrigatoriamente em conta o cumprimento das obrigações constantes do Contrato de Financiamento, incluindo as constantes da sua cláusula 22 (*Afectação Prioritária de Cashflow Antes do Serviço da Dívida*).

#### **4.5. Instruções**

A Concessionária realizará os seus melhores esforços e praticará todos os actos necessários para que o cumprimento de obrigações pecuniárias em que a Concessionária figure como credora ou tenha interesse, incluindo como credora pignoratícia, seja efectuado mediante crédito da Conta Bancária em que, nos termos do presente Contrato de Depósito Bancário, tal montante deva ser creditado.

#### **4.6. Mobilização das Contas Bancárias**

Até que as Obrigações Garantidas se encontrem integralmente cumpridas, a Concessionária obriga-se a não mobilizar ou sob qualquer forma levantar ou transferir as disponibilidades monetárias depositadas ou creditadas em cada uma das Contas Bancárias, excepto nos termos e condições do presente Contrato de Depósito Bancário e dos demais Contratos Financeiros.

#### **4.7. Limitações ao cumprimento de obrigações**

Nenhuma das restrições contidas neste Contrato de Depósito Bancário ao levantamento e movimentação de fundos depositados em cada uma das Contas Bancárias afectará ou impedirá, seja sob que forma for, o cumprimento pela Concessionária das obrigações de proceder atempadamente e na íntegra ao cumprimento de todas as obrigações que para ela decorrem dos Contratos Financeiros, incluindo as relativas ao pagamento do Serviço da Dívida Sénior.

### **5. INSTRUÇÕES**

Salvo se de outro modo expressamente constar do presente Contrato de Depósito Bancário, todas as instruções dele constantes referentes a cada uma das Contas Bancárias são definitivas, incondicionais e irrevogáveis.

### **6. MOEDA**

As Contas Bancárias serão obrigatoriamente denominadas em Euros, pelo que o Banco Depositário fica pelo presente instruído para que todos os montantes a creditar em qualquer

uma delas numa moeda sem curso legal em Portugal sejam convertidas em Euros, ao câmbio praticado na data dessa conversão pelo Banco Depositário, sem necessidade de autorização ou declaração expressa ou tácita da Concessionária.

## **7. CONTRATO DE GARANTIAS**

A faculdade da Concessionária proceder a levantamentos de fundos das Contas Bancárias, nos termos, condições e para os efeitos estabelecidos no presente Contrato de Depósito Bancário e nos demais Contratos Financeiros, não constitui renúncia (nem poderá ser, sob qualquer forma, considerado ou interpretado como renúncia) dos Bancos ao Penhor Financeiro das Contas Bancárias, o qual se mantém, assim, válido e eficaz, nos termos do Contrato de Garantias, não obstante aquele levantamento.

### *Secção C – Contas Bancárias*

## **8. CONTA DE COMPENSAÇÕES**

### **8.1. Movimentação**

A Conta de Compensações só pode ser movimentada nos seguintes termos e condições:

- (a) Movimentação a crédito. A crédito pelos valores recebidos pela Concessionária a título de Compensações ou Subsídios, ou transferidos da Conta de Receitas para Reembolso Antecipado Obrigatório, nos termos e para os efeitos do disposto na cláusula 26.3. (*Cash Sweep*) do Contrato de Financiamento;
- (b) Movimentação a débito. A débito:
  - (i) Os montantes recebidos dos Seguros de responsabilidade civil perante terceiros, para pagamento aos terceiros afectados;
  - (ii) Os demais montantes recebidos dos Seguros para reparação ou substituição do bem sinistrado, em caso de Sinistro Reparável, para pagamento de tais reparações ou substituições;
  - (iii) Os montantes recebidos dos Seguros (1) para reparação ou substituição do bem sinistrado, em caso de Sinistro Reparável, que não sejam utilizados nos termos previstos na sub-álnea (ii) anterior, num prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que tais montantes tenham sido creditados na Conta de Compensações pelas Seguradoras, ou (2) para compensação em caso de Sinistros Não Reparáveis, em ambos os casos para Reembolso Antecipado Obrigatório, nos termos do Contrato de Financiamento;
  - (iv) Os montantes recebidos do Subsídio até à data de pagamento;

- (v) Os montantes transferidos da Conta de Receitas nos termos e para os efeitos previstos na cláusula 26.3 (*Cash Sweep*) do Contrato de Financiamento, para Reembolso Antecipado Obrigatório de acordo com os termos previstos naquela cláusula.

## 8.2. Conta de Receitas

As movimentações a débito previstas no número anterior poderão ser efectuadas para a Conta de Receitas, caso os pagamentos aí previstos (relativos à reparação ou substituição de bens sinistrados, em caso de Sinistro Reparável) tenham sido efectuados previamente com montantes debitados dessa conta.

## 9. CONTA DE RECEITAS

A Conta de Receitas só pode ser movimentada nos seguintes termos e condições:

(a) Movimentação a crédito. A crédito:

- (i) Pelo valor de todas as receitas provenientes da actividade da Concessionária, incluindo receitas extraordinárias e receitas não recorrentes;
- (ii) Pelos valores recebidos das Accionistas, a título de Fundos Próprios, realizados em dinheiro, nos termos do Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios;
- (iii) Pelo valor dos montantes relativos às taxas de resíduos sólidos urbanos ou quaisquer outras taxas cobradas pela Concessionária em nome e por conta do Concedente;
- (iv) Pelos montantes recebidos no âmbito dos Desembolsos;
- (v) Pelo valor dos juros pagos pelo Banco Depositário, nos termos da cláusula 19.1 (*Juros*);
- (vi) Pelo valor das receitas decorrentes de Investimentos Autorizados;
- (vii) Pelos montantes transferidos de outras Contas Bancárias; e
- (viii) Por quaisquer outras quantias recebidas pela Concessionária a qualquer título e por qualquer razão;

(b) Movimentação a débito. A débito, para, por ordem decrescente de prioridade:

- (i) Pagamento ao Concedente de quaisquer taxas cobradas pela Concessionária em nome e por conta do mesmo, nomeadamente as taxas de resíduos sólidos urbanos;

- (ii) Pagamento de Custos do Projecto, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:
  - (1) Despesas com a exploração, operação e manutenção do Projecto, incluindo Seguros;
  - (2) Despesas de investimento;
  - (3) Impostos, incluindo IVA;
  - (4) Outras despesas e encargos que se qualifiquem como Custos do Projecto;
- (iii) Pagamento do Serviço da Dívida (incluindo Reembolsos Antecipados Voluntários e Reembolsos Antecipados Obrigatórios);
- (iv) Em caso de Sinistros Reparáveis, pagamento da reparação ou substituição de bens sinistrados;
- (v) Para transferência para a Conta de Reserva do Serviço da Dívida, caso o saldo dessa conta não atinja o valor do Saldo Mínimo CRSD;
- (vi) Para transferência para qualquer outra Conta Bancária, desde que nos termos e condições previstos neste Contrato de Depósito Bancário;
- (vii) Para a realização de Investimentos Autorizados, nos termos da cláusula 18.1 (*Investimentos Autorizados*).

#### 10. **CONTA DE RESERVA DO PLANO DE INVESTIMENTOS**

A Conta de Reserva do Plano de Investimentos só pode ser movimentada nos seguintes termos e condições:

- (a) Movimentação a crédito. A crédito, pelos montantes provenientes do Último Desembolso, nos termos da cláusula 9.2. (*Último Desembolso*) do Contrato de Financiamento;
- (b) Movimentação a débito. A débito, para:
  - (i) Plano de Investimentos. Pagamentos ao Construtor de montantes correspondentes a Obras realizadas no âmbito do Plano de Investimentos, e mediante prévia verificação de todos os eventos e recepção pelo Banco Agente de todos os documentos referidos na Parte 2 do Anexo IV (*Condições Suspensivas*);
  - (ii) Conta de Receitas. Transferência automática para a Conta de Receitas de todos os montantes disponíveis na data da recepção pelo Banco Agente de comprovativo do Consultor Técnico, por escrito, de que o Plano de Investimentos se encontra integralmente cumprido.

## **11. CONTA DE RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA**

### **11.1. Movimentação**

A Conta de Reserva do Serviço da Dívida só pode ser movimentada nos seguintes termos e condições:

- (a) Movimentação a Crédito. A crédito, pelos valores transferidos da Conta de Receitas;
- (b) Movimentação a Débito. A débito, unicamente para transferência para a Conta de Receitas e pela seguinte ordem de prioridades:
  - (i) Para pagamento do Serviço da Dívida, caso o *Cashflow* Antes do Serviço da Dívida não seja suficiente para o efeito, tendo em consideração o disposto na cláusula 22 (*Afectação Prioritária de Cashflow Antes do Serviço da Dívida*) do Contrato de Financiamento;
  - (ii) Para a realização de Investimentos Autorizados, nos termos da cláusula 18.1 (Investimentos Autorizados);
  - (iii) Para a Conta de Receitas, pelo montante que eventualmente exceda o Saldo Mínimo CRSD.

### **11.2. Saldo mínimo**

A Conta de Reserva do Serviço da Dívida deverá ser provisionada semestralmente, a partir do termo do Período de Carência de Capital, com os fundos correspondentes a 6 (seis) meses do Serviço da Dívida.

## **12. CONTA DE PEQUENAS DESPESAS**

### **12.1. Movimentação**

A Conta de Pequenas Despesas só pode ser movimentada nos seguintes termos e condições:

- (a) Movimentação a crédito. A crédito, pelos valores transferidos da Conta de Receitas até ao montante máximo de EUR 200,000,00 (duzentos mil euros);
- (b) Movimentação a débito. A débito, sem qualquer restrição, sem prejuízo do estabelecido na cláusula 12.3 (*Saldo Máximo*) e da verificação, em cada momento, do Saldo Mínimo.



## 12.2. Autorização

A Mutuária fica desde já autorizada a movimentar a Conta de Pequenas Despesas, sem autorização prévia dos Bancos, mediante transferência bancária, emissão de cheques ou utilização de cartões de crédito e de débito.

## 12.3. Saldo Máximo

A Conta de Pequenas Despesas não poderá ter, a cada momento, um saldo superior a EUR 200,000,00 (duzentos mil euros), pelo que Banco Depositário, fica desde já e pelo presente definitiva, irrevogável e incondicionalmente autorizado a debitar a Conta de Pequenas Despesas pelo valor que exceda aquele montante máximo e a creditar esse valor na Conta de Receitas.

## 13. CONTA DE RESERVA CAUÇÃO

### 13.1. Movimentação

A Conta de Reserva Caução só pode ser movimentada nos seguintes termos e condições:

- (a) Movimentação a Crédito. A crédito, pelos valores transferidos da Conta de Receitas;
- (b) Movimentação a Débito. A débito, unicamente para reembolso aos Bancos dos montantes por estes pagos ao abrigo da Caução da Concessão.

### 13.2. Saldo Mínimo

A Conta de Reserva Caução deverá ser provisionada e reforçada anualmente, a partir da Data de Refinanciamento, com os fundos correspondentes a pelo menos 1/23 (um vinte e três avos) do valor da Caução da Concessão.

## 14. CONTA DE DISTRIBUIÇÕES

A Conta de Distribuições só pode ser movimentada nos seguintes termos e condições:

- (a) Movimentação a Crédito. A crédito, pelos valores transferidos da Conta de Receitas após a verificação das condições e nos termos e montantes estabelecidos no Contrato de Financiamento;
- (b) Movimentação a Débito. A débito, para transferência para os Accionistas, sem quaisquer restrições e em qualquer momento.

*Secção D – Levantamentos e outras operações*

**15. LEVANTAMENTOS**

**15.1. Movimentos a débito**

A Concessionária aceita definitiva e irrevogavelmente que:

- (a) Condições de movimentação. Só podem ser efectuados Levantamentos dos fundos depositados em cada uma das Contas Bancárias, nos termos e condições expressamente previstos nos Contratos Financeiros; e
- (b) Movimentos não autorizados. Não poderão ser efectuados Levantamentos pela Concessionária, se (i) o Banco Depositário for notificado por qualquer um dos Bancos ou pelo Banco Agente que tal movimento não é permitido nos termos do Contrato de Depósito Bancário e nos dos demais Contratos Financeiros (sendo dado conhecimento dessa notificação à Concessionária), ou (ii) na opinião do Banco Agente ou do Banco Depositário, tal movimento não for conforme as disposições do presente Contrato de Depósito Bancário ou de qualquer um dos demais Contratos Financeiros.

**15.2. Utilizações**

A Concessionária obriga-se a utilizar todos os montantes levantados, sob qualquer forma, das Contas Bancárias unicamente para os fins e nos termos estabelecidos no presente Contrato de Depósito Bancário.

**15.3. Saldo Mínimo**

A Concessionária obriga-se a não fazer nenhum Levantamento se, em resultado do mesmo, a Conta Bancária respectiva ficar com um saldo negativo ou com um saldo credor inferior ao Saldo Mínimo ou ao Saldo Mínimo CRSD, conforme aplicável.

**15.4. Autorização Irrevogável**

Para efeitos do número anterior, pelo presente Contrato de Depósito Bancário, o Banco Depositário fica definitiva, irrevogável e incondicionalmente autorizado pela Concessionária a não autorizar e a não processar qualquer Levantamento se, em resultado do mesmo, ocorrer uma Situação de Vencimento, incluindo se qualquer uma das Contas Bancárias ficar com um saldo negativo ou com um saldo credor inferior ao Saldo Mínimo ou ao Saldo Mínimo CRSD, conforme aplicável.

O Banco Depositário obriga-se a notificar a Concessionária da não realização de qualquer Levantamento ordenado por esta, caso se verifique qualquer uma das situações previstas no parágrafo anterior.

## 16. FORMA DOS LEVANTAMENTOS

### 16.1. Forma dos Levantamentos

Sem prejuízo do disposto na cláusula 15 (*Levantamentos*):

- (a) Levantamentos. Todos os Levantamentos de qualquer uma das Contas Bancárias (com excepção da Conta de Pequenas Despesas) só podem ser efectuados mediante ordens de transferência, nos termos e condições aqui previstos;
- (b) Declarações e Garantias. Ao efectuar um Levantamento de qualquer uma das Contas Bancárias, a Concessionária garante (sem necessidade de declaração expressa ou tácita adicional para esse efeito) que:
  - (i) Salvo na medida do revelado aos Bancos, cada Declaração e Garantia por ela prestada é verdadeira, completa e exacta;
  - (ii) Não existe uma Situação de Vencimento ou Potencial Situação de Vencimento; e
  - (iii) Esse Levantamento, uma vez realizado, não provocará uma Situação de Vencimento ou uma Potencial Situação de Vencimento.

### 16.2. Ordens de transferência

Os Levantamentos feitos através de transferência bancária deverão, sob pena de não produzirem quaisquer efeitos e, como tal, não poderem ser aceites:

- (a) Forma. Ser efectuadas por instruções escritas, emitidas pela Concessionária e dirigidas ao Banco Depositário;
- (b) Assinaturas. Ser assinadas por pessoas autorizadas nos termos da respectiva ficha de abertura de conta;
- (c) Identificação. Mencionar expressamente a conta bancária a creditar, incluindo o respectivo titular ou titulares, ou a pessoa ou pessoas a quem tal pagamento deverá ser efectuado (caso seja distinto);
- (d) Finalidade. Referir expressamente a natureza e finalidade de transferência ou ordem de pagamento;
- (e) Antecedência. Ser recebidas pelo Banco Depositário com, pelo menos, 2 (dois) Dias Úteis antes da data da pretendida transferência ou pagamento.

### **16.3. Levantamentos pelo Banco Depositário**

Nos termos e para os efeitos do presente Contrato de Depósito Bancário, o Banco Depositário só poderá – para o que, aliás, fica expressa, definitiva, incondicional e irrevogavelmente autorizado pela Concessionária – realizar Levantamentos desde que os mesmos sejam efectuados nos exactos termos e condições e para os efeitos previstos no presente Contrato de Depósito Bancário.

## **17. NOTIFICAÇÃO DE LIMITAÇÃO DE LEVANTAMENTOS**

### **17.1. Notificação de limitação de Levantamentos**

A Concessionária pelo presente declara e aceita, definitiva e incondicionalmente, que com a recepção da notificação escrita enviada pelo Banco Agente ao Banco Depositário e à Concessionária que refira a existência de uma Situação de Vencimento e faça referência à presente cláusula:

- (a) Limitação na movimentação. O Banco Depositário será a única pessoa autorizada nos termos do presente Contrato de Depósito Bancário a movimentar a débito as Contas Bancárias (excepto a Conta de Distribuições);
- (b) Levantamentos. A Concessionária não poderá realizar quaisquer Levantamentos (excepto Levantamentos da Conta de Distribuições);
- (c) Pagamento das Obrigações Garantidas. Caso seja declarado o Vencimento Antecipado, o Banco Depositário e o Banco Agente poderão proceder a quaisquer movimentos a débito de qualquer uma das Contas Bancárias (com excepção da Conta de Distribuições) única e exclusivamente para pagamento, total ou parcial, das Obrigações Garantidas e nos termos dos Contratos Financeiros.

### **17.2. Movimentação pelo Banco Agente**

Caso o Banco Depositário receba do Banco Agente a notificação referida no número anterior e até ao momento em que venha a ser declarado o Vencimento Antecipado, o Banco Agente só poderá - para o que, aliás, fica expressa, definitiva, incondicional e irrevogavelmente autorizado e instruído pela Concessionária - realizar Levantamentos desde que os mesmos sejam efectuados nos exactos termos e condições previstos nos Contratos Financeiros, nomeadamente no que respeita à ordem de prioridades de pagamentos a observar, designadamente na alínea (b) da cláusula 11 (*Conta de Reserva do Serviço da Dívida*).

### CAPÍTULO III – INVESTIMENTOS AUTORIZADOS

#### 18. INVESTIMENTOS AUTORIZADOS

##### 18.1. Investimentos Autorizados

A Concessionária pode realizar Investimentos Autorizados, com as disponibilidades monetárias depositadas nas Contas Bancárias, nas seguintes condições:

- (a) Condições. Caso estes Investimentos Autorizados sejam solicitados ao Banco Depositário, este aplicará aos Investimentos Autorizados as mesmas condições de remuneração e a mesma incidência de encargos que estejam em vigor para clientes do mesmo tipo que a Concessionária, que constam do Anexo XV (*Investimentos Autorizados*);
- (b) Documentação. Toda a documentação relativa aos Investimentos Autorizados ficará, a todo o tempo, na posse do Banco Depositário;
- (c) Rendimentos. Sem prejuízo do estipulado na cláusula 19.1 (*Juros*), os rendimentos derivados dos Investimentos Autorizados serão creditados na Conta de Receitas; e
- (d) Contabilização. Os Investimentos Autorizados serão contabilizados na Conta Bancária respectiva, de acordo com as regras aplicáveis ao produto em causa, e nos termos da prática bancária.

##### 18.2. Obrigações pecuniárias

A Concessionária deverá compatibilizar o grau de liquidez e as datas de vencimento de cada um dos Investimentos Autorizados com as datas em que se vençam quaisquer obrigações pecuniárias por si assumidas, por forma a que as Contas Bancárias apresentem os saldos necessários para fazer face ao cumprimento integral de todas as suas obrigações legais e contratuais.

##### 18.3. Alterações

O Banco Depositário e a Concessionária poderão acordar por escrito os termos e condições em que a Concessionária poderá realizar outros investimentos diferentes dos Investimentos Autorizados, desde que com o consentimento do Banco Agente.

##### 18.4. Incumprimento dos Contratos Financeiros

O Banco Depositário não está obrigado a efectuar quaisquer Investimentos Autorizados se a realização desses Investimentos Autorizados implicar, na sua opinião fundamentada, o incumprimento de qualquer uma das obrigações que para a Concessionária decorrem dos Contratos Financeiros.

### **18.5. Responsabilidade do Banco Depositário**

O Banco Depositário não assume qualquer responsabilidade pela iniciativa e resultados de qualquer Investimento Autorizado, sendo os mesmos da inteira responsabilidade da Concessionária.

## **19. JUROS**

### **19.1. Juros**

Os montantes creditados nas Contas Bancárias vencerão juros, à taxa praticada pelo Banco Depositário para depósitos da mesma natureza e prazo.

### **19.2. Crédito dos juros**

Salvo estipulação em contrário, os juros vencidos, calculados nos termos do número anterior, serão creditados na Conta de Receitas.

## **CAPÍTULO IV – ACESSO AOS LIVROS E ACTAS. FISCALIZAÇÃO**

## **20. SEGREDO PROFISSIONAL**

### **20.1. Dispensa de segredo profissional**

Sem prejuízo do estabelecido na cláusula seguinte, a Concessionária, enquanto titular das Contas Bancárias, autoriza, definitiva, expressa, incondicional e irrevogavelmente, pelo presente Contrato de Depósito Bancário, o Banco Depositário (incluindo os membros dos seus órgãos de administração ou de fiscalização, os seus empregados e mandatários) a revelar a cada um dos Bancos e ao Banco Agente, nos termos previstos nos Contratos Financeiros todos os factos ou elementos das relações presentes ou futuras do Banco Depositário com a Concessionária abrangidos, em qualquer momento, pelo dever legal de segredo profissional (incluindo a entrega ou o envio de cópia de qualquer documentação), incluindo todos os factos e elementos de informação relativos às Contas Bancárias, a cada um dos Levantamentos, aos Investimentos Autorizados e a qualquer um dos respectivos movimentos, quer a débito, quer a crédito.

### **20.2. Caducidade**

A autorização constante do número anterior caduca e deixa de produzir quaisquer efeitos com o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

## 21. INFORMAÇÃO

### 21.1. Extractos de conta

O Banco Depositário obriga-se a elaborar e enviar mensalmente à Concessionária extracto de conta de todos os movimentos, a débito e a crédito, incluindo os Investimentos Autorizados, e respectivos saldos referentes às Contas Bancárias, acompanhado de cópia da documentação que o Banco Depositário entenda útil, necessária ou conveniente, bem como a dar resposta aos pedidos de envio de documentação da Concessionária no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis.

### 21.2. Envio de documentação

Sem prejuízo do estipulado na cláusula 20 (*Segredo Profissional*), pelo presente Contrato de Depósito Bancário, o Banco Depositário fica definitiva, incondicional e irrevogavelmente autorizado pela Concessionária a:

- (a) Extracto de conta. Enviar aos Bancos e ao Banco Agente cópia do extracto de conta e demais informação e documentação referida no número anterior;
- (b) Pedidos de Esclarecimento. A responder, por escrito, designadamente quando tal lhe seja solicitado, ou verbalmente, a todos os pedidos de informação ou esclarecimento que receba de qualquer um dos Bancos e / ou do Banco Agente referentes às Contas Bancárias, respectivos saldos, movimentos a crédito ou a débito, ordens de transferência ou de pagamento (incluindo respectivos destinatários), Levantamentos, termos e condições dos Investimentos Autorizados, bem como sobre a execução do presente Contrato de Depósito Bancário e cumprimento das obrigações que do mesmo decorrem para a Concessionária;
- (c) Entrega de documentos. A fornecer a pedido de qualquer um dos Bancos e / ou do Banco Agente ou por sua própria iniciativa cópia da documentação referente a qualquer um dos assuntos referidos na alínea anterior.

### 21.3. Caducidade

A autorização constante do número anterior caduca e deixa de produzir quaisquer efeitos com o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

## CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

## 22. LEI APLICÁVEL. FORO

### 22.1. Lei aplicável

O presente Contrato de Depósito Bancário é regido pela lei portuguesa.


## 22.2. Foro competente

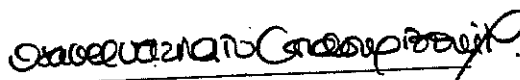
Para todas as questões emergentes do presente Contrato de Depósito Bancário - da sua interpretação, integração, cumprimento, incumprimento, validade ou invalidade - é competente o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito no local e data indicados no cabeçalho, em 3 (três) exemplares, sendo 1 (um) exemplar destinado à Concessionária e às Accionistas, 1 (um) exemplar destinado aos Bancos e 1 (um) exemplar destinado a ser anexado ao Contrato de Concessão.

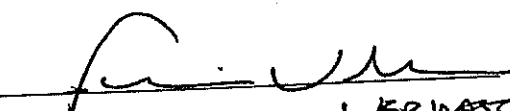
Imposto do selo liquidado e pago nos termos do Código do Imposto do Selo.


### CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

  
Nome: Bernardo Soares da Silveira e Sousa  
Qualidade: Procurador

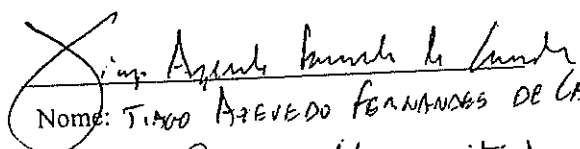
  
Nome: ISABEL CARONA BONITO  
Qualidade: Procuradora

### CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

  
Nome: FRANCISCO URVASE  
Qualidade: PROCURADOR

  
Nome: PAULO SILVA  
Qualidade: PROCURADOR

### ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.

  
Nome: TIAGO AZEVEDO FERNANDES DE CARVALHO  
Qualidade: Procurador / Administrador

Nome:

Qualidade:



# Contrato de Opção de Compra

ENTRE

Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Caixa - Banco de Investimento, S.A.

E

AdAz - Águas da Azambuja, S.A.

E

Aquapor - Serviços, S.A.

Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.

Luságua – Serviços Ambientais, S.A.

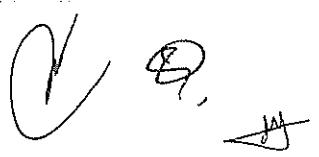
Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A.

Pragosa Ambiente, S.A.

**URÍA MENÉNDEZ**

 **VIEIRA DE ALMEIDA**  
& Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Lisboa, 8 de Maio de 2009



## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
1. <b>DEFINIÇÕES .....</b>	<b>3</b>
1.1. Acordo de Definições.....	3
1.2. Remissões .....	3
1.3. Singular e plural.....	3
1.4. Enumeração Exemplificativa.....	3
1.5. Epígrafes.....	3
<b>CAPÍTULO II – OPÇÃO DE COMPRA .....</b>	<b>6</b>
2. <b>OPÇÃO DE COMPRA.....</b>	<b>6</b>
2.1. Aquapor.....	6
2.2. Ecobrejo.....	6
2.3. Validade.....	7
2.4. Obrigação de venda.....	7
3. <b>CONTRATO PARA PESSOA A NOMEAR .....</b>	<b>7</b>
4. <b>CONDIÇÃO SUSPENSIVA .....</b>	<b>7</b>
5. <b>NOTIFICAÇÃO DA OPÇÃO .....</b>	<b>7</b>
6. <b>PREÇO DA OPÇÃO .....</b>	<b>8</b>
7. <b>DIREITOS DE PREFERÊNCIA .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO III – COMPRA E VENDA.....</b>	<b>8</b>
8. <b>CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ACCÕES .....</b>	<b>8</b>
8.1. Local, dia e hora.....	8
8.2. Declarações e Garantias .....	8
8.3. Documentos.....	8
8.4. Renúncia dos membros dos órgãos sociais .....	8
8.5. Preço da Opção de Compra .....	9
9. <b>NÃO CUMPRIMENTO .....</b>	<b>9</b>
9.1. Incumprimento.....	9
9.2. Procuração Irrevogável .....	9
9.3. Representação .....	9
9.4. Informação.....	9
10. <b>AJUSTAMENTO.....</b>	<b>10</b>
10.1. Ajustamento ao Preço da Opção de Compra.....	10
10.2. Pagamento do Ajustamento.....	10
10.3. Diligência .....	10
<b>CAPÍTULO IV – OPÇÕES DE RECOMPRA E DE REVENDA .....</b>	<b>11</b>
11. <b>OPÇÃO DE RECOMPRA E OPÇÃO DE REVENDA.....</b>	<b>11</b>

11.1.	Obrigação de Venda .....	11
11.2.	Preço .....	11
11.3.	Exercício da Opção de Recompra .....	11
11.4.	Exercício da Opção de Revenda .....	11
11.5.	Local, dia e hora .....	11
11.6.	Declarações e Garantias .....	12
11.7.	Incumprimento .....	12
<b>12.</b>	<b>CONTRATO DE RECOMPRA .....</b>	<b>12</b>
12.1.	Formalidades .....	12
12.2.	Renúncia dos membros dos órgãos sociais .....	12
12.3.	Pagamento do Preço de Recompra e Preço de Revenda .....	12
	<b>CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS .....</b>	<b>13</b>
<b>13.</b>	<b>LEI APLICÁVEL. FORO .....</b>	<b>13</b>
13.1.	Lei aplicável .....	13
13.2.	Foro competente .....	13

*[Handwritten signatures]*

Lisboa, em 8 de Maio de 2009

## OS CONTRAENTES

Entre:

- I. **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Avenida João XXI, n.º 63, em Lisboa, com o capital social de EUR 3.500.000.000,00 (três mil e quinhentos milhões de Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 500 960 046, de aqui em diante designada abreviadamente por "**CGD**";
- II. **CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, em Lisboa, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 501 898 417, de aqui em diante designada abreviadamente por "**CaixaBI**";
- III. **ADAZ – ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Rua Teodoro José da Silva, Edifício Atrium Azambuja, 37, na Azambuja, com o capital social de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Azambuja, com o número de matrícula e pessoa colectiva 508 911 443, de aqui em diante referida abreviadamente por "**Concessionária**";
- IV. **AQUAPOR - SERVIÇOS, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 293 -7.º, em Lisboa, com o capital social de EUR 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 503 913 758, de aqui em diante referida abreviadamente por "**Aquapor**";
- V. **ECOBREJO - GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS E AMBIENTE, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Estrada do Tojal, Km 1, em Ferraria, Porto de Mós, com o capital social de EUR 1.000.000,00 (um milhão de euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto de Mós, com o número de matrícula e pessoa colectiva 507 069 544, de aqui em diante referida abreviadamente por "**Ecobrejo**";
- VI. **LUSÁGUA – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Av. 5 de Outubro, 293, 7º piso, em Lisboa, com o capital social de EUR 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 507738950, de ora em diante designada por "**Luságua**";
- VII. **LUSÁGUA ALCANENA – GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.**, com sede em Santarém, na Rua do Monte Branco, n.º 136, Bugalhos, Alcanena, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 501 834 273, com o capital social de € 600.000 (seiscentos mil Euros), adiante designada por "**Luságua Alcanena**";

VIII. PRAGOSA AMBIENTE, S.A., com sede em Leiria, na Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria, Porto de Mós, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Porto de Mós, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 507 717 562, com o capital social de € 125.000 (cento e vinte cinco mil Euros), adiante designada por "Pragosa Ambiente".

É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato de opção de compra integrado pelas seguintes cláusulas, que os Contraentes se obrigam a cumprir pontualmente e na íntegra:

## CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÃO

### 1. DEFINIÇÕES

#### 1.1. Acordo de Definições

Salvo se de outro modo estipulado no presente Acordo de Opção de Compra, os termos e expressões iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato de Opção de Compra têm o significado que lhes é atribuído no Acordo de Definições, nesta data celebrado pelos Bancos, as Accionistas e a Concessionária.

#### 1.2. Remissões

Excepto se do texto resultar o contrário, qualquer referência a uma cláusula entende-se como efectuada a uma cláusula deste Contrato de Opção de Compra e qualquer referência a um anexo entende-se como efectuada a um anexo do Acordo de Definições.

#### 1.3. Singular e plural

Excepto se deste Contrato de Opção de Compra resultar o contrário, os termos e expressões definidos (i) no Acordo de Definições, e (ii) ao longo do texto do presente Contrato de Opção de Compra, incluindo os seus anexos, no singular ou no plural poderão ser utilizados, respectivamente, no plural ou no singular, com a correspondente alteração do seu significado.

#### 1.4. Enumeração Exemplificativa

Os termos e expressões precedidos pela palavra "incluindo", "nomeadamente" ou "designadamente" não ficarão limitados a esses termos e expressões, já que a enumeração é meramente exemplificativa.

#### 1.5. Epígrafes

As epígrafes das cláusulas, dos respectivos números e alíneas e dos anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não devendo ser consideradas na interpretação e integração do presente Contrato de Opção de Compra, excepto quando utilizadas em remissões, caso em que, em situação de contradição, prevalecerá a respectiva epígrafe.

## **CAPITULO II – OPÇÃO DE COMPRA**

### **2. OPÇÃO DE COMPRA**

#### **2.1. Aquapor**

A Aquapor promete vender aos Bancos as Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções (incluindo os respectivos Direitos Inerentes) de que for titular, a cada momento, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, seja de que natureza forem, com excepção das garantias constituídas ou prometidas constituir nos termos do Contrato de Garantias.

#### **2.2. Ecobrejo**

A Ecobrejo promete vender aos Bancos as Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções (incluindo os respectivos Direitos Inerentes) de que for titular, a cada momento, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, seja de que natureza forem, com excepção das garantias constituídas ou prometidas constituir nos termos do Contrato de Garantias.

#### **2.3. Luságua**

A Luságua promete vender aos Bancos as Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções (incluindo os respectivos Direitos Inerentes) de que for titular, a cada momento, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, seja de que natureza forem, com excepção das garantias constituídas ou prometidas constituir nos termos do Contrato de Garantias.

#### **2.4. Luságua Alcanena**

A Luságua Alcanena promete vender aos Bancos as Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções (incluindo os respectivos Direitos Inerentes) de que for titular, a cada momento, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, seja de que natureza forem, com excepção das garantias constituídas ou prometidas constituir nos termos do Contrato de Garantias.

#### **2.5. Pragosa Ambiente**

A Pragosa Ambiente promete vender aos Bancos as Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções (incluindo os respectivos Direitos Inerentes) de que for titular, a cada momento, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, seja de que natureza forem, com excepção das garantias constituídas ou prometidas constituir nos termos do Contrato de Garantias.

## 2.6. Validade

A Opção de Compra mantém-se válida e eficaz não obstante:

- (a) Sanação da Situação de Vencimento. Tendo-se verificado uma Situação de Vencimento, esta venha a ser sanada;
- (b) Não exercício. Os Bancos não exerçam a Opção de Compra nos termos e condições previstos neste Contrato de Opção de Compra; e
- (c) Revenda. Os Bancos, tendo exercido a Opção de Compra, venham, posteriormente, a exercer a sua Opção de Revenda.

## 2.7. Obrigação de venda

Cada vez que for exercido o Direito de Opção de Compra nos termos e condições do presente Contrato de Opção de Compra, as Accionistas ficarão, sem mais, obrigadas a vender aos Bancos, que ficarão obrigados a comprá-las, as Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) objecto da Opção de Compra, nos termos e nas condições aqui referidas, livres de quaisquer ónus, encargos, limitações ou responsabilidades, à excepção dos Ónus Autorizados.

## 3. CONTRATO PARA PESSOA A NOMEAR

As Accionistas reconhecem e aceitam, definitiva e irrevogavelmente, que os Bancos poderão nomear, conjuntamente, na Notificação de Opção, uma Entidade Controlada, para adquirir os seus direitos e assumir as suas obrigações decorrentes deste Contrato de Opção de Compra.

## 4. CONDICÃO SUSPENSIVA

O exercício da Opção de Compra fica sujeito a uma condição suspensiva consubstanciada:

- (a) Prazo de sanção. Na verificação de uma Situação de Vencimento, passível de sanção mas não sanada nos prazos previstos nos Documentos Financeiros; ou
- (b) Imediato. Na verificação de uma Situação de Vencimento, nos demais casos em que a Situação de Vencimento resultar do não cumprimento de uma obrigação cuja correspondente prestação já não seja possível de realizar.

## 5. NOTIFICAÇÃO DA OPÇÃO

O exercício da Opção de Compra deverá ser efectuado mediante o envio de uma Notificação de Opção.

## **6. PREÇO DA OPÇÃO**

O Preço da Opção de Compra é de EUR 1,00 (um Euro), sujeito ao Ajustamento.

## **7. DIREITOS DE PREFERÊNCIA**

As Accionistas obrigam-se perante os Bancos, irrevogável, incondicional e definitivamente, a renunciar aos respectivos direitos de preferência relativamente a cada Contrato de Compra e Venda de Acções, logo que sejam notificados para o seu exercício, podendo os Bancos, em seu nome e representação e com base na Procuração Irrevogável, renunciar a tais direitos de preferência.

## **CAPITULO III – COMPRA E VENDA**

### **8. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ACCÕES**

#### **8.1. Local, dia e hora**

Cada Contrato de Compra e Venda de Acções será celebrado na morada da CGD constante do Anexo XIII (*Comunicações*), na data e à hora indicadas na Notificação de Opção, devendo o dia escolhido ser entre o 5.º (quinto) e o 20.º (vigésimo) dia a contar da data de recepção da respectiva Notificação de Opção.

#### **8.2. Declarações e Garantias**

A transmissão das Acções, Novas Acções e Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) objecto do Contrato de Compra e Venda de Acções será feita sem quaisquer declarações das Accionistas, salvo no que respeita à sua titularidade e à ausência de quaisquer outros ónus ou encargos para além dos Ónus Autorizados.

#### **8.3. Documentos**

Na data da celebração de cada Contrato de Compra e Venda de Acções, os Bancos praticarão todos os actos necessários, úteis ou convenientes para a transmissão das Acções, Novas Acções e Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) a seu favor, para o que ficam desde já definitiva e irrevogavelmente autorizados pelas Accionistas.

#### **8.4. Renúncia dos membros dos órgãos sociais**

Com a celebração de cada Contrato de Compra e Venda de Acções, as Accionistas obrigam-se a entregar cartas aos Bancos, devidamente assinadas nessa data por cada um dos membros dos órgãos sociais da Concessionária, renunciando:

- (a) Mandato. Ao exercício do respectivo mandato, e



- (b) Indemnização. A receber qualquer compensação ou indemnização resultante da perda do cargo que exerciam ou decorrentes do seu exercício, ficando as Accionistas solidariamente obrigadas a indemnizar a Concessionária por todos os prejuízos, despesas (incluindo honorários de advogado e solicitador) e encargos relacionados com a demissão (mesmo que sem justa causa) de cada um dos membros dos órgãos sociais da Concessionária.

## **8.5. Preço da Opção de Compra**

O Preço da Opção de Compra será integralmente pago com a celebração do Contrato de Compra e Venda de Acções e será dividido proporcionalmente entre as Accionistas, tendo em conta as suas participações.

## **9. NÃO CUMPRIMENTO**

### **9.1. Incumprimento**

Se, por qualquer motivo, alguma das Accionistas não celebrar o Contrato de Compra e Venda de Acções nos termos e nas condições do presente Contrato de Opção de Compra, os Bancos poderão (mas não estão obrigados a), em nome e em representação da Accionista Faltosa e no exercício dos poderes de representação conferidos nos termos das Procurações Irrevogáveis, celebrar o Contrato de Compra e Venda de Acções respeitante às Acções, às Novas Acções e às Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) identificadas na Notificação de Opção, para o que ficam desde já definitiva e irrevogavelmente autorizados pelas Accionistas.

### **9.2. Procuração Irrevogável**

A concessão pelas Accionistas de poderes de representação aos Bancos, nos termos das Procurações Irrevogáveis, não as isenta do cumprimento pontual e integral de cada uma das obrigações que para elas decorrem do presente Contrato de Opção de Compra.

### **9.3. Representação**

A celebração pelos Bancos do Contrato de Compra e Venda de Acções em nome e representação da Accionista Faltosa, nos termos e condições e para os fins estabelecidos no presente Contrato de Opção de Compra, não a isenta da obrigação de indemnizar, nos termos da lei aplicável, os Bancos por quaisquer prejuízos por estes incorridos em resultado do não cumprimento ou do cumprimento tardio nem por qualquer meio impede a sua execução específica, acrescida de uma indemnização pelo seu não cumprimento atempado.

### **9.4. Informação**

Após execução do Contrato de Compra e Venda de Acções em nome e representação da Accionista Faltosa, os Bancos obrigam-se a, num prazo razoável, informar a Accionista Faltosa da execução do contrato e a enviar-lhe uma cópia simples do mesmo.

## **10. AJUSTAMENTO**

### **10.1. Ajustamento ao Preço da Opção de Compra**

Se:

- (a) Alienação das Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções. Os Bancos vierem a transmitir, sob qualquer forma, a título oneroso e para qualquer efeito, as Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes), ou
- (b) Entidade Controlada. Os Bancos transmitirem, sob qualquer forma, a título oneroso e para qualquer efeito, a totalidade das participações representativas do capital social da Entidade Controlada,

então, em qualquer dos casos, o Preço da Opção de Compra será ajustado pelo montante correspondente ao Preço de Venda deduzido (i) do montante do Preço da Opção de Compra, (ii) dos eventuais custos inerentes aos processos de compra e de venda previstos nesta cláusula e no Contrato de Compra e Venda de Acções (incluindo custos e despesas razoáveis com Consultores Independentes), (iii) dos fundos próprios que os Bancos tenham realizado na Concessionária, a título de capital ou outros fundos accionistas, e (iv) de quaisquer montantes necessários para compensar custos ou ineficiências fiscais decorrentes dos processos de compra e de venda previstos nesta cláusula e de cada Contrato de Compra e Venda de Acções. No caso da diferença ser inferior a EUR 10,00 (dez Euros) ou ser negativa, não será efectuado qualquer ajustamento ao Preço da Opção de Compra, que ficará assim definitivamente fixado para todos os efeitos.

### **10.2. Pagamento do Ajustamento**

O montante do ajustamento (caso exista) ao Preço da Opção de Compra, calculado nos termos do número anterior, deverá ser pago integralmente pelos Bancos às Accionistas, na proporção das suas participações, nos 3 (três) Dias Úteis seguintes ao recebimento do Preço de Venda.

### **10.3. Diligência**

Os Bancos obrigam-se a, no caso de virem a transmitir as Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) ou as participações sociais representativas do capital social da Entidade Controlada nos termos do número 1 da presente cláusula, diligenciar no sentido de obter o melhor preço possível, tendo em conta as condições do mercado à data da realização dessa venda.

## CAPITULO IV – OPÇÕES DE RECOMPRA E DE REVENDA

### 11. OPÇÃO DE RECOMPRA E OPÇÃO DE REVENDA

#### 11.1. Obrigação de Venda

Enquanto os Bancos ou a Entidade Controlada forem proprietários das Acções, das Novas Acções e das Futuras Acções objecto do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Acções, e caso tal lhes vier a ser solicitado pelas Accionistas mediante o envio de uma Notificação de Recompra, os Bancos obrigam-se a vender ou a fazer com que a Entidade Controlada venda, conforme for aplicável, às Accionistas, que se obrigam a comprar aos Bancos ou à Entidade Controlada, conforme aplicável, todas (mas não parte) as Acções, as Novas Acções e as Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) objecto de cada Contrato de Compra e Venda de Acções nos termos e nas condições aqui referidas, livres de quaisquer ónus, encargos, limitações ou responsabilidades, à excepção dos Ónus Autorizados.

#### 11.2. Preço

Tanto o Preço de Recompra como o Preço da Revenda é de EUR 1,00 (um Euro).

#### 11.3. Exercício da Opção de Recompra

A Opção de Recompra poderá ser exercida pelas Accionistas mediante o envio conjunto de uma Notificação de Recompra aos Bancos, a qual deverá ser recebida no prazo máximo de 10 (dez) dias após a data em que as Obrigações Garantidas estiverem integralmente cumpridas.

#### 11.4. Exercício da Opção de Revenda

A Opção de Revenda poderá ser exercida pelos Bancos mediante o envio de uma Notificação de Revenda às Accionistas, a qual deverá ser recebida no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da data em que:

- (a) Cumprimento. As Obrigações Garantidas sejam integralmente cumpridas; ou
- (b) Sanação da Situação de Vencimento. A Situação de Vencimento (cuja verificação conferiu eficácia à última Opção de Compra, nos termos da cláusula 4 (*Condição Suspensiva*) supra) seja sanada.

#### 11.5. Local, dia e hora

O Contrato de Recompra será celebrado na morada da CGD constante do Anexo XIII (*Comunicações*), em dia, hora e local indicados na Notificação de Recompra ou na Notificação de Revenda, conforme o caso, devendo o dia escolhido ser entre o 5.º (quinto) e o 20.º (vigésimo) dia a contar da data de recepção da respectiva Notificação de Recompra ou Notificação de Revenda, conforme o caso.

### **11.6. Declarações e Garantias**

A transmissão das Acções, das Novas Acções e das Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) objecto do Contrato de Recompra, será feita sem declarações ou garantias por parte dos Bancos ou da Entidade Controlada, conforme for aplicável, salvo no que respeita à sua titularidade e à ausência de quaisquer ónus ou encargos.

### **11.7. Incumprimento**

Se, por qualquer motivo, qualquer dos Contraentes não celebrar o Contrato de Recompra, nos termos e condições estabelecidos na presente cláusula, o Contraente faltoso ficará obrigado a indemnizar os demais Contraentes por quaisquer prejuízos decorrentes de tal incumprimento ou cumprimento tardio.

## **12. CONTRATO DE RECOMPRA**

### **12.1. Formalidades**

Com a celebração do Contrato de Recompra, os Bancos obrigam-se a praticar todos os actos necessários, úteis ou convenientes para a transmissão das Acções, das Novas Acções e das Futuras Acções (e respectivos Direitos Inerentes) a favor das Accionistas.

### **12.2. Renúncia dos membros dos órgãos sociais**

Com a celebração do Contrato de Recompra, os Bancos obrigam-se a entregar cartas às Accionistas, devidamente assinadas nessa data por cada um dos membros dos órgãos sociais da Concessionária que tenham sido indicados pelos Bancos ou pela Entidade Controlada, renunciando:

- (a) Mandato. Ao exercício do respectivo mandato, e
- (b) Indemnização. A receber qualquer compensação ou indemnização resultante da perda do cargo que exerciam ou decorrentes do seu exercício, ficando os Bancos obrigados a indemnizar a Concessionária por todos os prejuízos, despesas (incluindo honorários de advogado e solicitador) e encargos relacionados com a demissão (mesmo que sem justa causa) de cada um dos membros dos órgãos sociais da Concessionária por eles indicados.

### **12.3. Pagamento do Preço de Recompra e Preço de Revenda**

As Accionistas pagarão aos Bancos o Preço de Recompra ou o Preço de Revenda, conforme o caso, na data de celebração do Contrato de Recompra.

## CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

### 13. LEI APLICÁVEL. FORO

#### 13.1. Lei aplicável

O presente Contrato de Opção de Compra é regido pela lei portuguesa.

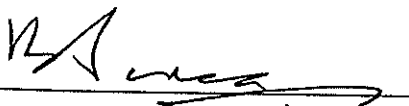
#### 13.2. Foro competente


Para todas as questões emergentes do presente Contrato de Opção de Compra - da sua interpretação, integração, cumprimento, incumprimento, validade ou invalidade - é competente o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito no local e data indicados no cabeçalho, em 3 (três) exemplares, sendo 1 (um) exemplar destinado à Concessionária e às Accionistas, 1 (um) exemplar destinado aos Bancos e 1 (um) exemplar destinado a ser anexado ao Contrato de Concessão.


Foi liquidado o imposto do selo por guia, nos termos previstos na verba dezassete da Tabela Geral do Imposto do Selo.

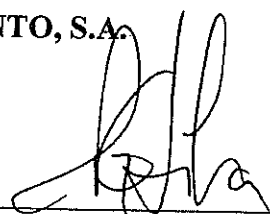
### CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

  
Nome: Bernardo Soares de Albuquerque e Sousa  
Qualidade: Procurador

  
Nome: ISABEL URDANA Benito  
Qualidade: Procuradora

### CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

  
Nome: FRANCISCO URDASCA  
Qualidade: PROCURADOR

  
Nome: Paulo Silva  
Qualidade: Procurador

ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.

Nome: JIM Azevedo FERNANDES DE CARVALH  
Qualidade: Procurador / Administrador

Nome:

Qualidade:

AQUAPOR - SERVIÇOS, S.A.

Nome: Alexandre Mendes  
Qualidade: Administrador

Nome: Diogo Faria de Oliveira  
Qualidade: Administrador

ECOBREJO - GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS E AMBIENTE S.A.

Nome: João Carlos Paçosa  
Qualidade: Administrador

Nome:

Qualidade:

LUSÁGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.

Nome: Alexandre Mendes  
Qualidade: Administrador

Nome: Diogo Faria de Oliveira  
Qualidade: Administrador

LUSÁGUA ALCANENA – GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.

Nome:

Qualidade:

DIogo Faria de Oliveira

Nome: DIogo Faria de OLIVEIRO

Qualidade: ADMINISTRADOR

PRAGOSA AMBIENTE, S.A.

Nome:

Qualidade: Promotora / Administradora

Nome:

Qualidade:

# Contrato de Garantias

ENTRE

Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Caixa - Banco de Investimento, S.A.

E

AdAz - Águas da Azambuja, S.A.

E

Aquapor - Serviços, S.A.

Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.

Luságua - Serviços Ambientais, S.A.

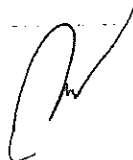
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.

Pragosa Ambiente, S.A.

**URÍA MENÉNDEZ**

 **VIEIRA DE ALMEIDA**  
& Associados Sociedade de Advogados, R.L.

Lisboa, 8 de Maio de 2009

  
MEX



## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
1. INTERPRETAÇÃO.....	7
1.1. Acordo de Definições.....	7
1.2. Remissões .....	7
1.3. Singular e plural.....	7
1.4. Enumeração Exemplificativa.....	7
1.5. Epígrafes.....	8
<b>CAPÍTULO II - PENHOR FINANCEIRO E PROMESSA DE PENHOR FINANCEIRO DE ACÇÕES .....</b>	<b>8</b>
2. PENHOR FINANCEIRO DE ACÇÕES .....	8
2.1. Penhor Aquapor .....	8
2.2. Penhor Ecobrejo.....	8
2.3. Penhor Luságua.....	8
2.4. Penhor Luságua Alcanena .....	8
2.5. Penhor Pragosa .....	8
2.6. Suspensão do penhor de direito de voto e de direito aos lucros .....	9
2.7. Direito de voto e direito aos lucros .....	9
2.8. Futuras Acções.....	9
2.9. Pacto comissório .....	10
2.10. Avaliação.....	10
2.11. Renúncia ao direito de preferência.....	10
2.12. Substituição em caso de incumprimento .....	11
2.13. Obrigações .....	11
3. FORMALIDADES .....	11
4. PROMESSA DE PENHOR FINANCEIRO DE ACÇÕES .....	12
4.1. Promessa de penhor financeiro .....	12
4.2. Obrigação de informação .....	12
4.3. Comunicação para Penhor Financeiro de Acções.....	12
4.4. Incumprimento.....	12
5. CONTRATOS DE PENHOR FINANCEIRO DE ACÇÕES .....	13
5.1. Celebração do Contrato Definitivo .....	13
5.2. Conteúdo do Contrato definitivo .....	13
<b>CAPÍTULO III – CONTRATO DE PENHOR FINANCEIRO DAS CONTAS BANCÁRIAS.....</b>	<b>13</b>
6. PENHOR FINANCEIRO DAS CONTAS BANCÁRIAS.....	13
6.1. Penhor Financeiro das Contas Bancárias .....	13
6.2. Contrato de Formação Progressiva .....	13

6.3.	Notificação.....	13
6.4.	Conservação.....	13
6.5.	Desapossamento.....	14
6.6.	Autorização.....	14
6.7.	Obrigações da Concessionária.....	14
<b>CAPÍTULO IV – PROMESSA DE PENHOR DE EQUIPAMENTO .....</b>		<b>14</b>
7.	<b>PROMESSA DE PENHOR DE EQUIPAMENTO .....</b>	<b>14</b>
7.1.	Promessa de Penhor.....	14
7.2.	Comunicação de penhor adicional.....	15
7.3.	Incumprimento.....	15
8.	<b>CONTRATO DE PENHOR DE EQUIPAMENTO .....</b>	<b>15</b>
8.1.	Celebração do Contrato de Penhor de Equipamento.....	15
8.2.	Conteúdo e formalidades.....	15
8.3.	Posse do equipamento.....	16
8.4.	Caducidade.....	16
<b>CAPÍTULO V - TERMOS GERAIS DOS CONTRATOS DE PENHOR.....</b>		<b>16</b>
9.	<b>ÂMBITO DE APLICAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
10.	<b>OBRIGAÇÕES DAS ACCIONISTAS E DA CONCESSIONÁRIA .....</b>	<b>16</b>
10.1.	Obrigações.....	16
10.2.	Inspecção.....	17
11.	<b>EXECUÇÃO DO PENHOR .....</b>	<b>18</b>
11.1.	Causas de execução de penhor.....	18
11.2.	Forma de execução de penhor.....	18
11.3.	Despesas e Encargos.....	18
11.4.	Dedução.....	18
11.5.	Retenção.....	19
11.6.	Penhor financeiro.....	19
<b>CAPÍTULO VI - CONTRATO-PROMESSA DE HIPOTECA.....</b>		<b>19</b>
12.	<b>PROMESSA DE HIPOTECA .....</b>	<b>19</b>
12.1.	Promessa de Hipoteca.....	19
12.2.	Informação para Hipoteca.....	19
12.3.	Incumprimento.....	19
12.4.	Situação de Vencimento.....	19
12.5.	Abrangência.....	20
13.	<b>OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>20</b>
13.1.	Obrigações da Concessionária.....	20
13.2.	Inspecção.....	21
13.3.	Cancelamento de hipoteca.....	21
14.	<b>ESCRITURA DE HIPOTECA .....</b>	<b>21</b>

*[Handwritten signature and initials]*

14.1. Celebração de Escritura de Hipoteca .....	21
14.2. Cláusulas .....	21
<b>15. EXECUÇÃO DA HIPOTECA .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO VII - CESSÃO DE CRÉDITOS COM ESCOPO DE GARANTIA .....</b>	<b>22</b>
<b>16. CESSÃO DE CRÉDITOS DA CONCESSIONÁRIA COM ESCOPO DE GARANTIA .....</b>	<b>22</b>
16.1. Cessão de Créditos .....	22
16.2. Âmbito .....	22
<b>17. MANDATO PARA COBRANÇA .....</b>	<b>23</b>
17.1. Mandato .....	23
17.2. Despesas .....	23
17.3. Meios .....	23
17.4. Irrevogabilidade .....	24
17.5. Não exclusividade .....	24
17.6. Garantias Bancárias .....	24
17.7. Fundos Próprios Adicionais .....	24
<b>18. CESSÃO DE CRÉDITOS DAS ACCIONISTAS COM ESCOPO DE GARANTIA..</b>	<b>24</b>
18.1. Cessão de Créditos .....	24
18.2. Âmbito .....	24
<b>19. MANDATO PARA COBRANÇA .....</b>	<b>25</b>
19.1. Mandato .....	25
19.2. Despesas .....	25
19.3. Meios .....	25
19.4. Irrevogabilidade .....	26
19.5. Não exclusividade .....	26
<b>20. NOTIFICAÇÕES.....</b>	<b>26</b>
20.1. Aceitação .....	26
20.2. Notificações .....	26
20.3. Outras Notificações pela Concessionária .....	26
<b>21. OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>27</b>
<b>22. INFORMAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
22.1. Informação prestada ao Banco Agente .....	27
22.2. Informação prestada pelos Bancos e pelo Banco Agente .....	27
22.3. Execução de outros instrumentos .....	27
<b>CAPÍTULO VIII – SUBORDINAÇÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>23. SUBORDINAÇÃO.....</b>	<b>28</b>
23.1. Subordinação .....	28
23.2. Insolvência .....	28
<b>CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>28</b>

24.	PROCURAÇÃO IRREVOGÁVEL .....	28
24.1.	Procuração Irrevogável .....	28
24.2.	Mandantes .....	29
24.3.	Negócios consigo mesmo .....	29
25.	NÃO CUMPRIMENTO DE PROMESSAS DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIAS.....	29
25.1.	Indivisibilidade .....	29
25.2.	Não cumprimento .....	29
25.3.	Procuração Irrevogável .....	29
25.4.	Representação .....	30
25.5.	Informação .....	30
26.	AUTORIZAÇÃO DO CONCEDENTE.....	30
27.	CUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.....	30
28.	EXTINÇÃO.....	30
29.	EXECUÇÃO DAS GARANTIAS.....	31
30.	NOVAÇÃO.....	31
31.	CONDIÇÃO SUSPENSIVA .....	31
32.	LEI APLICÁVEL. FORO .....	31
32.1.	Lei aplicável.....	31
32.2.	Foro competente .....	31

*[Handwritten signature]*

Lisboa, em 8 de Maio de 2009

## OS CONTRAENTES

Entre:

- I. **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Avenida João XXI, n.º 63, em Lisboa, com o capital social de EUR 3.500.000.000,00 (três mil e quinhentos milhões de Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 500 960 046, de aqui em diante designada abreviadamente por "**CGD**";
- II. **CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, em Lisboa, com o capital social de EUR 81.250.000,00 (oitenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 501 898 417, de aqui em diante designada abreviadamente por "**CaixaBI**";
- III. **ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Rua Teodoro José da Silva, Edifício Atrium Azambuja, 37, na Azambuja, com o capital social de EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Azambuja, com o número de matrícula e pessoa colectiva 508 911 443, de aqui em diante referida abreviadamente por "**Concessionária**";
- IV. **AQUAPOR - SERVIÇOS, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 293 -7.º, em Lisboa, com o capital social de EUR 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e pessoa colectiva 503 913 758, de aqui em diante referida abreviadamente por "**Aquapor**";
- V. **ECOBREJO - GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS E AMBIENTE, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Estrada do Tojal, Km 1, em Ferraria, Porto de Mós, com o capital social de EUR 1.000.000,00 (um milhão de euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto de Mós, com o número de matrícula e pessoa colectiva 507 069 544, de aqui em diante referida abreviadamente por "**Ecobrejo**";
- VI. **LUSÁGUA – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.**, sociedade anónima, com sede na Av. 5 de Outubro, 293, 7º piso, em Lisboa, com o capital social de EUR 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 507738950, de ora em diante designada por "**Luságua**";

- VII. **LUSÁGUA ALCANENA – GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.**, com sede em Santarém, na Rua do Monte Branco, n.º 136, Bugalhos, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Alcanena, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 501 834 273, com o capital social de € 600.000 (seiscentos mil Euros), adiante designada por “Luságua Alcanena”;
- VIII. **PRAGOSA AMBIENTE, S.A.**, com sede em Leiria, na Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria, Porto de Mós, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Porto de Mós, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 507 717 562, com o capital social de € 125.000 (cento e vinte cinco mil Euros), adiante designada por “Pragosa Ambiente”.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato de garantias integrado pelas seguintes cláusulas, que os Contraentes se obrigam a cumprir pontualmente e na íntegra:

## **CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÃO**

### **1. INTERPRETAÇÃO**

#### **1.1. Acordo de Definições**

Salvo se de outro modo estipulado no presente Contrato de Garantias, os termos e expressões iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato de Garantias, incluindo respectivos considerandos e anexos, têm o significado que lhes é atribuído no Acordo de Definições nesta data celebrado pelos Bancos, as Accionistas e a Concessionária.

#### **1.2. Remissões**

Excepto se do texto resultar o contrário, qualquer referência a uma cláusula entende-se como efectuada a uma cláusula deste Contrato de Garantias e qualquer referência a um anexo entende-se feita a um anexo do Acordo de Definições.

#### **1.3. Singular e plural**

Excepto se deste Contrato de Garantias resultar o contrário, os termos e expressões definidos (i) no Acordo de Definições, e (ii) ao longo do texto do presente Contrato de Garantias, incluindo os seus anexos, no singular ou no plural poderão ser utilizados, respectivamente, no plural ou no singular, com a correspondente alteração do seu significado.

#### **1.4. Enumeração Exemplicativa**

Os termos e expressões precedidos pelas palavras “incluindo”, “nomeadamente” ou “designadamente” não ficarão limitados a esses termos e expressões, já que a enumeração é meramente exemplificativa.

### **1.5. Epígrafes**

As epígrafes das cláusulas, dos respectivos números e alíneas e dos anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não devendo ser consideradas na interpretação e integração do presente Contrato de Garantias, excepto quando utilizadas em remissões, caso em que, em situação de contradição relativamente ao número da cláusula remetida, prevalecerá a respectiva epígrafe.

## **CAPÍTULO II - PENHOR FINANCEIRO E PROMESSA DE PENHOR FINANCEIRO DE ACÇÕES**

### *Secção A – Penhor Financeiro de Acções*

## **2. PENHOR FINANCEIRO DE ACCÕES**

### **2.1. Penhor Aquapor**

Para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Aquapor constitui a favor dos Bancos e do Banco Agente penhor financeiro, de primeiro grau, sobre as Acções Aquapor e as respectivas Futuras Acções, incluindo os respectivos Direitos Inerentes.

### **2.2. Penhor Ecobrejo**

Para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Ecobrejo constitui a favor dos Bancos e do Banco Agente penhor financeiro, de primeiro grau, sobre as Acções Ecobrejo e as respectivas Futuras Acções, incluindo os respectivos Direitos Inerentes.

### **2.3. Penhor Luságua**

Para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Luságua constitui a favor dos Bancos e do Banco Agente penhor financeiro, de primeiro grau, sobre as Acções Luságua e as respectivas Futuras Acções, incluindo os respectivos Direitos Inerentes.

### **2.4. Penhor Luságua Alcanena**

Para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Luságua Alcanena constitui a favor dos Bancos e do Banco Agente penhor financeiro, de primeiro grau, sobre as Acções Luságua Alcanena e as respectivas Futuras Acções, incluindo os respectivos Direitos Inerentes.

### **2.5. Penhor Pragosa**

Para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Pragosa Ambiente constitui a favor dos Bancos e do Banco Agente penhor financeiro, de primeiro grau, sobre as Acções Pragosa Ambiente e as respectivas Futuras Acções, incluindo os respectivos Direitos Inerentes.

## 2.6. Suspensão do penhor de direito de voto e de direito aos lucros

O penhor do direito de receber os dividendos e o penhor do direito de voto inerentes às Acções Empenhadas, e apenas estes, manterão os seus efeitos suspensos até ao momento em que os Bancos emitam uma Notificação de Situação de Vencimento.

Com o envio de uma Notificação de Situação de Vencimento pelos Bancos à Concessionária, o penhor sobre o direito de receber dividendos e o direito de voto tornar-se-á automaticamente eficaz, pelo que, até que seja sanada a Situação de Vencimento, tais direitos poderão ser integral e exclusivamente exercidos pelos Bancos sem necessidade de consentimento do respectivo titular. Simultaneamente com a Notificação de Situação de Vencimento, os Bancos notificarão o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Concessionária da ocorrência de uma Situação de Vencimento, embora tal notificação não seja necessária para que o penhor produza efeitos.

A partir do envio de uma Notificação de Situação de Vencimento e enquanto se mantiver essa Situação de Vencimento sem que a mesma seja sanada:

- (a) Interesses accionistas. Os interesses dos Bancos como credores pignoratícios prevalecerão sempre sobre os interesses das Accionistas;
- (b) Exercício. Os Bancos continuarão a poder exercer os referidos Direitos Inerentes sem consentimento do respectivo titular;
- (c) Accionistas. Cada uma das Accionistas obriga-se a não exercer os respectivos Direitos Inerentes;
- (d) Renúncia. Cada uma das Accionistas expressamente declara que não poderá responsabilizar os Bancos por qualquer facto relacionado com o exercício dos Direitos Inerentes pelos Bancos por não terem sido respeitados ou acautelados, aquando do exercício dos Direitos Inerentes, os interesses das Accionistas, renunciando desde já definitiva e irrevogavelmente a quaisquer direitos de reclamação, impugnação ou indemnização com esse fundamento, excepto em caso de actuação dolosa ou de negligência grosseira por parte dos Bancos no exercício dos Direitos Inerentes.

## 2.7. Direito de voto e direito aos lucros

Em caso de emissão de Notificação de Situação de Vencimento e enquanto a respectiva Situação de Vencimento não for sanada e o Vencimento Antecipado não for declarado, não poderão ser distribuídos dividendos nem efectuadas quaisquer outras Distribuições.

## 2.8. Futuras Acções

Os Contraentes declaram que consideram, juridicamente, as Futuras Acções como fruto das acções representativas do capital social da respectiva sociedade emitente, ficando, no momento da sua emissão, automaticamente abrangidas pelo penhor financeiro que onere as



Acções Empenhadas. Caso as Futuras Acções não sejam consideradas como fruto ou abrangidas pelo penhor financeiro constituído sobre as Acções Empenhadas, conforme referido, os Contraentes obrigam-se a praticar todos os actos necessários à constituição do respectivo penhor financeiro logo que tal seja possível.

## **2.9. Pacto comissório**

Os Contraentes acordam expressamente que, em caso de declaração de Vencimento Antecipado, os Bancos e o Banco Agente poderão executar o Penhor Financeiro das Acções, podendo, nomeadamente, fazer suas as Acções Empenhadas, extinguindo-se, perante os Bancos (nessa qualidade) e a partir do momento da transmissão, todas as obrigações das Accionistas enquanto titulares das Acções.

## **2.10. Avaliação**

Para efeitos do pacto comissório referido no número anterior, as Acções Empenhadas deverão ser avaliadas de acordo com critérios comerciais razoáveis, fundamentados e objectivos, ficando desde já acordado entre os Contraentes que, caso os Contraentes em causa não venham a acordar de outra forma num prazo máximo de 15 (quinze) dias, as Acções Empenhadas serão avaliadas, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, por duas instituições independentes acreditadas, designadas para o efeito, uma pelos Bancos e pelo Banco Agente e outra pela Concessionária (dando as Accionistas desde já o seu acordo à entidade nomeada pela Concessionária), correspondendo o valor das Acções à média das avaliações assim efectuadas. A não nomeação no prazo de 10 (dez) Dias Úteis por qualquer um dos Contraentes em causa corresponderá à renúncia por esse Contraente do direito de nomear uma instituição avaliadora das Acções para os efeitos desta cláusula.

Havendo duas avaliações, se a diferença entre ambas for superior a 10 (dez) por cento, ambas as instituições deverão designar uma terceira instituição independente acreditada, a qual deverá fixar o valor das Acções Empenhadas dentro do intervalo das avaliações anteriores.

No caso de os Bancos e o Banco Agente, por um lado, ou as Accionistas, por outro, não designarem uma instituição independente acreditada como sua instituição de avaliação, o valor das Acções Empenhadas será determinado pela instituição de avaliação designada pelo outro Contraente.

## **2.11. Renúncia ao direito de preferência**

Em caso de execução do Penhor Financeiro das Acções, cada uma das Accionistas obriga-se a renunciar imediatamente ao seu direito de preferência na transmissão das Acções após terem sido interpeladas por escrito pelo Banco Agente para o efeito.

## 2.12. Substituição em caso de incumprimento

Se, por qualquer razão, qualquer das Accionistas incumprir ou não cumprir atempadamente a obrigação de renúncia ao direito de preferência *supra* referida, os Bancos e o Banco Agente poderão, em nome e representação da Accionista faltosa (que, desde já, autoriza os Bancos e o Banco Agente para o efeito, de forma definitiva e irrevogável, não obstante os termos definidos na respectiva Procuração Irrevogável), a renunciar ao respectivo direito de preferência.

A concessão pela Accionista faltosa de poderes de representação aos Bancos e ao Banco Agente nos termos da Procuração Irrevogável, não a isenta do cumprimento da obrigação de renúncia ao direito de preferência e da responsabilidade pelos prejuízos que advenham do seu incumprimento para os Bancos e para o Banco Agente.

## 2.13. Obrigações

Salvo prévia autorização escrita dos Bancos, cada uma das Accionistas obrigam-se para com os Bancos a:

- (a) Manutenção da titularidade. Manter a titularidade das respectivas Acções e Direitos Inerentes;
- (b) Distribuições. Votar contra qualquer proposta apresentada na assembleia geral da Concessionária que possa ter como resultado a realização de Distribuições que violem ou desrespeitem as limitações impostas às mesmas nos termos dos Documentos Financeiros;
- (c) Documentos Financeiros. Não exercer os direitos de voto inerentes às Acções de forma a que possa implicar uma violação das obrigações assumidas pela Concessionária e / ou cada uma das Accionistas ao abrigo dos Documentos Financeiros ou dos Contratos do Projecto.

## 3. FORMALIDADES

Na Data de Entrada em Vigor, cada Accionista:

- (a) Títulos. Entregará ao Banco Agente, que aceitará (em nome próprio e em representação dos Bancos), os respectivos títulos representativos das Acções, com os penhores financeiros referidos nesta cláusula devidamente averbados;
- (b) Registo. Deverá requerer por escrito à Concessionária que proceda ao registo dos penhores financeiros das respectivas Acções e das respectivas Futuras Acções a favor dos Bancos e do Banco Agente, nos termos constantes deste Contrato de Garantias, de acordo com o estabelecido no Código VM.

*Secção B – Promessa de Penhor Financeiro de Acções*

**4. PROMESSA DE PENHOR FINANCEIRO DE ACCÕES**

**4.1. Promessa de penhor financeiro**

Sujeito à obtenção da necessária autorização por parte do Concedente, para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas:

- (a) Aquapor. A Aquapor promete constituir, a favor dos Bancos e do Banco Agente e nos termos da lei, penhor financeiro de primeiro grau sobre cada uma das Novas Acções que venham a ser da sua titularidade e das respectivas Futuras Acções (incluindo os respectivos Direitos Inerentes);
- (b) Ecobrejo. A Ecobrejo promete constituir, a favor dos Bancos e do Banco Agente e nos termos da lei, penhor financeiro de primeiro grau sobre cada uma e todas as Novas Acções que venham a ser da sua titularidade e das respectivas Futuras Acções (incluindo os respectivos Direitos Inerentes).

**4.2. Obrigação de informação**

As Accionistas obrigam-se a comunicar, previamente e por escrito ao Banco Agente, a intenção de adquirir Novas Acções, obrigando-se, por outro lado a Concessionária a comunicar, previamente e por escrito ao Banco Agente, a intenção de emitir Futuras Acções.

**4.3. Comunicação para Penhor Financeiro de Acções**

O Banco Agente poderá, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis após a recepção da comunicação referida no número anterior e enquanto as Obrigações Garantidas não se encontrarem integralmente cumpridas, informar a Accionista titular de Acções a Empenhar de quais as acções que os Bancos e o Banco Agente pretendem que lhes sejam dadas em penhor financeiro, nos termos do presente Contrato de Garantias, ficando, nesse caso, essa Accionista imediata e automaticamente obrigada a celebrar o respectivo contrato de penhor financeiro, nos termos previstos neste Contrato de Garantias.

**4.4. Incumprimento**

Caso qualquer uma das Accionistas e / ou a Concessionária não cumpra a sua obrigação de comunicação prevista na cláusula 4.2 (*Obrigação de informação*) *supra*, indemnizará quaisquer prejuízos incorridos pelos Bancos e pelo Banco Agente após ter sido interpelada por escrito para o efeito, sem prejuízo do Banco Agente poder efectuar uma Comunicação para Penhor Financeiro de Acções a partir do momento em que tenha conhecimento da emissão e / ou aquisição de Novas Acções e / ou de Futuras Acções.

## **5. CONTRATOS DE PENHOR FINANCEIRO DE ACCÕES**

### **5.1. Celebração do Contrato Definitivo**

Na Comunicação para Penhor Financeiro de Acções deverá constar a indicação do dia, hora e local de celebração do respectivo Contrato de Penhor Financeiro de Acções, bem como uma minuta do referido contrato, devendo o dia escolhido ser entre o 10.º (décimo) e o 20.º (vigésimo) dia a contar da data dessa comunicação.

### **5.2. Conteúdo do Contrato definitivo**

Cada uma das Accionistas e os Bancos e o Banco Agente aceitam e acordam que cada Contrato de Penhor Financeiro de Acções será, para além do mais, integrado pelas cláusulas constantes do Capítulo V (*Termos Gerais dos Contratos de Penhor*).

## **CAPÍTULO III – CONTRATO DE PENHOR FINANCEIRO DAS CONTAS BANCÁRIAS**

## **6. PENHOR FINANCEIRO DAS CONTAS BANCÁRIAS**

### **6.1. Penhor Financeiro das Contas Bancárias**

Para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Concessionária constitui a favor dos Bancos e do Banco Agente penhor financeiro, de primeiro grau, sobre o Saldo Disponível de cada uma das Contas Bancárias (excepto a Conta de Distribuições).

### **6.2. Contrato de Formação Progressiva**

Consubstanciando o Contrato de Depósito Bancário um contrato de formação progressiva, o valor do crédito empenhado no âmbito da presente cláusula aumentará e diminuirá consoante e nos termos em que sejam creditadas ou debitadas as Contas Bancárias (excepto a Conta de Distribuições), pelo que todas as disponibilidades monetárias que sejam, por qualquer razão, nelas depositadas, incluindo juros, ficarão automaticamente empenhadas a favor dos Bancos e do Banco Agente, nos termos e para os efeitos previstos na presente cláusula, sem necessidade de declaração expressa ou tácita da Concessionária ou de terceiro nesse sentido.

### **6.3. Notificação**

O Banco Depositário declara estar notificado e aceitar a celebração e os termos e condições do Penhor Financeiro das Contas Bancárias (excepto da Conta de Distribuições).

### **6.4. Conservação**

Os Bancos e o Banco Agente ficam eximidos de toda e qualquer obrigação relativa à manutenção dos créditos decorrentes das Contas Bancárias e à cobrança dos juros e demais

prestações acessórias compreendidas no Penhor Financeiro das Contas Bancárias (excepto a Conta de Distribuições), o que a Concessionária desde já aceita.

#### **6.5. Desapossamento**

O Banco Depositário é na presente data notificado e registrará nas Contas Bancárias (excepto na Conta de Distribuições) o penhor financeiro constituído nesta cláusula, pelo que, sem prejuízo do disposto no número seguinte e no Contrato de Depósito Bancário, as Contas Bancárias (com excepção da Conta de Distribuições) apenas poderão ser movimentadas pela Concessionária, pelos Bancos e pelo Banco Agente, em conjunto.

#### **6.6. Autorização**

Não obstante o disposto no número anterior, a Concessionária fica autorizada pelos Bancos e pelo Banco Agente a movimentar individualmente as Contas Bancárias (excepto a Conta de Distribuições), nos termos e condições do Contrato de Depósito Bancário, enquanto não for emitida a notificação referida na cláusula 17.1. (*Notificação de Limitação de Levantamentos*) do Contrato de Depósito Bancário.

#### **6.7. Obrigações da Concessionária**

A Concessionária obriga-se para com os Bancos e o Banco Agente a:

- (a) Não alteração. Não modificar, revogar ou sob qualquer forma alterar ou pôr termo ao Contrato de Depósito Bancário, nem prometer ou aceitar fazê-lo sem o prévio consentimento do Banco Agente; e
- (b) Não mobilização. Sem o prévio consentimento do Banco Agente, não mobilizar ou sob qualquer forma levantar ou transferir as disponibilidades monetárias já depositadas ou que venham a ser, por qualquer razão e em qualquer momento, depositadas ou creditadas nas Contas Bancárias (excepto na Conta de Distribuições), que ficam consequentemente cativas, salvo nas situações e para os fins previstos nos Contratos Financeiros.

### **CAPÍTULO IV – PROMESSA DE PENHOR DE EQUIPAMENTO**

#### **7. PROMESSA DE PENHOR DE EQUIPAMENTO**

##### **7.1. Promessa de Penhor**

Sujeito à obtenção da necessária autorização por parte do Concedente, para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Concessionária promete constituir a favor dos Bancos e do Banco Agente, nos termos e condições constantes do presente Contrato de Garantias, primeiro penhor sobre cada um e todos os Bens a Empenhar que venha, por qualquer razão e a qualquer título, a adquirir após a Data do Contrato de Financiamento.

## 7.2. Comunicação de penhor adicional

Para os efeitos previstos no número anterior, a Concessionária obriga-se a, anualmente e com início em 2009, comunicar por escrito aos Bancos e ao Banco Agente, a relação de todos os Bens a Empenhar adquiridos durante o ano anterior e passíveis de serem empenhados a favor dos Bancos e do Banco Agente nos termos legais, sob pena de, não o fazendo, o Banco Agente (em nome próprio e em representação dos Bancos) poder requerer-lhe o penhor de todos e qualquer dos bens passíveis de serem empenhados ao abrigo do presente Contrato de Garantias.

## 7.3. Incumprimento

Caso a Concessionária não cumpra a sua obrigação de comunicação prevista no número anterior, indemnizará quaisquer prejuízos incorridos pelos Bancos e pelo Banco Agente após ter sido interpelada por escrito, sem prejuízo de o Banco Agente poder efectuar (em nome próprio e em representação dos Bancos) uma Comunicação de Penhor de Equipamento relativamente a todos os bens da titularidade da Concessionária, que ainda não tenham sido dados em penhor passíveis de serem empenhados ao abrigo do presente Contrato de Garantias.

## 8. CONTRATO DE PENHOR DE EQUIPAMENTO

### 8.1. Celebração do Contrato de Penhor de Equipamento

A Concessionária obriga-se a celebrar o Contrato de Penhor de Equipamento respeitante aos Bens a Empenhar (cuja minuta lhe deverá ser enviada juntamente com a notificação a efectuar pelo Banco Agente referida na presente cláusula), em local e hora a comunicar pelo Banco Agente, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar:

- (a) Fase de Construção. Durante a Fase de Construção, do dia 15 de Março do ano seguinte ao ano em que o valor total de aquisição (líquido de IVA) dos Bens a Empenhar atinja o valor agregado de EUR 150.000,00 (cento e cinquenta mil Euros);
- (b) Fase de Exploração. Durante a Fase de Exploração, da notificação, a todo o momento, do Banco Agente para o efeito;
- (c) Situação de Vencimento. Da data em que ocorra uma Situação de Vencimento, caso assim lhe venha a ser solicitado pelos Bancos.

### 8.2. Conteúdo e formalidades

Os Contraentes acordam e aceitam que cada Contrato de Penhor de Equipamento será celebrado nos termos do DL 29.833 e será integrado, para além do mais, pelas cláusulas constantes do Capítulo V (*Termos Gerais dos Contratos de Penhor*), obedecendo às formalidades aí prescritas.

### **8.3. Posse do equipamento**

Os Bens a Empenhar ficam na posse da Concessionária após a celebração do Contrato de Penhor de Equipamento, pois o penhor será constituído nos termos do DL 29.833, pelo que os Contraentes acordam que cada Contrato de Penhor de Equipamento deverá incluir a transcrição dos parágrafos 1.º e 2.º do seu artigo 1.º, em obediência ao que nesse diploma se determina:

- § 1 - Se o objecto empenhado ficar em poder do dono, este será considerado, quanto ao direito pignoratício, possuidor em nome alheio, e as penas de furto ser-lhe-ão impostas se alienar, modificar, destruir ou desencaminhar o objecto sem autorização escrita do credor, e bem assim se o empenhar novamente sem que no novo contrato se mencione, de modo expresse, a existência do penhor ou penhores anteriores que, em qualquer caso, preferem por ordem de datas.
- § 2 - Tratando-se de objecto pertencente a uma pessoa colectiva, o disposto no parágrafo antecedente aplicar-se-á àqueles a quem incumbir a sua administração.

### **8.4. Caducidade**

Caso (i) a Concessionária transmita algum dos Bens a Empenhar depois do mesmo ter sido dado em penhor a favor dos Bancos e do Banco Agente, e (ii) essa transmissão seja feita de acordo com os termos previstos nos Contratos Financeiros, o penhor constituído sobre o referido bem caducará automaticamente, sem necessidade de qualquer declaração expressa de qualquer um dos Contraentes.

## **CAPÍTULO V - TERMOS GERAIS DOS CONTRATOS DE PENHOR**

### **9. ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

As cláusulas do presente capítulo aplicam-se a todos os contratos de penhor constantes ou que sejam celebrados em execução deste Contrato de Garantias, incluindo cada Contrato de Penhor Financeiro de Acções, Contrato de Penhor Financeiro das Contas Bancárias e Contrato de Penhor de Equipamento.

### **10. OBRIGAÇÕES DAS ACCIONISTAS E DA CONCESSIONÁRIA**

#### **10.1. Obrigações**

Cada Accionista e a Concessionária obriga-se, relativamente aos bens de que sejam titulares, a:

- (a) Amortização de Acções. Não amortizar nem permitir a amortização de quaisquer Acções, Novas Acções e / ou de Futuras Acções, de que seja ou venha a ser titular, devendo votar contra e abster-se de propor qualquer deliberação nesse sentido;



- (b) Documentos. Executar e entregar ao Banco Agente, com prontidão e em tempo útil, todos os documentos, instrumentos e de um modo geral executar todos os actos necessários ao cumprimento das obrigações que para qualquer uma delas decorrem dos Contratos de Penhor e dos Contratos-Promessa de Penhor ou que lhe venham a ser razoavelmente solicitados, por escrito, pelo Banco Agente, nos exactos termos e condições desse pedido;
- (c) Venda dos Bens Onerados. Praticar os actos necessários para (i) a boa conservação dos Bens Onerados e (ii) a venda executiva ou extraprocessual dos Bens Onerados ou para a cobrança das quantias depositadas nas Contas Bancárias, nos termos, condições e para os efeitos aqui previstos, que lhe venham para esse efeito a ser solicitado por escrito pelo Banco Agente, o qual actuará de acordo com critérios de razoabilidade;
- (d) Informação. Prontamente, e num prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis:
- (i) Informar, por escrito, o Banco Agente ( $\alpha$ ) da ocorrência de qualquer evento ou circunstância relacionado com quaisquer Bens Onerados que possa, sob qualquer forma, impedir ou prejudicar o respectivo penhor constituído ou a constituir nos termos do presente Contrato de Garantias ou a sua execução, ( $\beta$ ) da transmissão, a qualquer título, de parte ou totalidade dos Bens Onerados ou, de um modo geral, da celebração de qualquer negócio jurídico nos termos do qual aceite ou prometa fazê-lo ou da constituição de penhor adicional sobre parte ou totalidade dos Bens Onerados, ( $\gamma$ ) da penhora ou apreensão judicial, sob qualquer forma, dos Bens Empenhados, e
  - (ii) Entregar ao Banco Agente cópia de todos os instrumentos ou decisões judiciais relacionados com qualquer dos Bens Onerados, bem como toda a documentação e demais informação a esse respeito com eles relacionada, que venha a ser solicitada pelo Banco Agente, o qual actuará de acordo com critérios de razoabilidade;
- (e) Concessionária. Não propor a deliberação, não deliberar, nem praticar quaisquer actos no sentido da redução do Capital Social e / ou da transformação, fusão, cisão ou dissolução da Concessionária.

## 10.2. Inspeção

Os Bancos e / ou o Banco Agente (a expensas suas) ou quaisquer representantes por qualquer um deles credenciados para esse efeito, poderão, a qualquer momento, desde que o comuniquem à Concessionária com pelo menos 3 (três) Dias Úteis de antecedência, inspeccionar, examinar e avaliar os Bens Onerados (passíveis de ser examinados ou inspeccionados) e / ou os respectivos registos contabilísticos ou outros, desde que sem perturbação da actividade da Concessionária, para o que desde já ficam definitiva, incondicional e irrevogavelmente autorizados por cada uma das Accionistas e pela Concessionária.



## **11. EXECUÇÃO DO PENHOR**

### **11.1. Causas de execução de penhor**

Os Bancos e o Banco Agente poderão executar os penhores constituídos e a constituir nos termos do presente Contrato de Garantias, quanto a parte ou à totalidade dos Bens Onerados, caso seja declarado o Vencimento Antecipado, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Financiamento.

### **11.2. Forma de execução de penhor**

Cada Accionista e a Concessionária reconhece e aceita irrevogavelmente que, em caso de Vencimento Antecipado:

- (a) Execução. Os Bancos e o Banco Agente poderão executar os penhores constituídos sobre os Bens Onerados, fazendo-se pagar das Obrigações Garantidas mediante a venda judicial ou extrajudicial (incluindo por corretor), de parte ou da totalidade de qualquer dos Bens Onerados – pelo que ficam desde já autorizados a vender no exercício dos poderes conferidos nos termos da respectiva Procuração Irrevogável;
- (b) Reclamação. As Accionistas e a Concessionária não terão o direito de reclamar, seja a que título for, quanto ao direito dos Bancos de procederem à venda, executiva ou extraprocessual (incluindo por corretor), de qualquer dos Bens Empenhados.

### **11.3. Despesas e Encargos**

Todas as despesas e encargos, incluindo, sem limitação, impostos, taxas, despesas e honorários de advogados, corretores e outros consultores, peritos e agentes contratados e razoável e justificadamente incorridos pelos Bancos e pelo Banco Agente (e das quais seja dado conhecimento, por escrito à Concessionária) para efeitos da venda judicial ou extrajudicial (incluindo por corretor) de qualquer dos Bens Onerados ou para a sua cobrança ou com o exercício, incluindo judicialmente, dos direitos dos Bancos decorrentes dos Contratos de Penhor, serão por conta da Concessionária, a qual procederá ao respectivo pagamento ou reembolso no prazo previsto na cláusula 35.1. (*Despesas e Encargos*) do Contrato de Financiamento.

### **11.4. Dedução**

Os Bancos ficam, pelo presente Contrato de Garantias, definitiva, incondicional e irrevogavelmente autorizados pela Concessionária e por cada uma das Accionistas a deduzir ao produto da venda dos Bens Onerados todas as despesas, custos e encargos que se encontram titulados pelos respectivos comprovativos, incorridos com a sua venda judicial ou extrajudicial (incluindo por corretor) ou com a sua cobrança, nos termos e condições aqui estabelecidos.

### **11.5. Retenção**

Os Bancos e o Banco Agente poderão reter, a título de caução, o montante remanescente da venda dos Bens Onerados para garantir o cumprimento de outras obrigações que decorram de Contratos Financeiros para a Concessionária.

### **11.6. Penhor financeiro**

Considerando que os regimes do penhor civil e do penhor comercial se aplicam subsidiariamente ao penhor financeiro, os demais termos e condições gerais deste Capítulo são integralmente aplicáveis aos penhores financeiros constituídos.

## **CAPÍTULO VI - CONTRATO-PROMESSA DE HIPOTECA**

### **12. PROMESSA DE HIPOTECA**

#### **12.1. Promessa de Hipoteca**

Sujeito à obtenção da necessária autorização por parte do Concedente, para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Concessionária promete constituir a favor dos Bancos e do Banco Agente, nos termos e condições constantes do presente Contrato de Garantias, hipoteca, de primeiro grau, sobre cada um e todos os Imóveis.

#### **12.2. Informação para Hipoteca**

Para os efeitos previstos no número 12.1 (*Promessa de Hipoteca*), a Concessionária obriga-se a comunicar por escrito ao Banco Agente, até 15 de Março de cada ano, a relação de todos os Imóveis adquiridos durante o ano de calendário anterior.

#### **12.3. Incumprimento**

Caso a Concessionária não cumpra a sua obrigação de comunicação prevista no número anterior, indemnizará quaisquer prejuízos incorridos pelos Bancos e pelo Banco Agente após ter sido interpelada por escrito, sem prejuízo do Banco Agente (em nome próprio e em representação dos Bancos) poder efectuar uma Comunicação de Hipoteca relativamente a todos os Imóveis da titularidade da Concessionária que ainda não tenham sido hipotecados.

#### **12.4. Situação de Vencimento**

Caso ocorra uma Situação de Vencimento, os Bancos e o Banco Agente poderão solicitar por escrito à Concessionária, que se obriga, a constituir de imediato hipoteca sobre todos os Imóveis que ainda não tenham sido dados em hipoteca a favor dos Bancos e do Banco Agente.

### 12.5. Abrangência

Cada Hipoteca abrange todas as construções, benfeitorias e acessões, presentes ou futuras, a realizar no respectivo imóvel, obrigando-se a Concessionária a proceder, em devido tempo, aos respectivos averbamentos e, pelo menos anualmente, a informar, por escrito, o Banco Agente, da existência e averbamento dessas construções, benfeitorias e acessões.

## 13. OBRIGACÕES

### 13.1. Obrigações da Concessionária

A Concessionária obriga-se a:

- (a) Informações. Informar os Bancos e o Banco Agente, sem prejuízo das obrigações da Concessionária previstas no Contrato de Financiamento, da ocorrência de qualquer dos seguintes factos, imediatamente (num prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis) após deles ter conhecimento:
  - (i) Negócio jurídico. Celebração de negócio jurídico que tenha por objecto a venda, transmissão ou troca pela Concessionária de Bens Hipotecados,
  - (ii) Ónus ou Encargos. Constituição e registo de qualquer ónus ou encargo sobre Imóveis,
  - (iii) Contrato-Promessa. Celebração de qualquer contrato nos termos do qual a Concessionária prometa ou aceite celebrar qualquer um dos negócios jurídicos referidos nas alíneas anteriores,
  - (iv) Apreensão Judicial. Execução, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial de Imóveis;
  - (v) Imóveis. Ocorrência de qualquer evento ou circunstância relacionado com qualquer Imóvel que possa impedir ou prejudicar a respectiva Hipoteca constituída ou a constituir nos termos do presente Contrato de Garantias ou a sua execução;
- (b) Documentos. Entregar ao Banco Agente cópia de todos os contratos ou decisões judiciais referentes a factos constantes da alínea anterior, bem como toda a documentação e demais informação com eles relacionada, que venha a ser solicitada pelo Banco Agente, o qual actuará de acordo com critérios de razoabilidade;
- (c) Desvalorização. Praticar os actos necessários para a boa conservação dos Imóveis; e
- (d) Pagamento de impostos. Manter regularizada a situação tributária e contributiva, seja qual for a sua natureza ou origem, que incida sobre os Imóveis.

### 13.2. Inspeção

Os Bancos e o Banco Agente, ou quaisquer representantes por eles credenciados para esse efeito, poderão, a expensas suas, a qualquer momento, inspeccionar, examinar e avaliar os Imóveis e / ou os respectivos registos contabilísticos ou outros, designadamente para efeitos do artigo setecentos e um do Código Civil, desde que sem perturbação da actividade da Concessionária, para o que ficam desde já definitiva, incondicional e irrevogavelmente autorizados pela Concessionária.

### 13.3. Cancelamento de hipoteca

Caso (i) a Concessionária transmita algum dos Imóveis depois do mesmo ter sido hipotecado a favor dos Bancos e do Banco Agente, e (ii) essa transmissão seja feita de acordo com os termos previstos nos Contratos Financeiros, os Bancos obrigam-se a, a pedido e expensas da Concessionária, executar os instrumentos necessários ao cancelamento da hipoteca sobre o Bem Hipotecado em questão.

## 14. ESCRITURA DE HIPOTECA

### 14.1. Celebração de Escritura de Hipoteca

Logo que o valor total dos Imóveis de que a Concessionária seja titular ainda não hipotecados a favor dos Bancos e do Banco Agente atinja o valor agregado de EUR 300.000,00 (trezentos mil Euros), ou independentemente de se ter atingido esse valor, caso ocorra uma Situação de Vencimento, a Concessionária obriga-se a, caso assim lhe seja solicitado por escrito pelo Banco Agente, outorgar a Escritura de Hipoteca relativa aos Imóveis de que nessa data seja proprietária (e ainda não hipotecados), no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data daquela solicitação, em local e hora a comunicar pelo Banco Agente (o qual remeterá à Concessionária, na mesma data, a minuta da Escritura de Hipoteca a celebrar).

### 14.2. Cláusulas

A Concessionária e os Bancos e o Banco Agente aceitam definitiva e irrevogavelmente que cada Escritura de Hipoteca será, para além do mais, integrada pelas cláusulas constantes deste Capítulo VI (*Contrato-Promessa de Hipoteca*), desde que não conflituem com a natureza do contrato de hipoteca.

## 15. EXECUÇÃO DA HIPOTECA

Os Bancos poderão executar a Hipoteca caso o Vencimento Antecipado venha a ser declarado, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Financiamento.

## CAPÍTULO VII - CESSÃO DE CRÉDITOS COM ESCOPO DE GARANTIA

### *Secção A - Cessão de Créditos da Concessionária com Escopo de Garantia*

#### **16. CESSÃO DE CRÉDITOS DA CONCESSIONÁRIA COM ESCOPO DE GARANTIA**

##### **16.1. Cessão de Créditos**

Para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Concessionária cede em garantia - livres de quaisquer ônus, encargos ou responsabilidades - aos Bancos e ao Banco Agente, que aceitam, em co-titularidade, todos os:

- (a) Contrato de Concessão. Créditos Emergentes do Contrato de Concessão;
- (b) Contrato de Construção. Créditos Emergentes do Contrato de Construção;
- (c) Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios. Créditos Emergentes dos Fundos Próprios;
- (d) Caução da Empreitada. Créditos Emergentes da Caução da Empreitada;
- (e) Contratos de Assistência Técnica. Créditos Emergentes dos Contratos de Assistência Técnica;
- (f) Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Assistência Técnica de Equipamento. Créditos Emergentes do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Assistência Técnica de Equipamento;
- (g) Garantias Bancárias. Créditos Emergentes das Garantias Bancárias; e
- (h) Seguros. Créditos Emergentes dos Seguros.

##### **16.2. Âmbito**

A Cessão de Créditos da Concessionária com escopo de garantia destina-se a assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas, pelo que:

- (a) Garantia. Sem prejuízo do disposto na cláusula 17.1 (*Mandato*), com a constituição de qualquer um dos Créditos da Concessionária, cada um desses créditos é automaticamente cedido aos Bancos e ao Banco Agente, ficando os Devedores, no entanto, autorizados a pagar directamente à Concessionária (na Conta Bancária aplicável, passando nessa data a Concessionária a ser a titular do respectivo crédito), mas devendo, após notificação pelo Banco Agente ao respectivo Devedor da declaração do Vencimento Antecipado, ser pago directamente aos Bancos e ao Banco Agente, para garantia do cumprimento pontual e integral das Obrigações Garantidas, sem necessidade

de declaração expressa ou tácita da Concessionária, ou aceitação por parte dos Bancos e do Banco Agente que utilizarão tais créditos nos termos da alínea (d) *infra*;

- (b) Devolução. Não obstante a possibilidade de pagamento directo dos Créditos da Concessionária à Concessionária (na Conta Bancária aplicável), caso os Bancos ou o Banco Agente recebam alguns desses montantes, deverão entregá-los à Concessionária (na Conta Bancária respectiva), passando, a partir desse momento, a Concessionária, a ser titular do correspondente objecto do crédito, desde que não tenha sido declarado o Vencimento Antecipado;
- (c) Depósito. Não obstante o pagamento directo dos Créditos da Concessionária nas Contas Bancárias previsto nas alíneas anteriores, caso a Concessionária receba algum desses montantes sem que seja por depósito na Conta Bancária respectiva, deverá, na data do seu recebimento e em qualquer circunstância, depositá-los na Conta Bancária que para o efeito deva ser creditada nos termos do Contrato de Depósito Bancário;
- (d) Pagamento. Em caso de declaração de Vencimento Antecipado, os Bancos utilizarão os montantes dos Créditos da Concessionária para se pagar das Obrigações Garantidas.

## **17. MANDATO PARA COBRANÇA**

### **17.1. Mandato**

Os Bancos e o Banco Agente conferem à Concessionária, que aceita, mandato gratuito para praticar quaisquer actos necessários para a interpelação para cumprimento, cobrança e recebimento dos pagamentos dos Créditos da Concessionária (no âmbito da cessão desses créditos com escopo de garantia, prevista no presente Contrato de Garantias), os quais deverão ser directamente depositados na Conta Bancária aplicável (passando, a partir desse momento, a Concessionária a ser titular do respectivo crédito e ficando, assim, consequentemente autorizada a proceder ao respectivo Levantamento, nos termos previstos nos Contratos Financeiros).

### **17.2. Despesas**

Os Bancos e o Banco Agente não serão responsáveis por quaisquer despesas, indemnizações relativas ao exercício do mandato ou outros encargos relacionados com a Cessão de Créditos da Concessionária com escopo de garantia ou com o mandato conferido nesta cláusula, que venham a ser incorridos ou solicitados pela Concessionária, os quais serão integralmente suportados por esta e da sua exclusiva responsabilidade.

### **17.3. Meios**

A Concessionária declara não necessitar de quaisquer outros meios, para além daqueles que já detém, para praticar os actos necessários e convenientes à boa execução do mandato conferidos nesta cláusula.

#### **17.4. Irrevogabilidade**

Os Bancos, o Banco Agente e a Concessionária acordam que esta não poderá revogar unilateralmente o mandato conferido nesta cláusula e que os Bancos e o Banco Agente apenas o poderão revogar após a emissão de uma Notificação de Vencimento Antecipado.

#### **17.5. Não exclusividade**

Os Bancos e o Banco Agente poderão praticar por si próprios actos com o mesmo objecto dos previstos no mandato conferidos nesta cláusula e / ou conferir a terceiros mandatos idênticos (devendo notificar previamente a Concessionária de tal facto), o que não constituirá uma revogação do mandato conferido nesta cláusula.

#### **17.6. Garantias Bancárias**

Cada Accionista declara e aceita que o Banco Agente poderá executar ou accionar qualquer Garantia Bancária individualmente e a qualquer momento, caso a Concessionária não o faça nos termos previstos no n.º 8 da cláusula 8 (*Garantias*) do Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios.

#### **17.7. Fundos Próprios Adicionais**

Cada Accionista declara e aceita que os Bancos, enquanto interessados na existência de Fundos Próprios Adicionais, terão o direito de lhe solicitar directamente, no seu próprio nome e interesse, o cumprimento das obrigações de realização de Fundos Próprios Adicionais, caso a Concessionária não o faça nos termos do n.º 5 da cláusula 6 (*Obrigações de Financiamento de Contingência*) do Acordo de Subscrição e Realização de Fundos Próprios.

#### ***Secção B - Cessão de Créditos das Accionistas com Escopo de Garantia***

### **18. CESSÃO DE CRÉDITOS DAS ACCIONISTAS COM ESCOPO DE GARANTIA**

#### **18.1. Cessão de Créditos**

Para garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas pela Concessionária, cada uma das Accionistas cede em garantia - livres de quaisquer ónus, encargos ou responsabilidades - aos Bancos e ao Banco Agente, que aceitam, todos os Créditos das Accionistas de que venha a ser titular.

#### **18.2. Âmbito**

A Cessão de Créditos das Accionistas com escopo de garantia destina-se a assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas, pelo que:

- (a) Garantia. Sem prejuízo do disposto na cláusula 19.1 (*Mandato*), com a constituição de qualquer um dos Créditos das Accionistas, cada um desses créditos é automaticamente

cedido aos Bancos e ao Banco Agente, ficando a Concessionária, no entanto, autorizada a pagar directamente às Accionistas (que, a partir dessa data, passarão a ser titulares dos correspondentes objectos dos créditos), fazendo suas as quantias assim entregues, mas devendo, após notificação pelos Bancos ou pelo Banco Agente da declaração do Vencimento Antecipado, pagar estes montantes directamente aos Bancos e ao Banco Agente, para garantia do cumprimento pontual e integral das Obrigações Garantidas, sem necessidade de declaração expressa ou tácita das Accionistas, ou aceitação por parte dos Bancos e do Banco Agente, que utilizarão tais créditos nos termos da alínea (c) *infra*;

- (b) Devolução. Não obstante a possibilidade de pagamento directo dos Créditos das Accionistas às Accionistas, caso os Bancos ou o Banco Agente recebam alguns desses montantes, deverão entregá-los às Accionistas, passando, a partir desse momento, as Accionistas, a ser titulares dos correspondentes objectos dos créditos, desde que não tenha ocorrido o Vencimento Antecipado;
- (c) Pagamento. Em caso de declaração de Vencimento Antecipado, os Bancos utilizarão os montantes dos Créditos das Accionistas para se pagar das Obrigações Garantidas.

## **19. MANDATO PARA COBRANÇA**

### **19.1. Mandato**

Os Bancos e o Banco Agente conferem a cada Accionista, que aceita, mandato gratuito para praticar quaisquer actos necessários para a interpelação para cumprimento e cobrança dos pagamentos dos Créditos das Accionistas, no âmbito da cessão desses créditos com escopo de garantia, os quais deverão ser pagos directamente aos Bancos e ao Banco Agente caso tenha sido declarado o Vencimento Antecipado.

### **19.2. Despesas**

Os Bancos e o Banco Agente não serão responsáveis por quaisquer despesas, indemnizações relativas ao exercício do mandato ou outros encargos relacionados com a Cessão de Créditos das Accionistas com escopo de garantia ou com o mandato conferido nesta cláusula, que venham a ser incorridos ou solicitados por qualquer das Accionistas, os quais serão integralmente suportadas por estas e da sua exclusiva responsabilidade.

### **19.3. Meios**

Cada Accionista declara não necessitar de quaisquer outros meios, para além daqueles que já detém, para praticar os actos necessários e convenientes à boa execução do mandato conferido nesta cláusula.



#### 19.4. Irrevogabilidade

Os Bancos e o Banco Agente e as Accionistas acordam que nenhuma destas poderá revogar unilateralmente o mandato conferido nesta cláusula e que os Bancos e o Banco Agente apenas o poderão revogar após a emissão de uma Notificação de Vencimento Antecipado.

#### 19.5. Não exclusividade

Os Bancos e o Banco Agente poderão praticar por si próprios actos com o mesmo objecto dos previstos no mandato conferido nesta cláusula e / ou conferir a terceiro mandato idêntico (devendo notificar previamente as Accionistas de tal facto), o que não constituirá uma revogação do mandato conferido nesta cláusula.

#### *Secção C - Cessão de Créditos com Escopo de Garantia*

### 20. NOTIFICAÇÕES

#### 20.1. Aceitação

A Concessionária aceita, definitiva, irrevogável e incondicionalmente que qualquer pagamento dos Créditos da Concessionária deverá ser efectuado:

- (a) Conta dos Bancos. Directamente aos Bancos e ao Banco Agente, após declaração do Vencimento Antecipado; e
- (b) Concessionária. Por depósito na Conta de Receitas (ou na Conta Bancária que para o efeito seja designada no Contrato de Depósito Bancário), nos restantes casos.

#### 20.2. Notificações

A Concessionária notifica por este meio as Accionistas da cessão de créditos com escopo de garantia relativa aos Créditos Emergentes dos Fundos Próprios e aos Créditos Emergentes dos Contratos de Assistência Técnica, nos termos previstos no presente Contrato de Garantias, e as Accionistas declaram aceitar tal cessão nos termos e condições previstos.

As Accionistas notificam por este meio a Concessionária da Cessão de Créditos das Accionistas com escopo de garantia, nos termos previstos no presente Contrato de Garantias, e a Concessionária declara aceitar tal cessão nos termos e condições previstos.

#### 20.3. Outras Notificações pela Concessionária

A Concessionária obriga-se a:

- (a) Notificações aos Devedores. Notificar por escrito cada um dos Devedores da Cessão de Créditos da Concessionária com escopo de garantia (com excepção das Accionistas que são notificadas nos termos do número anterior), no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a

contar da Data de Entrada em Vigor ou da data da celebração dos respectivos contratos que poderão dar origem aos respectivos Créditos da Concessionária, instruindo-os, definitiva, incondicional e irrevogavelmente, a pagarem quaisquer montantes decorrentes de tais créditos directamente por depósito na Conta Bancária aplicável ou directamente aos Bancos e ao Banco Agente, após notificação, pelo Banco Agente, da declaração do Vencimento Antecipado; e

- (b) Informações. Enviar ao Banco Agente cópias das notificações referidas na alínea (a) (e comprovativo destas terem sido efectuadas) imediatamente após as ter efectuado.

## **21. OBRIGAÇÕES**

Cada uma das Accionistas e a Concessionária obriga-se a:

- (a) Compensação. Não proceder a compensação de qualquer dos Créditos Cedidos com dívidas que tenha ou possa vir a ter com o respectivo devedor, nem prometer ou aceitar fazê-lo, caso tenha ocorrido uma Situação de Vencimento;
- (b) Dação. Não aceitar o pagamento dos Créditos Cedidos por dação em cumprimento nem por dação em função do cumprimento («*pro solvendo*»), nem prometer ou aceitar fazê-lo; e
- (c) Remissão. Não proceder à remissão de qualquer dos Créditos Cedidos, nem prometer ou aceitar fazê-lo.

## **22. INFORMAÇÃO**

### **22.1. Informação prestada ao Banco Agente**

Cada uma das Accionistas e a Concessionária obrigam-se a, de imediato, informar por escrito o Banco Agente da ocorrência de qualquer evento ou circunstância relacionado com qualquer dos Créditos Cedidos que possa sob qualquer forma impedir ou prejudicar a cessão desses créditos nos termos e para os efeitos aqui estabelecidos e / ou a sua cobrança.

### **22.2. Informação prestada pelos Bancos e pelo Banco Agente**

Cessando o mandato conferido a cada uma das Accionistas e / ou à Concessionária pelos Bancos e pelo Banco Agente, nos termos do presente Capítulo VIII (*Cessão de Créditos com Escopo de Garantia*), os Bancos e / ou o Banco Agente obrigam-se a, no prazo de [ 15 (*quinze*) ] dias, informar a respectiva Accionista ou Concessionária, consoante o caso, do pagamento de qualquer um dos seus Créditos Cedidos, que tenha recebido directamente, não obstante a realização da notificação prevista na cláusula 20.2 (*Notificações*).

### **22.3. Execução de outros instrumentos**

A Concessionária e cada uma das Accionistas obriga-se a:

- (a) Actos. Fazer o que, na opinião dos Bancos ou do Banco Agente, seja necessário, para que os Bancos e / ou o Banco Agente possam adquirir, livres de quaisquer ônus, encargos e outras responsabilidades, todos os Créditos Cedidos, nos termos e para os efeitos aqui estabelecidos;
- (b) Cobrança. Após o Vencimento Antecipado, fazer tudo o que os Bancos e / ou o Banco Agente considerem necessário, útil ou conveniente para a cobrança de quaisquer Créditos Cedidos; e
- (c) Instrumentos. Celebrar e / ou entregar aos Bancos e ao Banco Agente todos os instrumentos e documentos e realizar todos os actos que, na opinião dos Bancos ou do Banco Agente sejam necessários para a cessão dos Créditos Cedidos, que, nos termos acordados nos Contratos Financeiros, lhes venham a ser solicitados, por escrito, pelos Bancos ou pelo Banco Agente com a antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis.

## **CAPÍTULO VIII – SUBORDINAÇÃO**

### **23. SUBORDINAÇÃO**

#### **23.1. Subordinação**

As Accionistas subordinam, por este meio, os créditos de que sejam ou venham a ser, individual ou conjuntamente, titulares sobre a Concessionária ao cumprimento prévio, integral e definitivo dos direitos dos Bancos sobre a Concessionária, correspondentes às Obrigações Garantidas, salvo o estipulado nos Contratos Financeiros para as Distribuições e para o pagamento de montantes ao abrigo do Contrato de Construção e do Contrato de Assistência Técnica.

#### **23.2. Insolvência**

As Accionistas não poderão requerer, sem autorização prévia dos Bancos, a qual não será negada injustificadamente, a declaração de insolvência da Concessionária.

## **CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **24. PROCURAÇÃO IRREVOGÁVEL**

#### **24.1. Procuração Irrevogável**

A Concessionária e cada uma das Accionistas entregarão previamente à Data de Entrada em Vigor cópia notarial da respectiva Procuração Irrevogável outorgada a favor dos Bancos e do Banco Agente.

#### 24.2. Mandantes

Os Bancos e o Banco Agente obrigam-se a exercer os poderes conferidos nos termos da Procuração Irrevogável exclusivamente nos termos estabelecidos nos Contratos Financeiros e a prestar o consentimento à sua revogação logo que estejam integral e definitivamente cumpridas todas as Obrigações Garantidas.

#### 24.3. Negócios consigo mesmo

A Concessionária e cada uma das Accionistas aceitam definitiva, incondicional e irrevogavelmente que, nos termos da respectiva Procuração Irrevogável, os Bancos e o Banco Agente estarão devida e expressamente autorizados a, nos termos do artigo 261.º do Código Civil, celebrar negócios consigo mesmos, seja em nome próprio seja em representação de terceiro, ou com qualquer entidade na qual possa ter ou vir a ter interesse, directa ou indirectamente, nos termos e para os efeitos estabelecidos no presente Contrato de Garantias.

### 25. NÃO CUMPRIMENTO DE PROMESSAS DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIAS

#### 25.1. Indivisibilidade

Os Bancos e o Banco Agente só aceitaram e só têm interesse em celebrar cada contrato definitivo referente às promessas de constituição de Garantias constantes do presente Contrato de Garantias, caso o mesmo inclua todos os bens a empenhar e / ou a hipotecar (consoante o caso) identificados na respectiva comunicação efectuada pelos Bancos e / ou pelo Banco Agente, pelo que o penhor financeiro, o penhor ou a hipoteca (consoante aplicável) dos bens em causa é uno e indivisível, isto é, reciprocamente dependente.

#### 25.2. Não cumprimento

Se a Concessionária e / ou Accionista, consoante o caso, titular dos bens a empenhar ou a hipotecar não celebrar por facto que lhes seja imputável, o respectivo contrato definitivo, nos termos e condições, incluindo de prazo, previstos no presente Contrato de Garantias, os Bancos e / ou o Banco Agente poderão, em nome e representação da Concessionária ou da Accionista, consoante o caso, – ficando desde já por ela definitiva e irrevogavelmente autorizados para esse efeito – e no exercício dos poderes de representação conferidos nos termos da respectiva Procuração Irrevogável, celebrar o respectivo contrato definitivo sobre os bens a empenhar e / ou hipotecar, consoante o caso.

#### 25.3. Procuração Irrevogável

A concessão pela Concessionária e pelas Accionistas de poderes de representação aos Bancos e ao Banco Agente, nos termos da Procuração Irrevogável, não as isenta do cumprimento da obrigação de celebrar os contratos definitivos respectivos, nos termos do presente Contrato de Garantias.

#### **25.4. Representação**

A celebração pelos Bancos ou pelo Banco Agente dos contratos definitivos, em nome e representação da Concessionária ou da respectiva Accionista, nos termos e condições e para os fins estabelecidos no presente Contrato de Garantias, não a isenta da obrigação de indemnizar os Bancos e o Banco Agente por quaisquer prejuízos por eles incorridos em resultado do não cumprimento ou do cumprimento tardio do contrato-promessa respectivo por facto que lhe seja imputável, nos termos da lei aplicável.

#### **25.5. Informação**

Após a celebração do contrato definitivo respectivo pelos Bancos ou pelo Banco Agente, em nome e representação da Concessionária e / ou da Accionista respectiva, consoante aplicável, os Bancos ou o Banco Agente, conforme aplicável, obrigam-se a, num prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, (i) informar a Concessionária ou a Accionista respectiva, consoante o caso, da celebração do contrato definitivo e (ii) enviar à Concessionária e / ou à respectiva Accionista uma cópia simples do mesmo.

#### **26. AUTORIZAÇÃO DO CONCEDENTE**

Tendo em consideração a necessidade de autorização do Concedente para a constituição das Garantias prometidas, a Mutuária e as Accionistas expressamente declaram conhecer a importância destas Garantias para o Empréstimo, pelo que se comprometem a praticar os melhores esforços e os actos que estejam ao seu alcance por forma a obter tal consentimento quando necessário.

#### **27. CUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**

Os Bancos e o Banco Agente obrigam-se a, no caso de execução de qualquer uma das Garantias, e após cumprimento de todas as Obrigações Garantidas e dedução de todas as despesas, custos e encargos incorridos com esta execução:

- (a) Devolução. Devolver à Concessionária ou às Accionistas, consoante o caso, todas as quantias recebidas para pagamento dos Créditos Cedidos ou em execução das Garantias que não tenham sido utilizados no pagamento daquelas obrigações; e
- (b) Cessão. Ceder à Concessionária ou às Accionistas, consoante o caso, todos os Créditos Cedidos, caso existam, de que sejam titulares nesse momento.

#### **28. EXTINÇÃO**

As Garantias constituídas nos termos do presente Contrato de Garantias vigorarão apenas enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas, e extinguir-se-ão com o seu pagamento integral.

Os Bancos e o Banco Agente obrigam-se a celebrar, assinar e / ou entregar à Concessionária e / ou às Accionistas, consoante aplicável, todos os instrumentos e documentos e realizar todos os actos que sejam necessários e que lhes sejam solicitados para procederem à plena, válida e eficaz extinção das Garantias nos termos do parágrafo anterior.

## **29. EXECUÇÃO DAS GARANTIAS**

Os Bancos e o Banco Agente poderão executar as Garantias constituídas e a constituir nos termos do presente Contrato de Garantias em caso de declaração de Vencimento Antecipado no seu todo ou parcialmente e com a prioridade que entenderem.

## **30. NOVAÇÃO**

A Concessionária e as Accionistas reconhecem e aceitam expressa, irrevogável e incondicionalmente que o presente Contrato de Garantias e as Garantias não se extinguem ou sob qualquer forma deixam de produzir efeitos com a novação de qualquer uma das obrigações cujo cumprimento asseguram ou com a transmissão ou cessão sob qualquer forma da posição contratual e / ou de créditos nos termos previstos nos Contratos Financeiros.

## **31. CONDICÃO SUSPENSIVA**

Conforme estabelecido no Acordo de Definições, o Contrato de Garantias e as obrigações, direitos e Garantias nele constituídas ficam com os seus efeitos totalmente suspensos até à Data de Entrada em Vigor, na qual passarão, imediata e automaticamente, a produzir efeitos.

## **32. LEI APLICÁVEL. FORO**

### **32.1. Lei aplicável**

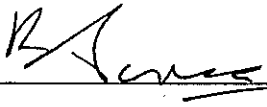
O presente Contrato de Garantias é regido pela lei portuguesa.

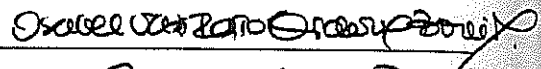
### **32.2. Foro competente**

Para todas as questões emergentes do presente Contrato de Garantias - da sua interpretação, integração, cumprimento, incumprimento, validade ou invalidade - é competente o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

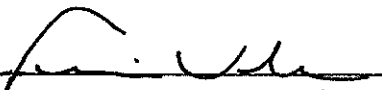
Feito no local e data indicados no cabeçalho, em 3 (três) exemplares, sendo 1 (um) exemplar destinado à Concessionária e às Accionistas, 1 (um) exemplar destinado aos Bancos e 1 (um) exemplar destinado a ser anexado ao Contrato de Concessão. Foi liquidado o imposto do selo por guia, nos termos previstos na verba oito da Tabela Geral do Imposto do Selo, não se aplicando a verba dez, uma vez que as Garantias constituídas neste contrato são materialmente acessórias do Contrato de Financiamento, o qual é especialmente tributado nos termos da Tabela Geral do Imposto do Selo e celebrado simultaneamente com o presente Contrato de Garantias.

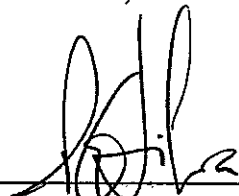
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

  
Nome: Bernardo de Albuquerque e Sousa  
Qualidade: Procurador

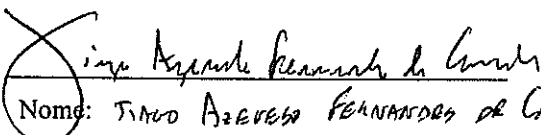
  
Nome: Isabel Cardona Brito  
Qualidade: Promotora

CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

  
Nome: FRANCISCO VERÓNICA  
Qualidade: PROMOTOR

  
Nome: PAULO SILVA  
Qualidade: PROMOTOR

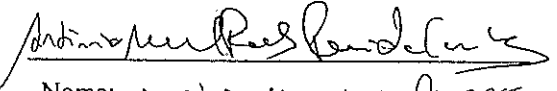
ADAZ - ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.

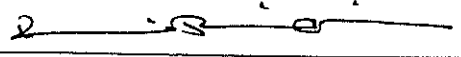
  
Nome: TINO AZEVEDO FERNANDES DE CARVALHO  
Qualidade: Promotor / Administrador

Nome:

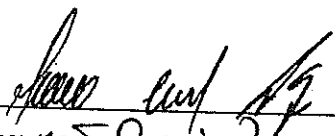
Qualidade:

AQUAPOR - SERVIÇOS, S.A.

  
Nome: António Manuel Soares Pereira  
Qualidade: Administrador

  
Nome: Diogo Faria de Oliveira  
Qualidade: ADMINISTRADOR

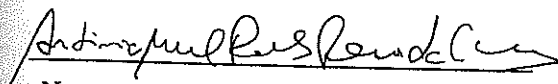
ECOBREJO - GESTÃO DE ÁGUAS, RESÍDUOS E AMBIENTE S.A.

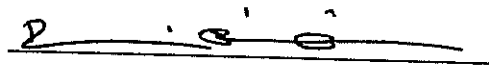
  
Nome: João Carlos Praga  
Qualidade: Administrador

Nome:

Qualidade:

LUSÁGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.

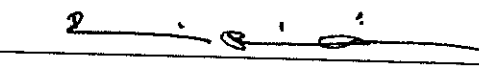
  
Nome: António Manuel Pereira  
Qualidade: Administrador

  
Nome: João Faria de Oliveira  
Qualidade: Administrador

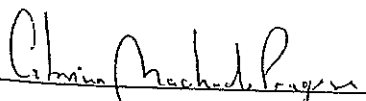
LUSÁGUA ALCANENA - GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.

Nome:

Qualidade:

  
Nome: João Faria de Oliveira  
Qualidade: Administrador

PRAGOSA AMBIENTE, S.A.

  
Nome: Catarina Praga  
Qualidade: Promotora

Nome:

Qualidade:



